E-BOOK

MULHERES NEGRAS *do Nordeste*

FILHAS DA TERRA, MÃES DA LUTA E DA RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL NORDESTINA



MEMÓRIA
RESISTÊNCIA
ANCESTRALIDADE
PROTAGONISMO

Sistematização da experiência da mostra fotográfica realizada na disciplina **Realidade Regional**, ministrada pelo **Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho**, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

ORGANIZADORES
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Aylana Cristina Rabelo Silva
Leidiane Souza de Oliveira
Samuel Francisco Rabelo

Criação Editora

MULHERES NEGRAS *do Nordeste*

FILHAS DA TERRA, MÃES DA LUTA E DA RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL NORDESTINA

ISBN 978-85-8413-819-7

CONSELHO EDITORIAL CRIAÇÃO EDITORA

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Aylana Cristina Rabelo Silva
Leidiane Souza de Oliveira
Samuel Francisco Rabelo
(Organizadores)

MULHERES NEGRAS do Nordeste

FILHAS DA TERRA, MÃES DA LUTA E DA RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL NORDESTINA

Criação Editora
Aracaju | 2026

Copyright 2026 by organizadores

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-8/11448

M956 Mulheres negras do nordeste: filhas da terra, mães da luta e da resistência na construção da realidade regional nordestina. / organização: Jodeylson Islony de Lima Sobrinho... [e outros].– Aracaju, SE: Criação Editora, 2026.
187 p.: il.
E-book
ISBN: 978-85-8413-819-7

1. Mulheres negras. 2. Nordeste - Brasil. 3. Relações étnico-raciais. 4. Protagonismo feminino. I. Lima Sobrinho, Jodeylson Islony de (org.). II. Silva, Aylana Cristina Rabelo (org.). III. Oliveira, Leidiane Souza de (org.). IV. Rabelo, Samuel Francisco (org.)

CDU: 364-055.2(812/813)

ORGANIZADORES/AS

JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO



Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional (GEPFOSS/DSS/UFS). Docente da disciplina **Realidade Regional**, no âmbito da qual foi desenvolvida a mostra fotográfica que originou a presente obra.

E-mail: isllony@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7819108340566107
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0153-3920

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA



Doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2026). Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2020). Pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade de Residência em Área Profissional da Saúde - Atenção à

Saúde Renal, pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA (2018). Especialização em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2024). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2016). Durante a graduação foi bolsista CNPq compondo o Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social - GSERMS, do Departamento de Serviço Social DESES e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, realizando estudos no eixo da cultura profissional, ênfase para as relações do Serviço Social com as lutas sociais da classe trabalhadora.
E-mail: aylanarabelo@gmail.com
LATTES: http://lattes.cnpq.br/6010636969494995
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-3514-3449

LEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA



Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Marxismo e Serviço Social – TRAMASS.
E-mail: leidiane.souza@professor.ufcg.edu.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4594555008554793
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2686-1728

SAMUEL FRANCISCO RABELO



Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Educação pela UNIT. Assistente Social. Pesquisador nos Grupos de Pesquisas "Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero" (UFS/CNPq) e no Xique-Xique: Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (UFS/CNPq). Membro da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

E-mail: samwrabello@gmail.com.
Lattes: https://lattes.cnpq.br/7472638838527318.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4969-9268.

DEDICATÓRIA

Às mulheres negras do Nordeste.

Àquelas que vieram antes de nós e abriram caminhos quando tudo parecia interditado. Às que resistiram ao peso da escravidão, do racismo, do patriarcado, da fome, da pobreza e do silêncio imposto pela história, sem jamais permitir que lhes arrancassem a dignidade, a esperança e a capacidade de sonhar.

Às que fizeram da palavra resistência, do cuidado um ato político, da educação um gesto de liberdade, da arte uma forma de existir, da luta um compromisso coletivo e da ancestralidade uma força que atravessa gerações.

Àquelas cujos nomes a história registrou e, sobretudo, às inúmeras mulheres cujos rostos, vozes e histórias permanecem anônimos, mas vivem nas comunidades, nos quilombos, nos terreiros, nas periferias, nas escolas, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas universidades, nas feiras, nos mercados, nas casas e em todos os lugares onde a vida insiste em florescer.

Que esta obra seja mais do que uma homenagem. Que seja um gesto de memória, de reconhecimento e de reparação histórica.

Porque o Nordeste não se explica sem vocês.

Ele pulsa em seus corpos, em suas vozes, em suas mãos, em sua culinária, em seus saberes e em sua coragem.

Vocês não apenas fizeram parte da história.

Vocês continuam escrevendo a história.

APRESENTAÇÃO

Falar do Nordeste é falar de muitas histórias. É falar de terras marcadas pelo sol, pela seca e pela abundância; pelos desafios e pelas resistências; pelas dores produzidas pelas desigualdades e pelas múltiplas formas de reinvenção da vida. É falar de um território construído por diferentes povos, culturas, memórias e saberes que, ao longo dos séculos, moldaram identidades, produziram pertencimentos e ergueram formas coletivas de existir e resistir.

Mas falar do Nordeste também exige reconhecer aqueles e aquelas que, apesar de fundamentais para a construção de sua história, foram frequentemente silenciados/as pelos registros oficiais, pelas narrativas dominantes e pelas estruturas de poder que atravessam a sociedade brasileira. Entre esses sujeitos históricos estão as mulheres negras, cujas trajetórias se confundem com a própria constituição da realidade nordestina.

Este e-book, intitulado *Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina*, nasce da sistematização da experiência vivenciada pelo Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho e pelos/as discentes da disciplina Realidade Regional, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir da realização de uma mostra fotográfica dedicada a mulheres negras que marcaram e continuam marcando a história do Nordeste brasileiro. Mais do que uma atividade acadêmica, a mostra constituiu-se como um exercício de memória, reconhecimento e justiça

histórica, configurando-se como um convite para olhar, escutar e aprender com mulheres que transformaram suas vidas em instrumentos de luta, criação, resistência e esperança.

A presente obra também foi enriquecida pela valiosa contribuição de colaboradores/as externos/as à disciplina, dentre eles/as, pesquisadores/as do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional (GEPFOSS) vinculado ao DSS/UFS, que, sensibilizados/as pela relevância da proposta, somaram seus conhecimentos, reflexões e produções a este trabalho coletivo. Essa participação ampliou os horizontes do projeto, fortalecendo seu caráter interdisciplinar, plural e dialógico, reafirmando que a valorização das trajetórias das mulheres negras nordestinas é uma construção que ultrapassa os limites da sala de aula e mobiliza diferentes sujeitos comprometidos com a memória, a justiça social e o reconhecimento histórico dessas protagonistas.

As fotografias que inspiraram esta coletânea não retratam apenas rostos. Retratam histórias. Retratam territórios. Retratam corpos atravessados por experiências de discriminação e exclusão, mas também por sonhos, conquistas, afetos e processos contínuos de resistência. Cada imagem carrega consigo a força de gerações inteiras de mulheres que aprenderam a transformar a dor em movimento, o silêncio em voz, a invisibilidade em presença e a opressão em luta.

A construção desta coletânea fundamentou-se em uma perspectiva crítica ancorada no materialismo histórico e dialético, compreendendo que as trajetórias das mulheres negras nordestinas somente podem ser apreendidas em suas múltiplas determinações quando analisadas em suas relações com a totalidade social, com as particularidades históricas dos territórios e com as mediações produzidas pelas relações de classe, raça, gênero e sexualidade. A mostra fotográfica constituiu o ponto de partida

desse percurso investigativo, assumindo a imagem não apenas como recurso estético, mas como expressão de processos históricos e sociais que materializam formas de resistência, produção da vida e construção da identidade regional.

A partir dessa experiência, os artigos que compõem este *e-book* foram elaborados por meio de pesquisa de natureza bibliográfica e documental, articulada à análise sócio-histórica e crítica das trajetórias das mulheres aqui abordadas. Foram utilizados livros, artigos científicos, documentos institucionais, reportagens, entrevistas, biografias, registros históricos e demais fontes que possibilitaram compreender suas contribuições para a formação da realidade nordestina. Mais do que reconstruir percursos individuais, buscou-se evidenciar como essas mulheres expressam determinações coletivas inscritas na história social do Nordeste brasileiro, reafirmando o compromisso desta obra com uma produção de conhecimento crítica, socialmente referenciada e comprometida com a valorização da memória, da ancestralidade e das lutas das mulheres negras.

Ao longo da formação sócio-histórica brasileira, as mulheres negras ocuparam lugares centrais na construção da sociedade, embora raramente tenham recebido o devido reconhecimento. Foram elas que sustentaram comunidades, preservaram tradições culturais, transmitiram saberes ancestrais, organizaram formas coletivas de sobrevivência, educaram gerações, produziram arte, conhecimento, política, cultura e resistência. Foram elas que mantiveram vivas memórias que atravessaram séculos de escravização, racismo e desigualdades estruturais.

Nas casas, nos quilombos, nos terreiros, nas escolas, nos movimentos sociais, nas universidades, nos sindicatos, nos parlamentos, nos palcos, nas ruas e nos diversos espaços de organização da vida social, as mulheres negras nordestinas sempre estiveram presentes. Ainda que muitas vezes invisibilizadas, foram protago-

nistas de processos fundamentais para a construção da identidade regional e para a afirmação de formas de existência comprometidas com a dignidade humana, a justiça social e a liberdade.

Por isso, esta obra busca pôr em evidência trajetórias que desafiam narrativas simplificadoras acerca do Nordeste e de seu povo. Ao reunir representações dos nove estados nordestinos, procuramos evidenciar a diversidade e a pluralidade das experiências das mulheres negras que ajudaram e ajudam a construir a região. Aqui encontramos escritoras que transformaram a palavra em instrumento de denúncia e emancipação; professoras que fizeram da educação uma prática de libertação; artistas que reinventaram linguagens e sensibilidades; cantoras que deram voz às dores e às alegrias de seus povos; deputadas que ocuparam espaços historicamente negados; lideranças comunitárias que mobilizaram territórios; pesquisadoras que produziram conhecimentos comprometidos com a transformação social; mulheres trans que desafiaram estruturas de exclusão e reivindicaram o direito de existir com dignidade; entre tantas outras que fizeram da própria vida um ato de resistência.

Cada uma dessas mulheres carrega consigo marcas singulares. Entretanto, suas trajetórias também se encontram em um ponto comum: a capacidade de resistir. Resistir ao racismo estrutural. Resistir ao sexismo e ao machismo. Resistir às desigualdades de classe. Resistir às tentativas de apagamento de suas histórias, de seus corpos e de seus saberes. Resistir para existir. Resistir para permanecer. Resistir para transformar.

Há, contudo, algo ainda mais profundo que atravessa as páginas desta obra: a ancestralidade. A ancestralidade compreendida não apenas como herança biológica ou vínculo familiar, mas como memória viva que atravessa gerações e conecta passado, presente e futuro. Uma ancestralidade que habita os gestos, as palavras, as crenças, os modos de cuidar, ensinar, criar e lutar.

Uma ancestralidade que ecoa nas vozes das mulheres que vieram antes e continua pulsando naquelas que hoje seguem abrindo caminhos para as próximas gerações.

As mulheres negras do Nordeste são herdeiras de histórias de resistência que não começaram com elas, mas que encontraram em seus corpos continuidade e renovação. São filhas de mulheres que enfrentaram a escravidão, a pobreza, o racismo, o machismo e a exclusão. São guardiãs de memórias coletivas e construtoras de futuros possíveis. São raízes que sustentam e sementes que anunciam novos tempos.

Nesse sentido, esta coletânea não pretende apenas apresentar biografias ou registrar trajetórias individuais. Pretende, sobretudo, reconhecer a contribuição histórica dessas mulheres para a formação da realidade regional nordestina e reafirmar a necessidade de construir narrativas mais plurais, inclusivas e comprometidas com a valorização daqueles e daquelas que ajudaram a escrever a história do Nordeste a partir de lugares frequentemente marginalizados.

Ao transformar a mostra fotográfica em produção escrita, os textos aqui reunidos ampliam o alcance dessa experiência formativa e reafirmam o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento crítico, de valorização da diversidade e de fortalecimento da memória social. Constituem, igualmente, um convite para que leitoras e leitores reconheçam que a história do Nordeste não pode ser contada sem as mulheres negras, porque elas não estão à margem dessa história: elas são parte de seu centro, de suas raízes mais profundas e de suas expressões mais potentes de humanidade.

Que estas páginas sejam lidas como um exercício de reconhecimento, mas também de compromisso. Compromisso com a memória, com a justiça social, com a luta antirracista e feminista e com a valorização das mulheres negras que ajudaram e conti-

nuam ajudando a construir o Nordeste brasileiro. Porque antes de serem personagens da história, elas foram e continuam sendo autoras dela.

Uma boa leitura a todas/os!

Aracaju/SE, julho de 2026

Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

PREFÁCIO

Há fotografias que registram um instante; outras guardam uma vida inteira. E há aquelas que conseguem fazer algo ainda mais poderoso: preservar a memória coletiva de um povo.

É nesse lugar que nasce ***Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina***. Mais do que um e-book, esta obra é um exercício de memória, reconhecimento e justiça histórica. Resultado da experiência construída pelo Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho e pelos/as estudantes da disciplina Realidade Regional, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), este trabalho nos convida a olhar para trajetórias que ajudaram a moldar o Nordeste brasileiro, mas que nem sempre receberam o devido destaque nos registros oficiais da história.

Cada fotografia aqui reunida carrega uma narrativa. São imagens que falam de coragem, ancestralidade, resistência e transformação; retratos de mulheres negras que fizeram e fazem da própria existência um ato político diante de estruturas historicamente marcadas pelo racismo, pelo patriarcado e pelas desigualdades sociais.

Ao percorrer estas páginas, encontramos professoras que transformaram a educação em instrumento de emancipação; artistas que fizeram da arte um espaço de criação e denúncia; artesãs que preservaram saberes ancestrais transmitidos entre gerações; mulheres da música, da cultura e do esporte que romperam barreiras para ocupar lugares historicamente negados; mulheres *trans* que afirmaram o direito de existir com dignidade e liber-

dade; lideranças políticas que abriram caminhos para outras mulheres. Encontramos também mulheres negras que viveram sob a violência da escravidão, cujas histórias permanecem como testemunhos da dor, mas, sobretudo, da resistência que sustenta nossa caminhada coletiva.

Este livro nos lembra que a identidade nordestina não pode ser compreendida sem o reconhecimento do protagonismo das mulheres negras. Foram e são elas que ajudaram a construir comunidades, produzir conhecimento, preservar tradições culturais, movimentar economias locais, organizar lutas sociais e sustentar gerações inteiras, muitas vezes sem o reconhecimento que lhes era devido.

Durante muito tempo, suas contribuições foram silenciadas, invisibilizadas ou narradas a partir de perspectivas que não reconheciam plenamente sua humanidade e potência. Por isso, esta obra realiza um movimento fundamental: reposiciona essas mulheres no centro da narrativa, não como personagens secundárias da história regional, mas como protagonistas indispensáveis da construção do Nordeste.

Mais do que retratos, estas fotografias são documentos vivos. Ao reunir mulheres tão diversas, a obra também nos ensina que não existe uma única forma de ser mulher negra.

Existem múltiplas experiências, trajetórias e identidades. Há diferentes formas de ensinar, criar, liderar, cuidar, resistir e transformar o mundo. É justamente nessa diversidade que reside uma das maiores riquezas do povo negro nordestino.

Este e-book é, portanto, um convite: um convite para olhar, escutar e aprender; um convite para reconhecer a força de mulheres que transformaram suas vidas em instrumentos de luta, criação, resistência e esperança; um convite para compreender que a história do Nordeste não pode ser contada sem suas vozes, seus corpos, seus saberes e seus sonhos.

Que cada fotografia aqui apresentada seja também uma semente. Que inspire novas pesquisas, novos olhares e novas formas de narrar nossa realidade. E que estas páginas contribuam para fortalecer o compromisso coletivo com uma sociedade que reconheça, valorize e celebre a contribuição histórica das mulheres negras na construção do Nordeste e do Brasil.

Porque preservar suas imagens é preservar a nossa própria história. E reconhecer seus legados é abrir caminhos para um futuro mais justo, plural e verdadeiramente democrático.

Escrevo estas palavras também a partir do lugar que ocupo na história do Rio Grande do Norte. Sou a primeira negra autodeclarada a exercer um mandato na Assembleia Legislativa do nosso estado.

Carrego essa condição não como um feito individual, mas como expressão da caminhada coletiva de muitas mulheres negras que vieram antes de mim e abriram caminhos para que eu pudesse chegar até aqui.

Sei que minha presença nesse espaço é resultado de lutas ancestrais, de vozes que resistiram ao silenciamento e de mulheres que, mesmo excluídas dos espaços de poder, ajudaram a construir este estado com seu trabalho, sua inteligência e sua coragem.

Por isso, ao contemplar as histórias reunidas nesta obra, reconheço nelas parte da minha própria trajetória e reafirmo a importância de registrar, valorizar e celebrar o protagonismo das mulheres negras na construção da realidade nordestina.

Gratidão,

Divaneide Basílio
Primeira e única deputada estadual autodeclarada
negra do Rio Grande do Norte

Natal/RN, 15 de junho de 2026

Sumário

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 15

1. QUANDO MARIA VIRA HISTÓRIA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NO MARANHÃO 21
Aylana Cristina Rabelo Silva; Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos; João Vitor dos Santos Paiva
Juliana Carla da Silva Gois; Lyandra Maria de Melo Santos

2. FILHAS DA TERRA, MÃES DA LUTA E PRECURSORAS DA RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS DO PIAUÍ..... 38
Cinthia Aparecida dos Santos; Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos
João Vitor dos Santos Paiva; Lyandra Maria de Melo Santos
Rayssa Cruz Santos; Ticyane dos Santos Carvalho
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

3. O CEARÁ/CE EM FOCO: REMEMORANDO A VIDA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL DO NORDESTE..... 56
Camilly dos Santos Sousa; Júlia Victória Almeida Campos Alves
Júlia Vitória Santana Oliveira; Maria Izadora de Sá Santos
Nathalia Victória Inácio da Silva; Wendel Fernandes Santos de Sousa
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

4. O RIO GRANDE DO NORTE EM DESTAQUE: MEMÓRIAS E LEGADOS DAS MULHERES NEGRAS NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE REGIONAL NORDESTINA 71
Gabriell José Teodósio Couto; João Pedro Santos da Cunha
Julianny Ferreira dos Santos; Maria Beatriz Santos Moura
Rafael Mota Dantas; Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

5. RAÍZES QUE EDUCAM, VOZES QUE CANTAM, CORPOS QUE RESISTEM: TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA 85
Joseane Castro dos Reis; Maria Eduarda dos Santos
Maria Lúcia de Santana Brito; Sophia Victoria dos Santos Monteiro
Victor Guilherme Lima Chagas; Thais Larissa Alves dos Santos
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

6. ENTRE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS PERNAMBUCANAS 103
Ellen Beatriz Fraga de Andrade; Jahênia Rafaelle Santos Prado
Levy Santos Nascimento; Maria Gabriela da Silva Domingos
Sthefanie Aparecida do Nascimento Santana
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

7. DA MARGEM AO CENTRO: A RELEVÂNCIA DAS MULHERES NEGRAS DE ALAGOAS..... 121
João Paulo de Jesus Silva; Maysa Barbosa Ramos
Cauane Beatriz Lima dos Santos; Pérola Letícia Fontes de Oliveira
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

8. MUITAS FORMAS DE EXISTIR, UMA MESMA LUTA: MULHERES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERGIPANA 143
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Deise Anny Fontes Santos
Levy Santos Nascimento; Mikaely Fernanda Dantas dos Santos
Samuel Francisco Rabelo

9. IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE: O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA CULTURA BAHIANA 164

Ana Beatriz Santos de Araújo; Clara Vitória Nunes de Campos
Lorena Silva Bispo dos Anjos; Mikaely Fernanda Dantas dos Santos
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Adriana Lohanna dos Santos

POSFÁCIO 184

Adriana Lohanna dos Santos

1. QUANDO MARIA VIRA HISTÓRIA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NO MARANHÃO

- Aylana Cristina Rabelo Silva
  Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: aylanarabelo@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

- Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos
  Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
  E-mail: Jhenyfer.feitosa@academico.ufs.br

- João Vitor dos Santos Paiva
  Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
  E-mail: joaovsantos.1903@gmail.com

- Juliana Carla da Silva Gois
  Doutora em Serviço Social pela UFRN. Assistente Social do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).
  E-mail: juliana.gois@ifal.edu.br

- Lyandra Maria de Melo Santos
  Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
  E-mail: lyandramelo@academico.ufs.br

1 INTRODUÇÃO

O Maranhão ocupa lugar singular na formação sócio-histórica do Nordeste brasileiro. Marcado pela presença indígena, africana e europeia, o estado constituiu-se a partir de processos históricos permeados por disputas territoriais, relações de exploração do trabalho, desigualdades sociais e intensas manifestações culturais que contribuíram para a construção de uma identidade regional diversa e multifacetada. Nesse contexto, a população negra desempenhou papel fundamental na conformação da sociedade maranhense, embora sua contribuição tenha sido frequentemente invisibilizada pelas narrativas históricas hegemônicas. Entre os sujeitos historicamente silenciados, destacam-se as mulheres negras, que, apesar das múltiplas formas de opressão enfrentadas ao longo dos séculos, constituíram-se como protagonistas de processos de resistência, produção cultural, organização política e transformação social.

Compreender a realidade regional maranhense exige reconhecer que as mulheres negras não ocuparam apenas lugares secundários na história do estado. Ao contrário, participaram ativamente da construção de suas dinâmicas sociais, culturais, educacionais e políticas, contribuindo para a formação de identidades coletivas e para o fortalecimento de lutas em defesa da liberdade, da justiça social e da democratização dos direitos. Nesse sentido, analisar suas trajetórias representa não apenas um exercício de recuperação da memória histórica, mas também uma possibilidade de compreender as permanências e transformações que marcam a realidade social contemporânea. Assim, refletir sobre a trajetória de mulheres negras maranhenses significa também problematizar as estruturas que sustentam as desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira.

Partindo dessa compreensão, este artigo tem como objetivo destacar as contribuições de Maria Firmina dos Reis, Mariana Luz e Maria Aragão para a construção da identidade regional maranhense, evidenciando suas trajetórias como expressões de resistência, protagonismo e transformação social. A escolha dessas mulheres decorre do reconhecimento de suas atuações em diferentes campos da vida social e da capacidade de suas experiências revelarem dimensões fundamentais da participação das mulheres negras na história do Maranhão. Embora pertençam a contextos históricos distintos, suas trajetórias dialogam entre si ao expressarem a luta pelo acesso à educação, à cultura, à participação política, à produção de conhecimentos e à defesa da dignidade humana.

O estudo fundamenta-se em uma perspectiva crítica-dialética de análise da realidade social, dialogando com contribuições dos estudos sobre formação sócio-histórica brasileira e nordestina, relações raciais, gênero, interseccionalidade e resistência negra. Parte-se do entendimento de que raça, gênero e classe constituem categorias indissociáveis para a compreensão das desigualdades sociais e dos processos de opressão que historicamente atingem as mulheres negras. Ao mesmo tempo, reconhece-se que essas mulheres também produzem estratégias coletivas e individuais de resistência que desafiam as estruturas de dominação e ampliam possibilidades de transformação social.

A partir dessas reflexões, o artigo está organizado em três momentos principais. Inicialmente, apresenta-se uma breve contextualização da formação sócio-histórica do Maranhão e da presença das populações negras na constituição da identidade regional. Em seguida, são discutidas as trajetórias de Maria Firmina dos Reis, Mariana Luz e Maria Aragão, destacando suas contribuições para a educação, a cultura, a política e as lutas sociais. Por fim, são apresentadas reflexões acerca do legado dessas mulheres

para a compreensão da realidade maranhense contemporânea e para o fortalecimento das lutas por reconhecimento, igualdade e justiça social.

Mais do que personagens da história do Maranhão, as mulheres aqui analisadas representam a força de uma ancestralidade que atravessa gerações e continua inspirando novos processos de resistência. Suas trajetórias revelam que, no Maranhão, Maria não é apenas um nome. É memória, é luta, é identidade e é expressão viva da construção histórica de um povo que resiste.

2. "A MENTE, ESSA NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR": A ESCRITA COMO ATO DE LIBERDADE EM MARIA FIRMINA DOS REIS

Imagem 1: Maria Firmina



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: https://www.terra.com.br/nos/maria-firmina-dos-reis-a-primeira-escritora-negra-do-brasil,7296315f02148bc86b5e9e97e4bbc3f0o0v4hady.html

Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra do Brasil, nasceu em 11 de março de 1822, na cidade de São Luís, no

Maranhão e faleceu em 11 de novembro de 1917, em Guimarães, no mesmo estado. Mulher negra, filha de mãe branca e pai negro, criada por uma mãe solo, Maria Firmina carregava dentro de si uma alma rebelde que não permitia que ela permanecesse no lugar silencioso que as amarras sociais da época lhe impunham, enfrentando inúmeras barreiras sociais, raciais e de gênero ao longo da vida e, ainda assim, destacou-se como escritora, educadora, compositora e ativista social, tornando-se uma figura central na história da literatura e da educação brasileira. Sua trajetória é marcada por um forte compromisso com a liberdade, a justiça social e a valorização da identidade negra.

Sobretudo, Maria Firmina encontrou na literatura a luz que permitiria que sua existência fosse vista e o palco que desvelaria sua voz silenciada, assim o contato da autora com a literatura começou cedo, em 1830, quando se mudou para a casa de uma tia um pouco mais rica, na vila de São José de Guimarães, gradualmente, a jovem foi tecendo contato com referências culturais e com figuras do seu próprio círculo familiar ligadas ao universo das letras, dessa teia de relações e do autodidatismo persistente que brotou seu amor pela escrita que gestaria sua caminhada pelo mundo do ensino e literatura (Silva, 2024).

Desse delineamento emerge uma educadora progressista que, ao conquistar a cátedra, em 1847, já carregava uma postura antiescravista madura e articulada, uma vez que ao ser aprovada no concurso, recusou-se a desfilar pelas ruas de São Luís conduzida nos ombros de escravizados, gesto de insubmissão que revelava desde então a consciência emancipadora e igualitária que a habitava.

Consciência esta que em 1880 a levou a fundar uma escola gratuita, mista e laica no município de Guimarães (MA), prática revolucionária em uma sociedade ainda marcada pela escravidão e pelo conservadorismo, seu discurso de inauguração da escola

veio para reafirmar seu ideal libertário e sua crença na educação como caminho de emancipação social, ecoando seu pensamento quando afirmou: "A mente, essa ninguém pode escravizar". (Silva, 2024; Silva, 2013)

Com esse gesto, Maria Firmina desafiou as normas sociais e raciais vigentes, reafirmando o papel da mulher negra como protagonista da transformação social. A estabilidade e o reconhecimento conquistados no magistério abriram-lhe a brecha necessária para que sua voz transbordasse para o papel: em Úrsula, seu romance inaugural publicado em 1859, Firmina finalmente inscreveu, em letra e alma, sua posição sobre o escravismo e se consagrou como romancista precursora.

Úrsula, obra considerada o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira escrita por uma mulher negra, possui uma narrativa que rompe com os padrões literários da época ao conceder voz, sentimentos e humanidade às personagens negras e escravizadas, denunciando a brutalidade da escravidão e os preconceitos raciais. Sua crítica social, profunda e pioneira, revelava uma postura antirracista e feminista avançada para o seu tempo, principalmente pelo fato de o escravizado Firminiano ser aquele que fala da África e só reconhece a verdadeira liberdade no tempo em que habitava aquela terra saudosa, o que confere à obra uma dimensão humanizadora rara na literatura brasileira oitocentista (Silva, 2013)

Autodidata e pioneira, Maria Firmina rompeu, por esforço próprio, a cadeia de exclusão que apartava as mulheres do mundo das letras. Ainda assim, como tantas escritoras de seu tempo, foi lançada ao ostracismo por décadas. Seu resgate literário só viria em 1975, com a publicação de *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Morais Filho, e a reedição fac-similar de Úrsula por Horácio de Almeida. A obra voltaria a ser reeditada em 1988, no centenário da Abolição, e novamente em 2004, pela editora Mu-

lheres, que relançou também o conto “A escrava”, devolvendo à luz a voz que a história insistia em apagar (Silva, 2013).

Portanto, escrevemos este capítulo com a convicção de que Maria Firmina dos Reis construiu uma voz resistente e dissonante na literatura do século XIX, tanto por ser uma mulher escritora, em um período no qual a escrita pública era quase exclusivamente masculina quanto por ser uma mulher preta autodidata que em suas obras deu vez e voz aos cativos e tentou perceber a escravidão sob a lógica social dos próprios escravos, os dotando de humanidade, de caráter, e de profunda saudação de uma mãe África ausente.

Por tudo isso, cremos que a voz de Maria Firmina merece ser ecoada mais uma vez e não apenas ecoada, mas ouvida e saudada com reverência profunda. Portanto, reverenciamos Maria Firmina dos Reis e sua trajetória de revolução, pioneirismo e resistência.

3. ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: O LEGADO LITERÁRIO DE MARIANA LUZ

Imagem 2: Mariana Luz



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em:
https://antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/maranhao/mariana_luz.html

Mariana Luz (1871-1960) nascida em Itapecuru-Mirim, no Maranhão, em um contexto que ainda era marcado pela escravidão e profundas desigualdades sociais, é uma autora que ocupa um lugar singular na história da literatura brasileira, construindo uma trajetória intelectual de uma abundante relevância para a cultura nacional. Professora, jornalista e escritora, ela contribuiu com diversos periódicos e se consolidou como uma das vozes femininas mais expressivas no seu tempo, suas produções literárias vêm a se mostrar de uma forma bastante diversificada e comprometida com as expressões da questão social as quais eram vivenciadas na sua época, perpassando entre poemas, crônicas, peças teatrais, hinos e ritos religiosos.

Suas obras apresentam reflexões sobre as condições humanas, desigualdades sociais e as contradições da sociedade brasileira. Nos seus poemas "Quadros" e "Ruínas", publicados em 1904 no jornal O Rosariense, Mariana Luz traz como evidência, por meio de sua linguagem marcada por traços simbolistas, um contraponto entre a riqueza das elites e o cenário de pobreza os quais eram vivenciados pelas classes subalternizadas. Sua poesia supera o mero exercício estético e assume uma dimensão crítica ao retratar a exclusão social e os efeitos de uma ordem social marcada pela desigualdade.

Além da sua relevância literária de produções, Mariana Luz é uma figura importante no marco da inserção das mulheres no espaço de produção intelectual, em uma sociedade que é marcada pelo patriarcado e pelo racismo estrutural. Sua atuação como escritora e jornalista veio a constituir uma forma de resistência diante das limitações impostas às mulheres, especialmente às mulheres negras, nessa década. Seu reconhecimento culminou, entre outros feitos, em sua entrada na Academia Maranhense de Letras, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar esse espaço majoritariamente masculino.

Apesar da sua contribuição significativa para a literatura e a cultura brasileira, Mariana Luz permaneceu durante décadas à margem da historiografia literária nacional. Ao resgatar sua trajetória, é trazida à tona uma representação não apenas pela grande qualidade que seu nome carrega, mas também para a valorização das vozes femininas e negras que foram silenciadas historicamente. Revisitar suas obras é contribuir para uma compreensão mais plural da literatura brasileira e para a recuperação de uma importante memória intelectual do país.

Nesse cenário, a redescoberta de Mariana Luz não se limita apenas à recuperação de uma autora esquecida, suscitando reflexões mais amplas sobre os processos de invisibilização e resistência que estão presentes na produção intelectual de mulheres negras no Brasil. Sua escrita traz consigo elementos fundamentais para fomentar uma compreensão das relações entre a literatura, a memória e a crítica social, evidenciando como a arte tem o poder de expressar as contradições de uma sociedade que é marcada por desigualdades estruturais. A partir desse viés, se torna possível a ampliação do debate para outras dimensões da sua produção e para diferentes significados que as suas obras assumem diante do contexto da literatura brasileira e das lutas por reconhecimento e representação.

A partir desse viés, a análise da produção literária de Mariana Luz permite uma compreensão de como a autora transformou a escrita em um instrumento de denúncia e reflexão acerca da realidade social do seu tempo. A riqueza representativa, da pobreza, da marginalização e das desigualdades, não aparece de uma forma casual nos seus poemas, mas como uma expressão de uma sensibilidade crítica capaz de captar as contradições que atravessavam a sociedade brasileira no período pós-abolição. Ao trazer como evidência os contrastes entre a opulência de determinados grupos sociais e a precariedade a qual era vivenciada

por outros, Luz revela os limites de um projeto de modernização que não foi capaz de cumprir com a garantia de condições dignas de vida para grande parte da população.

Nesse sentido, os poemas, "Quadros" e "Ruínas" passam a constituir um importante registro literário das expressões da questão social que se faziam presentes no início do século XX. A autora constrói cenários que evidenciam ainda mais a exclusão social e o abandono dos sujeitos que foram historicamente marginalizados, por meio das imagens poéticas carregadas de simbolismos. Sua escrita mostra que o papel da literatura vai além da contemplação estética, podendo assumir um papel na problematização das relações sociais e das estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades.

Além disso, sua trajetória evidencia os desafios enfrentados pelas mulheres que buscavam a ocupação nos espaços de produção intelectual em uma sociedade marcada por relações patriarcais e racistas. O seu reconhecimento tardio traz a reflexão sobre os processos históricos de apagamento que atingiram diversas escritoras negras, cujas contribuições foram desconsideradas pela crítica literária nacional. Dessa maneira, o resgate de Mariana Luz representa um movimento de revisão historiográfica, que tem como intuito a ampliação dos referenciais da literatura brasileira e a incorporação das perspectivas historicamente excluídas dos espaços de legitimidade cultural.

A permanência de suas obras nos debates contemporâneos demonstra que as questões abordadas pela autora ainda se fazem presentes nos tempos atuais. Temas como desigualdade social, exclusão, discriminação e resistência continuam presentes na realidade brasileira, fazendo com que suas obras ganhem um cunho atemporal. Sendo assim, revisitar Mariana Luz significa não apenas recuperar uma importante intelectual negra da história da literatura nacional, mas também reconhecer a potência

crítica de sua escrita para a compreensão das múltiplas contradições que constituem a sociedade brasileira.

4. MARIA ARAGÃO: AS INQUIETUDES QUE VIRAM LUTA, RESISTÊNCIA E BUSCA POR GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS.

Imagem 3: Maria Aragão



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: https://www.eufemea.com/2025/02/mulheres-nordestinas-que-enfrentaram-a-ditadura/

Maria José de Camargo Aragão, popularmente conhecida como Maria Aragão, foi uma mulher negra que nasceu em 10 de fevereiro de 1910, no Engenho Central, região do interior do Maranhão. Depois de finalizar sua formação no Curso Normal em São Luís, em 1934, mudou-se para o Rio de Janeiro acompanhando sua mãe, que estava gravemente doente e faleceu pouco tempo depois.

Maria Aragão, apesar de enfrentar desafios socioeconômicos, na sua condição de mulher negra e nordestina, incluindo perío-

dos de extrema privação material, perseverou em sua trajetória acadêmica e ingressou no curso de Medicina da antiga Universidade do Brasil. Sua perseverança possibilitou tornar-se médica em novembro de 1942, realizando o sonho de se tornar médica.

Segundo Ribeiro, Ribeiro e Silva (2018), Maria Aragão foi uma mulher à frente de seu tempo, enfrentando o conservadorismo que caracterizavam sua época com ideias e ações, se dedicando à luta contra várias formas de discriminação e opressão. De acordo com as autoras, Maria Aragão iniciou sua atuação profissional na área da Pediatria, no estado do Rio Grande do Sul, entretanto, enfrentou discriminações por sua condição de "mãe solteira", numa época marcada por fortes preconceitos de gênero. Sua trajetória foi profundamente impactada pela morte precoce da filha, vítima de uma epidemia, o que a levou a interromper suas atividades profissionais e retornar ao Rio de Janeiro. A partir dessa experiência, afastou-se da Pediatria e passou a dedicar-se à especialidade de Ginecologia.

Interessante mencionar que, segundo Ribeiro, Ribeiro e Silva (2018, p. 46) em 1944, Maria Aragão ingressou no corpo médico do Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, contexto marcado por sua aproximação das atividades políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB), participando de reuniões e debates organizados pelo partido. Sua filiação ao PCB ocorreu após sua participação em um histórico comício realizado no Estádio de São Januário, ocasião em que foi fortemente influenciada pela liderança e pelos discursos de Carlos Prestes.

De acordo com as autoras, em 1945 Maria Aragão retornou ao Maranhão com o propósito de estruturar e ampliar a atuação do PCB no estado. A partir de então, desenvolveu intensa militância política, participando da organização de comícios, da produção e distribuição de jornais e panfletos, bem como de mobilizações junto aos trabalhadores em espaços fabris. Como resultado desse

esforço organizativo, o partido alcançou expressivo crescimento em sua base de filiados, chegando a reunir aproximadamente 2.600 membros no estado.

A vida política de Maria Aragão mostrou que ela era uma mulher decidida e dona da sua própria trajetória, e foi através da sua determinação que ela construiu novos processos de lutas no Maranhão. A conjuntura social e política na qual estava inserida não era das mais favoráveis, onde se tinha conflito de ideias, e da mentalidade dos regimes sociais no país, o que era um agravante ser mulher, ainda mais uma mulher preta e comunista, o que se configurava uma afronta à sociedade conservadora, machista e racista (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Luís Carlos Prestes exerceu forte influência sobre sua trajetória política, podendo ser considerado sua principal referência. Uma das figuras mais importantes da esquerda brasileira, destacou-se pela atuação revolucionária e pela militância comunista. Participou de movimentos armados nas décadas de 1920 e 1930, viveu no exílio e foi preso durante o governo de Getúlio Vargas. Voltando do exílio realizou um comício no Rio de Janeiro, no estádio Vasco da Gama, onde o discurso feito ali fez Maria repensar sua trajetória profissional e política (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

As inquietações de Maria não foram causadas por estudos sobre a sociedade, mas sim da sua profissão de médica, mulher, negra, e pobre, Maria Aragão passou a ocupar espaços no PCB a partir da década de 1940. Pensou em ir para o Acre para dar utilidade social a sua profissão, pretendendo atuar nas terras mais distantes do estado, no entanto foi desconsiderada sua partida, onde ela ouviu as palavras de Prestes no estádio e foi ali que ficou fascinada pelo comunismo (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Em 1945 foi enviada para o Maranhão para organizar o partido, passou a coordenar o jornal local, Tribuna do Povo, no qual se revelou uma agitadora política, o partido era organizado por

pessoas desprivilegiadas. Sofreu perseguição político partidária e religiosa, o que a fez viver vários momentos de conflitos e tensões, foi apedrejada por populares influenciados pelo padre local (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Em 1951, durante a greve, foi presa pela primeira vez, devido a uma armadilha feita pelo governo, porque o partido estava atuando na ilegalidade, ficou presa por mais de 80 dias e foi libertada, pegou infecção durante o período que esteve presa, nesses dois momentos foi "abraçada" pelo povo que estava indo a ambos os lugares prestar solidariedade pelo momento que estava passando (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Maria Aragão teve como sua primeira profissão professora, profissão essa que foi exigida pela sua mãe, foi isso que a ajudou a se formar em medicina, com ajuda do seu irmão que fazia parte do exército do Rio de Janeiro, passou a dar aula de português para motoristas, colaboradores e operários (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Quando exerceu a profissão no hospital Miguel Couto, onde era ginecologista, o público que ela atendia eram pessoas carentes, e com problemas semelhantes ao seu, sempre os tratou com carinho e atenção, foi isso que marcou sua carreira, para ela não bastava medicar, mas também facilitava o atendimento juntamente com os outros médicos, doava medicação. Em 1970, trabalhou na Liga Maranhense de Combate ao Câncer, e nos postos de saúde do João Paulo e Anil. Atendia de graça, ia atender a domicílio, onde os pacientes pagavam somente os custos de deslocamento (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Para ela não bastava ser médica, ela tinha que fazer a diferença na vida das pessoas pobres e por isso dedicou-se a melhorias das condições sociais, sua luta se deu de maneira firme e forte, com nenhuma possibilidade de desistir dos seus interesses, o que trouxe bons resultados para a saúde Maranhense (Ribeiro, Ribeiro e Silva 2018).

Participou da criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humano (SMDDH), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participou ativamente durante sua história da militância até o fim da vida. Faleceu em 23 de julho de 1991, mas deixou um legado grandioso na medicina, na militância, e na história social do Maranhão, sendo referência de coragem, compromisso social, e da luta pelos direitos da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas reflexões, buscou-se analisar as contribuições de Maria Firmina dos Reis, Mariana Luz e Maria Aragão para a construção da identidade regional maranhense, evidenciando suas trajetórias como expressões de resistência, protagonismo e transformação social. A partir da compreensão da formação sócio-histórica do Maranhão e das relações de raça, gênero e classe que atravessam a realidade brasileira, foi possível reconhecer que essas mulheres ocuparam lugares centrais na produção de conhecimentos, na luta por direitos e na construção de alternativas frente às múltiplas formas de opressão que marcaram suas épocas.

Embora inseridas em contextos históricos distintos, as trajetórias analisadas apresentam elementos convergentes. Maria Firmina dos Reis transformou a escrita e a educação em instrumentos de denúncia da escravidão e de afirmação da humanidade da população negra, rompendo com os limites impostos às mulheres no século XIX. Mariana Luz, por sua vez, utilizou a literatura e o jornalismo como espaços de elaboração crítica da realidade social, contribuindo para a inserção das mulheres nos circuitos intelectuais e para a problematização das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Enquanto Maria Aragão construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com as lutas popu-

lares, pela defesa dos direitos sociais e pela atuação política em favor dos segmentos historicamente excluídos, articulando sua prática profissional às demandas da população trabalhadora e empobrecida.

As experiências dessas mulheres revelam que a história do Maranhão não pode ser compreendida sem o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres negras em seus processos de constituição social, cultural e política. Ao desafiarem estruturas de dominação racial, patriarcal e de classe, produziram formas concretas de resistência que ultrapassaram seus tempos históricos e permanecem inspirando novas gerações. Seus legados demonstram que a luta por reconhecimento, igualdade e justiça social é construída por sujeitos que, mesmo diante da exclusão e do silenciamento, encontram caminhos para transformar a realidade.

Nesse sentido, recuperar e valorizar essas trajetórias é também fortalecer perspectivas críticas sobre o presente. Em uma sociedade ainda marcada pelo racismo estrutural, pelo sexismo e pelas desigualdades sociais, a memória dessas mulheres constitui importante instrumento de reflexão, resistência e mobilização coletiva. Mais do que personagens da história maranhense, Maria Firmina dos Reis, Mariana Luz e Maria Aragão representam a permanência de uma ancestralidade que resiste, cria e transforma.

Assim, reafirma-se que, no Maranhão, as “Marias” não são apenas nomes inscritos nos registros da história. São símbolos vivos de coragem, intelectualidade, compromisso social e luta por emancipação humana. Suas vozes continuam ecoando no presente, convocando a sociedade a reconhecer a centralidade das mulheres negras na construção da memória, da identidade e dos horizontes de justiça social.

REFERÊNCIAS

EU FEMEA. *Mulheres nordestinas que enfrentaram a ditadura.* 2025. Disponível em: https://www.eufemea.com/2025/02/mulheres-nordestinas-que-enfrentaram-a-ditadura/. Acesso em: 12 jun. 2026.

MIRANDA, Antonio. *Mariana Luz. Brasília: Portal de Poesia Ibero-Americana* [s.d.]. Disponível em: https://antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/maranhao/mariana_luz.html. Acesso em: 12 jun. 2026.

RIBEIRO, Elisandra; RIBEIRO, Elisania; SILVA, José. *MARIA ARAGÃO: mulher negra de lutas.* Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p. 41-55, jan./jun. 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/8626/5280. Acesso em: 09 jun. 2026.

SILVA, Luana. *Centenário de Maria Firmina dos Reis: pioneira da literatura negra no Brasil. Revista Cult, 2024*. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/. Acesso em: 7 jul. 2025.

SILVA, Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v. 29, n. 56, p. 11-19, 2011. Publicado em 2013. Disponível em: https://doi.org/10.34112/2317-0972a2011v29n56p11-19. Acesso em: 13 jun. 2026.

TERRA. *Maria Firmina dos Reis: a primeira escritora negra do Brasil*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/maria-firmina-dos-reis-a-primeira-escritora-negra-do-brasil,7296315f02148bc86b5e9e97e4bbc3f0o0v4hady.html. Acesso em: 12 jun. 2026.

2. FILHAS DA TERRA, MÃES DA LUTA E PRECURSORAS DA RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS DO PIAUÍ

- Cinthia Aparecida Dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: santoscinthia560@gmail.com

- Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: jhenyfer.feitosa@academico.ufs.br

- João Vitor Dos Santos Paiva
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: joaovsantos.1903@gmail.com

- Lyandra Maria de Melo Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: lyandramelo@outlook.com

- Rayssa Cruz Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: rs3952617@gmail.com

- Ticyane dos Santos Carvalho
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: ticyyanecarvalho03@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Esse capítulo é fruto de uma exposição fotográfica realizada como atividade da disciplina de Realidade Regional, componente curricular do 5º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ministrada pelo Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho no ano de 2025. A disciplina aprofundou a discussão acerca da realidade regional nordestina, com destaque para a formação sócio-histórica da região, suas particularidades e expressões culturais, orientada pelo referencial do materialismo histórico-dialético, com especial atenção às questões étnico-raciais e de gênero.

Neste capítulo, buscamos evidenciar uma lacuna presente na historiografia piauiense ao analisar a trajetória de três mulheres negras do Piauí, conferindo visibilidade às suas contribuições como precursoras de processos de resistência social, política e cultural. Pretende-se demonstrar como suas histórias e lutas ultrapassam seus contextos históricos específicos e permanecem reverberando na contemporaneidade. Tal proposta justifica-se pelo fato de que a história do Piauí tem sido, em grande medida, narrada a partir de perspectivas que marginalizam ou invisibilizam a participação das mulheres negras em sua formação sócio-histórica, reduzindo ou silenciando o protagonismo dessas mulheres na construção da identidade regional.

Distanciando-se desse lugar historicamente atribuído de coadjuvantes, as mulheres negras aqui abordadas são verdadeiras "filhas da terra". Destacaram-se como pilares fundamentais de suas comunidades, tornando-se "mães da luta" ao liderarem movimentos, mobilizarem sujeitos coletivos e construírem espaços de resistência frente às diversas formas de opressão. Suas trajetórias evidenciam que a construção da realidade piauiense não pode ser compreendida sem o reconhecimento das contribuições políticas, culturais e sociais das mulheres negras.

A formação sócio-histórica do Piauí apresenta características singulares no contexto brasileiro, especialmente por ter sido marcada por um processo de ocupação territorial que se deu predominantemente do interior para o litoral, impulsionado pela expansão da pecuária extensiva a partir do século XVII.

Diferentemente de outras capitanias nordestinas, cuja dinâmica econômica esteve fortemente vinculada à agroindústria açucareira, o Piauí estruturou-se a partir de grandes propriedades voltadas à criação de gado, conformando uma sociedade rural dispersa, marcada pelo isolamento geográfico e pela predominância de uma elite latifundiária. Essa estrutura econômica e fundiária consolidou uma cultura material e social profundamente vinculada à pecuária, influenciando hábitos, técnicas de trabalho, formas de sociabilidade e relações de poder, elementos que contribuíram para a constituição de uma dinâmica social própria, fortemente associada à figura do vaqueiro e à denominada "cultura do couro" (Alves, 2003).

Nesse contexto, as mulheres negras desempenharam papel fundamental, embora sistematicamente invisibilizado pelos registros históricos oficiais. Além de atuarem nos serviços domésticos e em diversas atividades relacionadas ao trabalho produtivo, muitas foram submetidas à exploração, à violência e a diferentes formas de dominação. Ainda assim, construíram estratégias de resistência que se expressaram na luta cotidiana pela sobrevivência, na preservação de saberes e práticas culturais e, sobretudo, na valorização da educação como instrumento de emancipação para as gerações futuras. Ao longo do século XX, esse legado foi ressignificado e fortalecido por meio da participação em movimentos sociais e organizações coletivas, muitas delas originadas em pastorais vinculadas à Igreja Católica, que posteriormente deram origem a grupos autônomos voltados para o enfrentamento do racismo e do sexismo, ampliando o protagonismo político das mulheres negras piauienses (Silva, Sousa, 2024; Sousa, Damasceno, 2024).

A trajetória das mulheres negras no Nordeste brasileiro sempre foi atravessada pelos obstáculos impostos pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pelas desigualdades de classe, fatores que historicamente limitaram seu acesso à educação, à participação política, à produção cultural e aos espaços de reconhecimento social. No Piauí, tais desafios assumiram contornos particulares em razão das profundas desigualdades socioeconômicas e do persistente silenciamento das contribuições da população negra para a formação do estado.

Entretanto, apesar dessas barreiras, as mulheres negras construíram legados que permanecem vivos na cultura, na memória coletiva e nos processos de resistência social presentes no território piauiense. Suas contribuições revelam não apenas a capacidade de enfrentamento das opressões historicamente impostas, mas também sua centralidade na construção da identidade regional e na permanência de valores, práticas e formas de organização que seguem influenciando a sociedade piauiense contemporânea.

2. A VANGUARDA DAS MULHERES NEGRAS PIAUIENSES, ABRINDO TRILHAS ONDE ANTES HAVIA SILÊNCIO

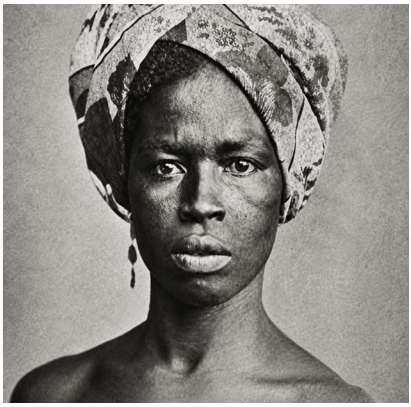
Ao nos debruçarmos sobre o estudo da realidade regional nordestina, adentramos inevitavelmente nas questões étnico-raciais e de gênero, pois falar do Nordeste é também falar das mulheres negras que ajudaram a construir o legado dessa terra, carregando em suas trajetórias a marca da resistência e da luta, sem sucumbir aos inúmeros desafios que atravessaram suas existências. No entanto, a ordem social capitalista, estruturada por relações racistas, patriarcais, misóginas e xenofóbicas, tende a invisibilizar essas trajetórias, relegando essas mulheres às margens pouco contadas da historiografia.

Dessa forma, surge a necessidade de dar nome, rosto e visibilidade a essas mulheres por meio da exposição fotográfica e, posteriormente, desta coletânea. Mais do que resgatar memórias, trata-se de reconhecer trajetórias que contribuíram significativamente para a construção da realidade social, política e cultural do Piauí, mas que nem sempre receberam o devido destaque nos registros históricos. Assim, buscamos reafirmar o protagonismo das mulheres negras na formação da identidade piauiense e nordestina, destacando, a seguir, a memória de três mulheres que se tornaram pioneiras em suas respectivas trajetórias de resistência, luta e transformação social.

2.1 A escrita é um eco indomável da consciência que se recusa a calar: a trajetória de esperança garcia, a primeira advogada do Brasil

"Pelo amor de Deus e do seu valimento,
ponha os olhos em mim"
Esperança Garcia em sua carta

Imagem 1: Esperança Garcia



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/tag/esperanca-garcia

A trajetória de Esperança Garcia, mulher negra submetida à escravidão durante o período colonial brasileiro, representa um marco fundamental para os estudos sobre resistência, protagonismo feminino negro e memória social. Sua atuação confronta as narrativas tradicionais que, ao longo da história, silenciaram as vozes negras e minimizaram suas contribuições para a construção da sociedade brasileira.

Autora de uma correspondência redigida em 1770, considerada uma das primeiras manifestações jurídicas produzidas por uma pessoa escravizada no Brasil, Esperança Garcia denunciou as violências sofridas, reivindicou direitos e utilizou elementos da religiosidade como estratégia para sensibilizar as autoridades coloniais. Essa manifestação escrita, elaborada em um contexto de extrema opressão, transformou-se em um símbolo de luta por justiça e equidade. O reconhecimento tardio de Esperança Garcia como a primeira mulher a exercer uma atuação jurídica no Brasil evidencia a urgência de valorizar as contribuições das mulheres negras para a construção da história nacional.

De acordo com Silva (2024), Esperança nasceu na Fazenda Algodões, localizada em Oeiras, então primeira capital da província do Piauí, onde teve acesso à alfabetização, condição incomum para pessoas escravizadas naquele período. Aos 16 anos, casou-se e teve seu primeiro filho. Posteriormente, porém, foi separada de sua família e entregue ao capitão Antônio Vieira do Couto, administrador de fazendas a serviço da Coroa Portuguesa. Com a expulsão dos jesuítas, determinada pelo Marquês de Pombal, a propriedade foi transferida para outros administradores, e Esperança foi deslocada para diferentes localidades, permanecendo distante do esposo e dos filhos.

Em 1770, aos 19 anos, escreveu uma petição dirigida ao governador da capitania, Gonçalo Pereira Botelho de Castro, na qual denunciava os maus-tratos sofridos por ela e por seus familiares,

além de solicitar providências para protegê-los (Dias, 2024). Esse documento histórico, descoberto em 1979 no Arquivo Público do Piauí, é considerado por diversos estudiosos uma forma embrionária de habeas corpus, destacando-se como uma das primeiras manifestações jurídicas produzidas no Brasil a partir da perspectiva de uma pessoa escravizada (Veiga, 2025). Em reconhecimento à relevância desse ato de resistência, o dia 6 de setembro, data em que a carta foi escrita, foi instituído em 1999 como o Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí. Posteriormente, em 2017, Esperança Garcia foi reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI) como a primeira advogada do estado e, em 2022, pelo Conselho Federal da OAB, como a primeira advogada do Brasil (Dias, 2024; Veiga, 2025).

Ademais, a espiritualidade presente na carta não pode ser compreendida apenas como expressão da fé religiosa, mas também como uma importante estratégia de resistência. Ao mencionar práticas e sacramentos do catolicismo, como o batismo, a confissão e o casamento, Esperança Garcia buscou conferir legitimidade às suas reivindicações e sensibilizar as autoridades coloniais diante das injustiças denunciadas (Silva, 2024). Sua religiosidade transformou-se, assim, em instrumento de luta por respeito, dignidade e liberdade, dando voz ao sofrimento de inúmeras mulheres escravizadas e deixando um legado que permanece como símbolo de resistência feminina negra (Dias, 2024).

A memória de Esperança Garcia continua a florescer em cada mulher negra que, ao enfrentar as estruturas de opressão ainda presentes na sociedade, reconstrói sua trajetória a partir de suas próprias potências, mobilizando coragem, dignidade e ousadia. Sua história permanece viva como expressão de uma ancestralidade marcada pela resistência, pela luta por direitos e pela permanente reinvenção da existência diante das adversidades.

2.2 A Resistência como semente da ruptura, nascida no chão fértil da luta política: o percurso pioneiro de Francisca Trindade

"Eu só acredito em política assim. Se isso não é regra em política, pois eu quebrei as regras, porque eu não sei fazer política enganando, mentindo, nem fazendo conchavos desonestos"
Francisca Trindade

Imagem 2: Francisca Trindade



Fonte: Imagem de domínio público, divulgada pela ALEPI

Francisca Trindade nasceu em Teresina, em 26 de março de 1966, tendo o bairro Água Mineral como espaço de vivência, militância e construção identitária. Mulher negra, destacou-se por sua atuação incansável em defesa dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania. Natural de Teresina, cidade onde sempre residiu, construiu uma expressiva trajetória política: foi vereadora, deputada estadual e deputada federal eleita com votação recorde. Sua militância teve início nas bases populares, como líder comunitária no bairro Água Mineral e como participante de grupos juvenis (Silva; Medeiros, 2022).

Formada em Teologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Trindade dedicou sua vida à criação e ao fortalecimen-

to de movimentos voltados para a defesa da juventude pobre, da população negra, especialmente das mulheres negras, e da classe trabalhadora. Destacou-se também por sua atuação no movimento negro e no movimento de mulheres, sendo uma das fundadoras do Grupo Afro Cultural Coisa de Nêgo, criado em Teresina no ano de 1990. Como mulher negra ocupando espaços de poder, sua presença ampliou significativamente a visibilidade das pautas étnico-raciais no estado, tornando sua trajetória uma importante fonte de inspiração para novas lideranças negras no cenário político e social piauiense (Silva; Medeiros, 2022).

Sua militância partidária teve início em 1985, quando se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1996, foi eleita vereadora de Teresina e, em 1998, tornou-se a deputada estadual mais votada da capital. Entre 1999 e 2000, presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Piauí. Em 2002, foi eleita deputada federal com a expressiva marca de 165.190 votos, a maior votação do estado até então. Assumiu o mandato em 2003, exercendo a função de vice presidenta da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados. Contudo, sua trajetória foi interrompida precocemente aos 37 anos, em decorrência de um aneurisma cerebral, durante o exercício do mandato parlamentar (Terra, 2023).

Segundo relatos de amigas próximas, Francisca Trindade não hesitava em demonstrar suas fragilidades diante das adversidades impostas pela vida pública. Compartilhava medos, angústias e dores provocadas pelos ataques de opositores e pelo desrespeito de alguns pares políticos. Chorava diante das injustiças, mas rapidamente transformava sua indignação em força para seguir lutando e defendendo suas convicções. Em determinados momentos, confessava o cansaço e o desejo de dedicar mais tempo à família e às simplicidades da vida cotidiana. Ainda assim, reafirmava constantemente que sua missão ultrapassava interesses individuais. Tinha

plena consciência da responsabilidade que carregava como representante da população de Teresina e do Piauí, assumindo com convicção aquilo que denominava a "dor e a delícia" de ser Francisca Trindade. Mulher de posicionamentos firmes, autêntica e coerente em sua prática política, jamais permitiu que sua condição de mulher negra e de origem popular fosse compreendida como um limite; para ela, esse preconceito era um problema da sociedade, não seu. Sabia por que ocupava aquele espaço e, sobretudo, a quem representava (Silva; Medeiros, 2022).

Seu nome permanece inscrito na história por meio de uma identidade complexa e multifacetada. Negra, filha, irmã, amiga, companheira, mãe, militante, parlamentar, apreciadora da boa música e dos encontros simples da vida, todas essas dimensões coexistiam sem hierarquias, compondo uma existência plural. Reduzi-la a uma única definição seria impossível. Francisca Trindade reunia, simultaneamente, singularidade e coletividade. Em cada aspecto de sua trajetória, demonstrava inteireza, vivendo com intensidade e recusando qualquer forma de acomodação. Seu nome, carregado de significados, remete às suas raízes familiares e ao seu profundo pertencimento comunitário. Desde a infância, recusou o lugar de subalternidade historicamente reservado aos sujeitos que, como costumava dizer, estavam "do lado de cá" da sociedade.

Assim, falar de Francisca Trindade é impedir que a teia do esquecimento seja lançada sobre seu rico legado político, social e cultural para a história do Piauí. É reconhecer o protagonismo das mulheres negras por meio de uma trajetória forjada nas lutas e resistências que marcaram sua existência. É reconhecer a herança ancestral de uma mulher negra que enfrentou, com coragem e firmeza, as estruturas patriarcais, racistas e classistas de uma sociedade que, historicamente, pouco aprendeu a respeitar a diversidade de seus sujeitos (Terra, 2023).

Ecoar sua voz permanece sendo uma tarefa fundamental, sobretudo para que as novas gerações conheçam uma história construída em um contexto de redemocratização do país, no qual os sonhos da juventude se entrelaçavam aos sonhos coletivos de transformação social. Dar visibilidade à sua trajetória significa reconhecer seu legado na abertura de novos caminhos para mulheres que encontraram força em sua liderança e em sua atuação política. Mais do que isso, trata-se de reafirmar que sua representatividade negra continua impulsionando a luta antirracista e inspirando novos projetos de emancipação social (Terra, 2023).

Francisca das Chagas da Trindade continua fazendo germinar suas sementes em cada mulher negra que desafia as estruturas opressoras e recria sua trajetória a partir de suas próprias potencialidades. Sua memória permanece viva na coragem, na altivez e na ousadia daquelas que se reconhecem herdeiras da luta e da resistência das mulheres negras piauienses. Seu legado segue inspirando novas gerações a ocupar espaços, reivindicar direitos e transformar a realidade, reafirmando que a luta das mulheres negras continua sendo uma força fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 Quando o corpo dança a alma resiste: o clamor por direitos humanos da dança de Luzia Amélia, a primeira mestre em dança do Piauí

"Minha dança clama por direitos humanos o tempo todo, por bem viver, por viver com dignidade. Minha dança não é mais só sobre minha pessoa"
Luzia Amélia

Imagem 3: Luzia Amélia



Fonte: Acervo pessoal de Luzia Amélia

Ser mulher negra no Piauí significou, durante muito tempo, enfrentar desde a negação de direitos básicos até as dificuldades de acesso aos espaços de reconhecimento intelectual, artístico e cultural. Nesse contexto, a dança esteve longe de constituir um campo neutro, sendo historicamente marcada pela elitização do balé clássico e pela invisibilização das manifestações populares e afrodescendentes. Embora existisse um discurso de valorização da cultura nordestina, os corpos negros eram frequentemente excluídos dos espaços de prestígio ou representados de forma estereotipada.

É nesse cenário que emerge a trajetória de Luzia Amélia, cuja atuação simboliza resistência, pioneirismo e afirmação cultu-

ral. Sua caminhada como bailarina, coreógrafa e pesquisadora ultrapassa os limites do campo artístico, configurando-se também como uma expressão política e social de luta. Sua trajetória a insere entre as mulheres negras nordestinas que, por meio de suas práticas e produções, contribuíram para ressignificar a realidade regional, afirmando-se como protagonistas na preservação, valorização e renovação das artes no estado (Amélia, 1997; Filho, 2017).

Sua formação acadêmica representa um marco na história cultural piauiense. Luzia Amélia tornou-se a primeira mulher do Piauí a conquistar o título de mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição reconhecida nacionalmente como referência no campo das artes cênicas. Tal conquista extrapola a dimensão individual, pois abriu caminhos para que outras mulheres negras pudessem vislumbrar a possibilidade de construir trajetórias acadêmicas em espaços historicamente marcados pela exclusão social, racial e de gênero. Seu percurso rompeu barreiras e reafirmou a potência da mulher negra nordestina como produtora de conhecimento, arte e cultura (Queirós, s.d.; Filho, 2017).

No campo artístico, destacou-se especialmente à frente do Balé Folclórico de Teresina, companhia que fundou e dirigiu. Nesse espaço, articulou sua sólida formação técnica à valorização das tradições culturais piauienses, produzindo obras inovadoras que dialogavam com o universo popular sem abrir mão do rigor estético. O espetáculo *Calango*, apresentado em 1997, tornou-se uma das principais expressões desse processo. Inspirado nas manifestações culturais locais, o trabalho reafirmava a memória coletiva, a resistência cultural e a identidade regional por meio da dança. Ao levar para os palcos elementos da cultura popular, Luzia Amélia produzia não apenas arte, mas também memória e história (Queirós, s.d.).

Uma das marcas mais significativas de sua produção artística foi a capacidade de promover o encontro entre o clássico e o regional. Ela transita entre diferentes linguagens corporais, incorporando técnicas do balé clássico e da dança contemporânea, reinterpretando-as à luz da realidade cultural piauiense. Dessa síntese nasceu uma estética singular, na qual o corpo se transformava em espaço de memória, invenção e resistência. Ao valorizar as matrizes afrodescendentes e nordestinas, projetou a dança produzida no Piauí para além das fronteiras do estado, demonstrando que é possível construir uma linguagem artística universal sem renunciar às raízes locais e ao pertencimento territorial (Queirós, s.d.).

Sua vida e sua obra podem ser compreendidas como uma estratégia permanente de preservação e atualização das artes no Piauí. Por meio da dança, articulou ancestralidade africana, tradição popular e inovação contemporânea, construindo uma narrativa artística capaz de dialogar com o passado sem perder de vista os desafios do presente. Nesse sentido, a arte tornou-se instrumento de resistência, não apenas como denúncia das desigualdades, mas também como criação, memória e projeção de futuros possíveis. Por essa razão, a relevância de Luzia Amélia ultrapassa os limites de sua produção artística imediata, consolidando-a como referência para novas gerações de mulheres negras, tanto no campo cultural quanto no meio acadêmico.

Sua trajetória demonstra que a mulher negra nordestina pode ocupar posições de protagonismo e desafiar estruturas historicamente excludentes. Ao inspirar jovens artistas, pesquisadoras e produtoras culturais, Luzia Amélia construiu um legado que fortalece a identidade piauiense e amplia as possibilidades de reconhecimento da cultura negra na região. Assim, ocupa um lugar central na narrativa das mulheres negras do Piauí, não apenas por suas conquistas individuais, mas por ter contribuído para a

abertura de novos caminhos para o Nordeste contemporâneo. Sua história, portanto, não deve ser compreendida como uma experiência isolada, mas como parte de um processo coletivo de resistência, afirmação identitária e transformação social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas mulheres conhecemos na história do nosso país? Quantas delas são reconhecidas como personalidades importantes, que lutaram por seus povos, romperam barreiras e se tornaram pioneiras em suas áreas de atuação? Essa ausência de reconhecimento está profundamente relacionada aos processos históricos de invisibilização de gênero e raça. Foi a partir dessa invisibilidade, amplamente debatida na disciplina de Realidade Regional, que surgiu a inquietação que impulsionou a necessidade de dar notoriedade a essas mulheres.

Nasce, assim, a exposição artística *Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina* (mostra fotográfica), que buscou dar visibilidade e escuta a vozes historicamente silenciadas pelas estruturas patriarcais e racistas da sociedade brasileira. Posteriormente, essa experiência deu origem ao presente capítulo.

Neste trabalho, particularizamos a trajetória de mulheres negras do estado do Piauí que representaram e ainda representam seu povo, pois não apenas testemunharam a história acontecer, mas foram protagonistas na sua construção. É o caso de Luzia Amélia, que segue viva propagando a cultura e a arte piauiense, bem como de Esperança Garcia e Francisca Trindade, mulheres aguerridas que deixaram marcas profundas na luta contra a escravidão, o racismo, o patriarcado e as diversas formas de opressão.

Esperança Garcia, ao escrever sua célebre petição reivindicando justiça, direitos e dignidade para si e para os seus, mar-

cou não apenas a sua própria história ou a história do Piauí, mas tornou-se referência em todo o país ao ser reconhecida como a primeira advogada do Brasil, deixando um legado atemporal de resistência. Luzia Amélia, por sua vez, utiliza a arte da dança como instrumento de resistência, transformação social e valorização cultural, fazendo da expressão artística um caminho para a emancipação humana e para a afirmação identitária. Sua trajetória reafirma que um povo que desconhece suas origens e sua cultura corre o risco de perder parte fundamental de sua própria história. Já Francisca Trindade encontrou na política e nos movimentos sociais instrumentos para fortalecer as lutas por justiça social e pelos direitos da população, demonstrando a importância da presença de mulheres negras nos espaços de poder e decisão, especialmente na formulação de políticas públicas voltadas para os segmentos historicamente marginalizados da sociedade.

A trajetória dessas mulheres inspira e desperta no povo piauiense sentimentos de orgulho, pertencimento e reconhecimento identitário, reafirmando a centralidade da mulher negra na construção da história, da arte, da política e das lutas por justiça e igualdade. Cada uma delas contribuiu de forma singular, em seu respectivo contexto histórico, para romper barreiras impostas pelo racismo e pelo machismo, transformando experiências de opressão em resistência e convertendo suas vozes individuais em expressões coletivas de luta. Suas histórias revelam a força e a importância das mulheres negras na construção da sociedade brasileira.

Cabe destacar que essas mulheres não constituem casos isolados na história. No Piauí e em todo o Brasil, existiram e continuam existindo inúmeras Esperanças Garcia, Luzias Amélia e Francisca Trindade, mulheres que se tornaram pontas de lança em um processo histórico contínuo de luta, resistência e protagonismo negro feminino.

Portanto, conferir o devido reconhecimento e a devida visibilidade a essas trajetórias possibilita não apenas o resgate da memória histórica, mas também o fortalecimento da compreensão crítica acerca do papel das mulheres negras na construção da sociedade brasileira. Para a formação de assistentes sociais, esse processo assume especial relevância, pois contribui para o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade social e para o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, democrática, plural e igualitária. Assim como nossas pioneiras aqui homenageadas, que sigamos resistindo e lutando pela concretização dessa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *As bases históricas da formação territorial piauiense*. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.
AMÉLIA, Luzia. *Balé Folclórico de Teresina: trajetória e memórias*. Teresina, 1997.

DIAS, Helena. Conheça Esperança Garcia, negra escravizada e primeira mulher advogada do Brasil. *Brasil de Fato*, Recife (PE), 21 nov. 2024. Atualizado em 23 nov. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/11/21/conheca-esperanca-garcia-negra-escravizada-e-primeira-mulher-advogada-do-brasil/. Acesso em: 19 ago. 2025.

FILHO, Noé. *Luzia Amélia*. *Geleia Total*, 18 out. 2017. Disponível em: https://www.geleiatotal.com.br/2017/10/18/luzia-amelia/. Acesso em: 2 set. 2025.

QUEIRÓS, Amanda. *Luzia Amélia*. In: SPCD – São Paulo Companhia de Dança. *Dança em Rede*. Botucatu: SPCD, s.d. Disponível em: https://spcd.com.br/verbete/luzia-amelia/. Acesso em: 2 set. 2025.

SILVA, Assunção de Maria Sousa e; MEDEIROS, Lucineide Barros. *Francisca Trindade: o poder e a resistência da mulher negra*. Teresina: EdUESPI – Editora da Universidade Estadual do Piauí, maio de 2022. Disponível

em: https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/101. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, Edmilson. História de resistência de Esperança Garcia é retratada em quadrinhos para todos os públicos. *Portal do Governo do Estado do Piauí*, Teresina, 20 nov. 2024. Disponível em: https://www.pi.gov.br/historia-de-resistencia-de-esperanca-garcia-e-retratada-em-quadrinhos-para-todos-os-publicos. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, Iraneide Soares; SOUSA, Juliana Alves. Memórias do movimento de mulheres negras em Teresina, Piauí, Brasil, dos séculos XX e XXI: os primeiros passos. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 158-177, jun. 2024.

SOUSA, Maria Victória Santos; DAMASCENO, Marii Ferreira de Carvalho. Invisibilidade da mulher negra nas narrativas das políticas públicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Paulistana. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 2, e249239, 2024.

TERRA, Sônia. Francisca Trindade, uma história de resistência; 20 anos de sua partida. *Cidadeverde.com*, 26 mar. 2023. Disponível em: https://cidadeverde.com/noticias/389381/francisca-trindade-uma-historia-de-resistencia-20-anos-de-sua-partida. Acesso em: 31 ago. 2025.

VEIGA, Edison. Esperança Garcia: quem foi a escravizada considerada a 1ª advogada do Brasil. *BBC News Brasil*, [s.l.], 12 maio 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c308pvg7m6po. Acesso em: 19 ago. 2025.

3. O CEARÁ/CE EM FOCO: REMEMORANDO A VIDA E AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL DO NORDESTE

- Camilly dos Santos Sousa
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: camillydossantossousa@gmail.com.

- Júlia Victória Almeida Campos Alves
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: juvictoriaufs@gmail.com.

- Júlia Vitória Santana Oliveira
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: santanajulia398@gmail.com.

- Maria Izadora de Sá Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: saizadora790@gmail.com.

- Nathalia Victória Inácio da Silva
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: nathaliainacio555@gmail.com.

- Wendel Fernandes Santos de Sousa
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: wendelfernandess@academico.ufs.br.

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa a formação sócio-histórica do Ceará, destacando o protagonismo das mulheres negras na construção da realidade regional nordestina. Reconhece-se a relevância de resgatar sua memória e luta, uma vez que, mesmo submetidas ao racismo estrutural, ao patriarcado e à exploração de classe, essas mulheres foram e permanecem centrais na economia, na cultura e na política. A trajetória histórica do Ceará é marcada pela herança colonial – como a concentração fundiária, a escravidão africana e a marginalização da população negra –, além da expansão pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, em meio à resistência indígena e à exploração da mão de obra escravizada.

Nesse contexto, as mulheres negras assumiram papel essencial na manutenção das famílias, na preservação dos saberes tradicionais e na criação de estratégias de sobrevivência e resistência. Fundamentado em autores como Almeida (2002) e Silva; Farias; Ferreira (2025), o estudo evidencia como os processos históricos moldaram a realidade cearense e reafirma as mulheres negras como agentes de identidade e resistência. Por fim, destaca suas contribuições e os desafios contemporâneos, ressaltando a permanência da luta por justiça social, igualdade e reconhecimento de sua centralidade na história regional.

A formação sócio-histórica do Ceará resulta de um conjunto de processos coloniais, econômicos, sociais e políticos que moldaram sua identidade e suas contradições estruturais. Nesse sentido, diferentemente das capitanias açucareiras do Nordeste, o território cearense teve seu povoamento impulsionado pela interiorização da pecuária, atividade que exigia grandes extensões de terra e pouca mão de obra, funcionando como elo entre o litoral e o sertão (Almeida, 2002). Essa dinâmica tornou-se a base de sua ocupação territorial, consolidando o estado como “área de abas-

tecimento das regiões açucareiras" e promovendo uma economia de caráter subsidiário, mas essencial dentro do sistema colonial.

Outrossim, a resistência indígena foi um dos primeiros elementos a marcar essa trajetória. Os povos originários ocuparam vastas áreas e reagiram à invasão europeia, mas sofreram com guerras, epidemias e a escravização. Desse modo, como aponta o livro "História do Ceará: cultura, sociedade e política do sertão ao litoral", a dizimação e submissão dos indígenas constituíram um dos pilares da dominação colonial, revelando a violência e a exclusão que sustentaram o avanço econômico. Logo, essa exclusão, associada à posterior marginalização, produziu raízes de desigualdade social ainda perceptíveis na estrutura regional.

Outro aspecto relevante é a presença da escravidão africana. Embora em menor proporção numérica em comparação com outras províncias, a escravidão no Ceará foi central para a organização do trabalho, sobretudo em áreas urbanas e em atividades domésticas e artesanais. O texto ressalta que "o número reduzido de escravizados não diminui a intensidade da exploração", destacando que a violência e a opressão foram igualmente brutais. Essa particularidade ajudou a configurar a composição demográfica e cultural do estado, bem como a fortalecer lutas pela abolição, culminando na abolição antecipada em 1884.

A geografia e o clima também aparecem como determinantes na formação do Ceará. O semiárido e a recorrência das secas moldaram não apenas a economia, mas também as relações sociais e políticas. A seca é apresentada como "fenômeno natural manipulado politicamente pelas elites", dando origem à chamada "indústria da seca", em que recursos destinados ao combate à estiagem foram apropriados por grupos dominantes para manutenção de privilégios e controle social. Isso consolidou práticas de clientelismo e coronelismo, que estruturaram a política cearense durante o século XIX e início do XX.

Nesse contexto, a concentração fundiária e o poder dos grandes proprietários de terra aparecem como elementos centrais. A pecuária extensiva demandava grandes áreas, o que reforçou o latifúndio e gerou processos de exclusão social, empurrando camadas populares para a marginalidade ou para a migração. "A estrutura fundiária cearense consolidou-se em bases latifundiárias, em que a posse da terra representava não apenas riqueza econômica, mas sobretudo poder político" (Silva *et al.,* 2025, p. 14).

Por outro lado, a história do Ceará também é marcada por resistência. Além das lutas indígenas e da presença negra, movimentos populares se organizaram em resposta às contradições sociais, como a participação na Confederação do Equador (1824) e a atuação em revoltas abolicionistas. Esses episódios revelam que, embora a estrutura social estivesse alicerçada na exploração, também se desenvolveram forças contra hegemônicas que buscavam alternativas.

Assim, a formação sócio-histórica do Ceará se caracteriza por uma combinação de dependência econômica, concentração fundiária, exploração da mão de obra indígena e africana, impactos climáticos utilizados politicamente e persistência de práticas oligárquicas. Contudo, é também atravessada por experiências de resistência e organização popular que questionaram essas estruturas. Em síntese, o Ceará foi forjado na contradição entre dominação e resistência, uma chave interpretativa essencial para entender não apenas seu passado, mas também os desafios sociais e políticos que permanecem no presente.

Como parte constitutiva desse processo, destacamos na sequência as particularidades da resistência das mulheres negras no Ceará.

2. A LUTA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS CEARENSES NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE REGIONAL DO NORDESTE

A formação sócio-histórica do Ceará não pode ser compreendida sem considerar o protagonismo das mulheres negras, historicamente invisibilizadas pela narrativa oficial. Ainda que a escravidão no Ceará tenha ocorrido em menor escala numérica em relação a outras regiões do Brasil, a presença negra foi fundamental na organização da vida social, econômica e cultural da província.

Embora invisibilizadas por muito tempo, as mulheres negras sempre foram pilares de suas comunidades, desempenhando funções que ultrapassam o trabalho doméstico. No contexto de escravidão, de pobreza e de seca, organizaram-se para garantir a sobrevivência de suas famílias, preservando saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais, e mantendo viva a cultura afro-brasileira por meio da oralidade, das práticas religiosas e das expressões artísticas.

Conforme afirma Madeira (2019), "As mulheres negras, nas cidades e no campo, foram responsáveis por articular redes de sobrevivência e resistência, sustentando famílias e comunidades em contextos de profunda exclusão social" (Madeira, p. 45, 2019).

A atuação dessas mulheres também alcançou o campo político e social. Lideraram movimentos quilombolas, participaram de revoltas contra a opressão e, com o passar do tempo, assumiram papéis de militância em defesa dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero. Essas mulheres foram protagonistas na criação de associações comunitárias, cooperativas e grupos de apoio, voltados para combater os efeitos da pobreza e da exclusão social.

No espaço urbano, atuaram como quituteiras, vendedoras ambulantes, lavadeiras e parteiras, garantindo sua subsistência e

movimentando a economia local. Esse trabalho, muitas vezes associado à informalidade, era também forma de autonomia frente à escravidão e ao racismo estrutural. Lélia Gonzalez (1988) aponta que tais práticas devem ser compreendidas como expressões de resistência cultural, pois preservavam saberes afrodescendentes, tanto na culinária quanto nas formas de sociabilidade popular.

No período abolicionista, o Ceará – primeira província a decretar a abolição em 1884 – contou com a mobilização de mulheres negras em campanhas comunitárias de apoio aos libertos, evidenciando que a luta pela liberdade não se restringia às figuras masculinas ou às elites intelectuais. Conforme afirma Jurema Werneck (2005, p. 79), "a luta das mulheres negras pela liberdade e pela vida digna atravessa o período da escravidão e do pós-abolição, permanecendo como herança de resistência até os dias atuais". Assim, reconhecer as contribuições das mulheres negras significa ampliar a compreensão da história cearense, deslocando o olhar das oligarquias agrárias para as experiências populares. Elas foram agentes de resistência, transmissoras de saberes e lideranças comunitárias, elementos indispensáveis para a construção da realidade social e cultural do Ceará.

2.1 Cícera Preta- Memorando a ancestralidade

O presente tópico se dedica à trajetória de Cícera Barbosa, conhecida como Cícera Preta, intelectual e militante do movimento negro cearense. Sua relevância se justifica pela forma como articula a memória, a ancestralidade e a crítica ao racismo estrutural nas instituições de ensino e na sociedade. Assim como outras mulheres negras, sua atuação ultrapassa a esfera individual e conecta-se ao processo histórico de resistência e afirmação da identidade negra no Ceará, tornando-se uma referência na preservação da memória coletiva e na promoção da igualdade racial.

Figura 1: Cícera Preta



Fonte 1: @CICERAPRETA, 2025.

Figura de grande importância, Cícera dá visibilidade a debates como o combate à educação racista no Estado do Ceará e o rompimento com a lógica colonial, ao resgatar a historicidade da cultura negra da região. Além de militante, é professora de História e mestranda na Universidade Federal do Ceará, em que sua pesquisa acadêmica trata das celebrações de liberdade e dos sentidos da luta negra no Ceará, destacando as lideranças invisibilizadas pela branquitude, mas que tiveram papel central no processo de abolição da escravatura.

Atualmente, ela é coordenadora de exposições museológicas e está à frente do projeto "Galeria da Liberdade" no Museu de Imagem e do Som Chico Albuquerque, onde busca o fortalecimento da memória, da cultura e da historicidade dos saberes ancestrais, dando visibilidade à questão racial e protagonismo a símbolos de resistência, através de exposições que realçam as perspectivas negras e contribuem para ressignificar a memória histórica e a ancestralidade negra no Ceará. Nesse sentido, sua atuação rememora a pluralidade, a diversidade e a interseccionalidade das relações étnico-raciais, reivindicando uma ótica que elucida a história das mulheres negras como agentes centrais na formação

sócio-histórica cearense e defendendo a desnaturalização do racismo nos ambientes institucionais.

A trajetória de Cícera Preta também nos convida a refletir sobre como a realidade regional nordestina é composta por contradições históricas: de um lado, a herança do racismo estrutural, da marginalização e do silenciamento das populações negras; de outro, a força de sujeitos sociais que ressignificam sua identidade e reivindicam espaços de pertencimento. Como afirma Jurema Werneck (2005), a luta das mulheres negras pela liberdade e pela vida digna atravessa o período da escravidão e do pós-abolição, permanecendo como herança de resistência até os dias atuais. Nesse sentido, a atuação de Cícera dialoga com uma longa tradição de mulheres que, apesar da invisibilidade histórica, sempre foram protagonistas de processos de resistência.

Do ponto de vista do Serviço Social, sua prática como educadora, pesquisadora e coordenadora cultural insere-se em um movimento mais amplo de resgate da memória histórica, fundamental para a análise da realidade regional Nordeste, que não pode ser compreendida apenas pela ótica econômica, mas também pelas experiências culturais e políticas das populações marginalizadas. Como nos lembra Lélia Gonzalez (1988), as práticas culturais das mulheres negras não devem ser vistas como meros aspectos folclóricos, mas como expressões de resistência que preservam identidades e desafiam a ordem colonial.

Ao trazer à tona a memória de lideranças negras invisibilizadas e ao construir espaços de visibilidade, Cícera Preta exemplifica o que Sueli Carneiro (2003) denomina de "enegrecer o feminismo", ou seja, deslocar a centralidade do debate para as experiências das mulheres negras e suas especificidades no enfrentamento ao racismo e ao patriarcado. Essa perspectiva amplia a compreensão crítica da realidade nordestina e reforça a importância do Serviço Social em articular políticas públicas que reconheçam tais sujeitos como agentes centrais da transformação social.

Assim, ao valorizar figuras como Cícera Preta, compreendemos que a análise da realidade regional não se limita à economia ou à política formal, mas envolve também o reconhecimento dos saberes ancestrais, da luta simbólica e cultural e da resistência cotidiana. Esse movimento reforça a perspectiva crítica da disciplina, que entende a região como espaço de contradições, mas também de produção de alternativas e de afirmação da dignidade.

A vida e a militância de Cícera, portanto, representam não apenas uma trajetória individual, mas um espelho das lutas históricas e atuais das mulheres negras nordestinas, reafirmando sua centralidade na construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

2.2 Tia Simoa – o protagonismo feminino na abolição cearense

Aqui também apresentamos a trajetória de Simoa Maria da Conceição, conhecida como Tia Simoa, figura emblemática da história cearense. Tornou-se símbolo da luta e da resistência negra no processo de abolição da escravidão, destacando-se pelo engajamento popular e pela defesa da liberdade.

Figura 2: Tia Simoa



Fonte 2: https://www.renatoroseno.com.br/noticias/renato-roseno-preta-tia-simoa-memoria, 2021.

Mulher negra liberta, Tia Simoa, desempenhou um papel crucial nos eventos que culminaram na "Greve dos Jangadeiros" em 1881, em Fortaleza. Esse episódio, muitas vezes negligenciado nos registros históricos, representou um ponto de mudança na luta contra a escravidão no Ceará. A recusa dos jangadeiros em transportar escravizados a partir do porto de Fortaleza sinalizou o enfraquecimento do sistema escravista na província e pavimentou o caminho para a abolição, que se concretiza três anos depois.

A atuação de Tia Simoa foi além de uma mera participação em eventos isolados. Sua liderança e influência na comunidade negra local foram fundamentais para mobilizar e conscientizar a população sobre a importância da luta pela liberdade. Sua voz ecoou nos movimentos populares e nas reuniões que desafiaram o poderio escravista, inspirando outros a se unirem à causa abolicionista.

Além disso, Tia Simoa desafiou as narrativas dominantes que inviabilizaram a contribuição das mulheres negras na história do Ceará. Em uma sociedade que constantemente questionava a origem e a identidade das mulheres negras cearenses, Tia Simoa reafirmou sua negritude e sua conexão com a luta por direitos. Sua jornada demonstra que a resistência negra no Ceará não se limitou à dicotomia entre conformismo e oposição, mas sim a uma experiência complexa e multifacetada, construída historicamente pela etnia negra.

A história de Tia Simoa nos convida a revisitar o passado e a questionar os silêncios e as omissões que marcaram a historiografia cearense. Ao resgatar sua memória e reconhecer sua importância na luta pela abolição, honramos não apenas sua trajetória individual, mas também a história de todo um povo que lutou e resistiu em busca da liberdade e da igualdade.

2.3 Zelma Madeira: celebrando a existência e as contribuições de Zelma Madeira na realidade regional Cearense.

O presente artigo tem como tema a vida, o legado e as contribuições da professora, pesquisadora e ativista Zelma Madeira, cuja trajetória se debruça na luta contra o racismo e na defesa dos direitos das mulheres negras do Ceará e no Nordeste. Nesse sentido, a relevância dessa escolha se justifica pela necessidade de compreender como figuras intelectuais e militantes como Zelma Madeira, a partir de suas experiências e práticas, dialogam com a construção de uma identidade regional marcada pela resistência das mulheres negras.

Figura 3: Zelma Madeira



Fonte 3: https://www.igualdaderacial.ce.gov.br, 2023.

Zelma Madeira é uma intelectual, pesquisadora e gestora pública cuja trajetória articula produção acadêmica, militância e atuação política voltada para a promoção da igualdade racial no Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestre (1998) e doutora em Sociologia (2009) pela Universidade Federal do Ceará, consolidou-se como referência nos estudos sobre relações étnico-raciais, gênero, família e políticas públicas.

Tem sua trajetória marcada pelo entrelaçamento entre vida acadêmica, ativismo e gestão pública. Sua atuação foi sempre orientada pela luta contra o racismo e pela defesa da cidadania da população negra. Ademais, no campo acadêmico, Zelma destacou-se como professora da UECE e pesquisadora reconhecida nacionalmente, com obras que discutem as relações raciais, as políticas públicas e a experiência das mulheres negras no Nordeste.

Filha de pedreiro e costureira, Zelma enfrentou obstáculos sociais, raciais e econômicos para alcançar a educação superior e tornar-se professora universitária. Desde cedo, sua mãe lhe transmitiu a ideia de que "permanecer na escola era a saída para quem é pobre e negro". Durante a infância, sofreu racismo na escola, mas transformou essa dor em força de resistência: "Eu me intranquilizava muito com o que as pessoas chamam hoje de bullying e eu chamo de racismo" (Madeira, 2019, p. 782). Incentivada pela família, ingressou no curso de Serviço Social da UFPI, em 1986, em um período sem políticas afirmativas. Logo, sua militância foi fortalecida pela participação em movimentos sociais, sempre com foco nas questões de gênero e raça.

A docência surgiu como vocação e espaço de transformação social: "Eu gosto de construção do conhecimento, de ler, de discutir, de ouvir, de debater, de perceber a juventude, a necessidade de aprender" (Madeira, 2019, p. 789). Como pesquisadora e militante do feminismo negro, articulou ensino, pesquisa e extensão, fundando o Laboratório de Afrobrasilidade, Gênero e Família – NUAFRO (2010), liderou o grupo de pesquisa "Relações Étnico-raciais: Cultura e Sociedade" do CNPq, destacando-se pelo diálogo entre pesquisa e ação política e assumindo cargos de gestão pública, como a Coordenadoria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará (CEPPIR).

Desse modo, seu trabalho dialoga com referenciais críticos, inspirados em pensadoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carnei-

ro, mas também se insere em um movimento de valorização das epistemologias produzidas a partir da experiência das mulheres negras nordestinas.

Além da vida acadêmica, Zelma Madeira também ocupou espaços de destaque na gestão pública. Nesse espaço, desenvolveu projetos e campanhas inovadoras de enfrentamento ao racismo institucional, entre os quais se destaca a campanha "Ceará Sem Racismo: respeite minha história, respeite minha diversidade", premiada com o Prêmio Innovare 2020 na categoria Justiça e Cidadania (Madeira, 2022). Foi assessora especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais do Governo do Ceará, coordenando ações estratégicas no combate ao racismo institucional e na promoção da igualdade racial.

Sua passagem pela administração pública foi marcada pelo compromisso em aproximar teoria e prática, universidade e comunidade, saber científico e saber popular. Assim, essa experiência evidencia como sua atuação ultrapassa os limites da academia, ao transformar conhecimento em políticas públicas capazes de impactar a realidade social.

A produção de Zelma Madeira evidencia não apenas um percurso individual de excelência, mas também um projeto coletivo de afirmação da identidade negra no Ceará e no Nordeste. Ao problematizar a invisibilidade da população negra na região, ela contribuiu para ampliar a compreensão da realidade local e nacional, afirmando a necessidade de políticas específicas para combater desigualdades raciais e de gênero. Seu legado, portanto, ultrapassa o espaço acadêmico e reverbera nas lutas sociais cotidianas, sendo lembrada como referência de resistência, dignidade e produção crítica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo rememorar e dar visibilidade às trajetórias das mulheres negras na construção da realidade regional do Ceará e do Nordeste, compreendendo-as não apenas como personagens históricas, mas como protagonistas de processos de resistência, saberes e transformação social. Desde o período colonial até a contemporaneidade, essas mulheres, mesmo atravessadas pelas marcas do racismo, do patriarcado e da exclusão social, souberam reinventar estratégias de sobrevivência e criar caminhos de dignidade para si, suas famílias e comunidades.

Ao resgatar suas histórias, reconhecemos que o Ceará não se fez apenas a partir das elites e de suas narrativas oficiais, mas também e sobretudo da força de mulheres que, invisibilizadas por séculos, sustentaram a economia, preservaram a cultura, transmitiram conhecimentos ancestrais e abriram espaços de luta e resistência. Figuras como Cícera Preta, Tia Simoa e Zelma Madeira simbolizam essa continuidade histórica: de mulheres que ousaram transformar dor em força e memória em identidade, reafirmando diariamente a importância de se combater o racismo estrutural e todas as formas de opressão.

Assim, ao concluirmos este artigo, compreendemos que falar das mulheres negras é falar de vida, de resistência e de futuro. É reconhecer que sua atuação não se restringe ao passado, mas ecoa no presente e projeta novos horizontes para as próximas gerações. Cabe, portanto, manter viva essa memória e assegurar que suas contribuições sejam não apenas lembradas, mas também celebradas como parte fundamental da história do Nordeste e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças de. *História do Ceará.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo:* a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2003.

CICERAPRETA. *Cíceraprеta 4.0 de axé [Fotografia].* Instagram, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DKQBJo0Seo9/. Acesso em: 30 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da; LIMA, Ivone (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.* Petrópolis: Vozes, 1988.

MADEIRA, Zelma**.** *Mulheres negras e espaços de poder*: resistências e desafios no Brasil contemporâneo. Fortaleza: UFC, 2019.

MADEIRA, Zelma. *Intelectuais negras brasileiras:* reflexões sobre gênero, raça e práticas acadêmicas. Percursos, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 206-229, 2019. DOI: https://doi.org/10.5965/1984724620452019206. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24687. Acesso em: 25 ago. 2025.

MADEIRA, Zelma. Reflexões sobre Serviço Social, relações raciais e produção de conhecimento no Brasil. In.: *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 451-468, 2020. DOI:https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.065.DS12.Disponível em: http://doi.org/10.7213/1981-416X.20.065.DS12. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Maria Larisse Elias da; FARIAS, Ana Elizabete Moreira de; FERREIRA, Jussara Viana Bezerra (org.). *História do Ceará:* cultura, sociedade e política do sertão ao litoral. Campina Grande: Amplla, 2025.

WERNECK, Jurema. *O samba segundo as Ialodês:* mulheres negras e a cultura midiática. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

4. O RIO GRANDE DO NORTE EM DESTAQUE: MEMÓRIAS E LEGADOS DAS MULHERES NEGRAS NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE REGIONAL NORDESTINA

- Gabriell José Teodósio Couto
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: gabriellvasco123@gmail.com.

- João Pedro Santos da Cunha
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: joaosantos.cunha@hotmail.com.

- Julianny Ferreira dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: juliannyferreira29@gmail.com.

- Maria Beatriz Santos Moura
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: ariabeatrizsm@academico.com.

- Rafael Mota Dantas
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: motarafael2003@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida desse artigo são as mulheres negras e seu pertencimento à terra, bem como suas contribuições sobre lutas sociais. Hoje enfrentamos uma série de entraves sociais, políticos, econômicos e, entre outros, que atravessam diversas pessoas e a elas é determinado o pré-conceito que as expõe a mazelas de uma sociedade que sobrevive ao capitalismo e suas contradições. Desse modo, compreender um Estado opressor, bem como o sistema que o sustenta é imprescindível para a luta. São sujeitos levados às favelas, celas e ruas, condenados pela cor de pele, gênero, sexualidade e religião.

Ser uma pessoa negra no Brasil – com o histórico abolicionista tão recente, faz tornar-se alvo principal da bala perdida e da violência doméstica. Segundo dados do Atlas da Violência 2025, a população negra brasileira tem 2,7 mais chances de sofrerem homicídio, além disso mostrou que a taxa de assassinato sobre esse corpo, no Nordeste, é de 41% e está sendo uma das mais alarmantes. E de acordo com FBSP/IPEA, em 2024 dos 1.492 casos registrados de feminicídios, 63,6% das vítimas eram negras.

Este é um fator histórico importante e determinante para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil, que expõe as condições precárias de vida da população menos favorecida, predominantemente negra, sem acesso a diversos direitos básicos que constam na Constituição de 1988. São segmentos da classe trabalhadora impedidos na escravidão e no pós-abolição de acessar espaços, lazer, educação, entre outros.

E os entraves já mencionados atingem ainda com mais força mulheres negras e pobres. São violências que se permeiam por distintos graus de impacto. E estas, à margem da sociedade, como nas favelas resistem a tais entraves e se colocam em lutas coletivas em busca da garantia de uma efetiva sociedade justa, sem

amarras com o racismo estrutural, patriarcado e sexismo. Vinculam-se a uma extensão de conhecimento que ultrapassa essas discriminações. O presente artigo destaca a formação e atuação de mulheres que realizam tais feitos.

A análise da trajetória das mulheres negras nordestinas exige compreender que suas experiências são atravessadas por desigualdades históricas, fruto da colonização, do racismo estrutural e da marginalização econômica. No entanto, são também histórias de resistência e de organização coletiva, que transformam dor em luta e ausência em presença.

2. MULHERES NEGRAS NO RIO GRANDE DO NORTE: HISTÓRIAS, LUTAS E LEGADOS NA CONSTRUÇÃO DO NORDESTE

A formação sócio-histórica desse estado é marcada por uma colonização que perpassa por uma trama de avanços hesitantes, recuos estratégicos e confrontos que definiram sua estrutura social e econômica. E quase cem anos após a chegada de Cabral, os portugueses aportaram no litoral, estabelecendo uma presença inicial fraca e instável, marcada por um pequeno grupo de colonos próximos à costa e pela coexistência com as comunidades indígenas que dominavam o interior.

A economia incipiente, centrada em alguns engenhos de açúcar, foi interrompida pela invasão holandesa, resultando no abandono temporário da Capitania. Com o retorno dos portugueses, a partir de 1654, iniciou-se uma ocupação mais consistente, alicerçada na distribuição de sesmarias. Esse processo marcou o surgimento de uma hierarquia social, com os grandes proprietários ocupando o topo da pirâmide e expulsando os povos indígenas de suas terras ancestrais.

Essa disputa territorial gerou uma série de conflitos que culminaram em guerras sangrentas e genocidas na década de 1680,

abrindo caminho para a consolidação de uma nova ordem econômica e social. E no século XVIII, a pecuária ganhou destaque, expandindo as fazendas para o interior e estabelecendo o gado como principal atividade econômica. Esse movimento fortaleceu o poder dos fazendeiros e estruturou redes de clientelismo que se tornariam a base do poder político e social da região. Além disso, os indígenas, em grande parte, foram confinados em aldeamentos ou forçados a fugir, contribuindo para o gradual desaparecimento de sua presença como força autônoma no território.

A organização institucional do espaço começou a se transformar com as reformas pombalinas. O conflito entre a Coroa portuguesa e a Igreja, especialmente os jesuítas que controlavam a mão de obra indígena, gerou mudanças significativas, bem como, a expulsão da Companhia de Jesus e a criação de vilas seculares nos antigos aldeamentos representaram a centralização administrativa nas mãos da Coroa e a consolidação definitiva do poder dos fazendeiros.

Assim, no final do século XVIII, o Rio Grande do Norte exibia uma estrutura territorial, econômica e social que refletia a força do latifúndio e a marginalização dos povos originários, estabelecendo um modelo de organização que persistiria nos séculos seguintes. E tendo, como fruto dessa colonização massacrante uma formação que, segundo estudos mais aprofundados afirma-se que:

> No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que se esforçou em

> descrever os fatos, escondendo aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones ou subestimar o número de escravos no sertão. Além disso, é interessante entender que a elaboração de uma versão 'branca' da história se funda necessariamente numa polaridade entre conjuntos opostos: índio/branco, negro/branco, índio/negro. Dualidade reforçada por uma terminologia complexa da alteridade, construída, historicamente, a partir das categorias de 'selvagem', 'bárbaro', 'índio', 'caboclo', 'mameluco', 'cafuzo', 'pardo', 'negro', etc. Alguns termos são ainda utilizados, inclusive pelos antropólogos, por falta de opção (Cavignac, 2003, p. 3).

Com esse recorte regional é possível visualizar ainda mais dificuldades sobre determinadas camadas da população. Desse modo, entendemos como esse estado do nordeste brasileiro se funda também com as características de uma sociedade capitalista, com forte exclusão social. Sendo um estado hoje repleto não só de belezas naturais, mas também reprodutor das contradições do sistema econômico vigente.

Nesse artigo, nos propomos a pensar de forma breve e provocativa sobre o Nordeste, em especial, o estado do Rio Grande do Norte e mulheres aguerridas que sustentaram e sustentam a formação desse território.

Importante destaque[1] fazemos quanto a algumas mulheres que marcam o pioneirismo político no Rio Grande do Norte, a exemplo de Clara Camarão (1769), indígena que demarcou a resistência no processo de colonização; Nísia Floresta (1810-1885),

1 Informações a partir da página: https://memorial.al.rn.leg.br/index.php/pioneirismo-da-mulher/pioneirismo-das-mulheres. Acesso em 15 de jun. 2026.

educadora e poetiza; Ana Floriano, líder política; Auta de Souza (1876 – 1801); Alzira Soriano, a primeira prefeita no Brasil e Celina Guimarães, a primeira mulher a exercer o direito a sufrágio feminino.

A contemporaneidade carrega, portanto, marcas dessa trajetória de resistência feminista no território potiguar, sobre algumas delas discorremos a seguir.

2.1 Entre racismo e resistência: a trajetória de Divaneide Basílio

Figura 1: Divaneide Basílio da Silva.



Fonte: https://www.al.rn.leg.br/deputado/138/divaneide-basilio

A professora Maria Divaneide Basílio da Silva, nascida em Pedro Avelino no Rio Grande do Norte (RN), em 30 de maio de 1978, é ativista e atualmente deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no RN. Filha de trabalhadores rurais, mudou-se ainda criança para Natal, momento em que iniciou sua militância em espaços comunitários, pastorais e culturais. Da sua família, Maria Divaneide Basílio da Silva foi a primeira a ingressar na universidade, em que fez a graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde tam-

bém concluiu mestrado e doutorado com pesquisas sobre juventude rural e ação coletiva.

No que concerne a atuação política de Divaneide Basílio, ela sempre esteve vinculada à luta comunitária, estudantil e popular. Participou da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), da Rede de Jovens do Nordeste e de encontros internacionais, como a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999. Sua trajetória institucional teve início em Natal, quando em 2019 assumiu um mandato na Câmara Municipal, tornando-se a primeira mulher negra vereadora da capital potiguar. Dois anos depois, foi a mulher mais votada da cidade para vereadora, alcançando 5.966 votos (CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL, 2021). Em 2022, foi eleita deputada estadual com mais de 52 mil votos, novamente destacando-se como a mulher mais votada da região metropolitana (ALRN, 2023).

Referente à esfera legislativa, Divaneide tem se notabilizado pela defesa dos direitos das mulheres, da população negra e periférica, e pela valorização da cultura popular. Na Assembleia Legislativa, é presidenta da Frente Parlamentar da Mulher, que organiza campanhas como "Feminicídio tem que acabar", audiências públicas e iniciativas de combate à violência de gênero e política. A referida deputada também foi responsável pela implementação da Procuradoria da Mulher no Legislativo natalense, criando espaços institucionais de acolhimento e fortalecimento da luta das mulheres (ALRN, 2023; Divaneide, 2024).

Outra iniciativa importante conduzida pela parlamentar é o julho das Pretas, espaço de mobilização e reflexão que articula organizações de mulheres negras em ações de enfrentamento ao racismo e de valorização da identidade e da cultura afro-brasileira. Além disso, Divaneide apresentou leis relevantes, como a que institui o Selo Dignidade Menstrual (Lei nº 11.702/2024), a que

garante tratamento para depressão pós-parto (Lei nº 11.705/2024) e a que cria o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais (LGBTQIA+) e periféricas (Lei nº 11.622/2023) (Divandeide, 2024).

A trajetória de Divaneide Basílio revela como a política institucional pode nascer de espaços comunitários e populares. Filha de trabalhadores rurais e marcada pela experiência da migração para Natal, sua militância surge na Pastoral da Juventude do Meio Popular, espaço que não se limitava ao religioso, mas que também formava sujeitos políticos a partir das vivências da juventude negra e periférica. Esse ponto é importante porque evidencia como sua identidade de mulher negra, nordestina e filha da classe trabalhadora atravessa toda a sua caminhada.

Ao longo de sua trajetória, Divaneide Basílio reafirma o compromisso histórico com a luta pelas causas das mulheres negras na transformação da realidade social e nordestina. Sua presença no parlamento estadual rompe barreiras históricas de exclusão política e representa um marco de resistência, sobretudo no enfrentamento ao racismo, à misoginia e à LGBTfobia. Sua atuação evidencia o seu compromisso com a luta das mulheres negras na construção da democracia e na afirmação da identidade regional potiguar.

Portanto, a importância de Divaneide Basílio vai além da conquista eleitoral: ela materializa a presença das mulheres negras nordestinas em espaços historicamente negados e reafirma que a política é também lugar de resistência, memória e construção coletiva.

2.2 Elizabeth Lima: Legado de Resistência e Engajamento no Movimento Negro Potiguar

Figura 2: Elizabeth Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Elizabeth Lima da Silva

Destacamos também as contribuições de Elizabeth Lima da Silva, mulher negra, intelectual, assistente social e militante do movimento negro potiguar. Dessa forma, mostra-se a relevância da escolha por meio de suas vivências sociais e atuações voltadas à diversidade étnico-racial, bem como à luta e à resistência das mulheres negras no Rio Grande do Norte.

Ela também fortaleceu o legado das que vieram antes e que dá base para as que estão chegando, Elizabeth Lima, tem uma atuação forte no estado do Rio Grande do Norte, localizado no Nordeste do Brasil, repleto de belezas naturais, cultura e proletariado. É um fato que a mulher negra e pobre permanece exposta a uma tríplice violência (racial, de gênero e classe), o que reforça o peso das iniciativas de resistência e promoção da igualdade social desenvolvidas por Elizabeth Lima.

Nesse sentido, a resistência construída ao longo de décadas até os dias atuais se expressa no trabalho de Elizabeth Lima com diversas contribuições e participações em entidades e coletivos. Entre eles, tem como destaque a AJAGUN OBÍNRÌN, Organização de Mulheres Pretas que tem como fundamentos lutar contra o racismo, sexismo e desigualdade racial.

Ademais, Elizabeth Lima, homenageada inúmeras vezes por entidades devido a sua luta pelas mulheres negras e comunidades quilombolas, tal como homenageada no "O RN por um olhar Quilombola: Encontro Estadual das comunidades Quilombolas do RN". Isso só mostra sua notabilidade tanto no aspecto acadêmico com múltiplas produções, tanto de forma ativa no corpo social, atualmente faz parte do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Parnamirim-RN.

Sob essa ótica, revelam-se as dimensões quando queremos falar sobre mulheres negras no Nordeste, assim como a importância de serem enfatizadas e de terem suas pautas debatidas dentro dessa temática. Nesse sentido, é preciso que ocupem os espaços acadêmicos e de evidência na sociedade, como forma de resistência.

2.3 Mauricleia Soares dos Santos - uma vida de luta, resistência e revolução permanente

A trajetória de Mauricleia Soares, conhecida como Cleia, se inscreve de forma constante na história da profissão de assistente social e nas lutas da classe trabalhadora no Brasil. Ao concluir a graduação, Cleia atuou na Secretaria Estadual de Educação e seguida, na secretaria municipal de Saúde. Contexto, aproximou-se do movimento sindical, tornando-se uma das pioneiras na construção da central única dos trabalhadores (CUT) no Rio grande do Norte. Participou ainda da fundação de sindicatos importan-

tes, como o das assistentes socias e o do Sindsaúde-RN, fez parte da primeira diretoria.

Figura 3: Mauricleia Soares.



Fonte:https://www.opiniaosocialista.com.br/luto-lembrancas-e-notas-de-despedidas-a-mauricleia-soares-dos-santos/

Nos anos 1990 mudou-se para São Paulo, onde construiu sólida trajetória como servidora pública na prefeitura de Diadema até sua aposentadoria. Ainda assim, jamais se afastou da militância profissional, política e sindical. Uma exceção no conjunto CFESS-CRESS foi marcante: esteve à frente de cinco gestões no CRESS-SP (1999-2002, 2002-2005, 2011-2014 e 2014-2017, sendo presidente nesta última) e, posteriormente, no CFESS, de 2017 a 2023, em que reafirmou seu compromisso com a profissão, os direitos humanos e a luta das classes.

Entre suas contribuições de maior impacto, destaca-se o protagonismo na defesa da jornada de 30 horas semanais não apenas para assistente sociais, mas para todo o conjunto da classe trabalhadora. Além disso, foi figura central na idealização e implementação da campanha “assistentes sociais no combate ao

racismo", efeitos concretos para o exercício profissional, influenciando tanto a política institucional do conjunto CFESS-CRESS quanto o cotidiano da categoria.

Sua militância, não se restringiu ao campo profissional. Em 2012, organicamente do partido socialista dos trabalhadores unificado (PSTU), contribuindo com a intervenção política do partido entre os trabalhadores e trabalhadoras da saúde e do serviço social.

Nesse espaço, aprofundou sua militância revolucionária, sempre articulando a luta de classes ao combate às opressões, em especial ao racismo, machismo e as violência de gênero. Foi também uma das principais ativistas da frente pela legalização do aborto em São Paulo, atuando pelo movimento de mulheres em luta (MML) e pelo PSTU.

Mauricleia Soares deixa um legado que transcende fronteiras institucionais ou partidárias. Sua vida foi marcada pela coerência entre prática e princípios, pela defesa de uma sociedade socialista, justa e igualitária, e pela compreensão de que a luta por direitos não se separa da luta por transformação estrutural. Sua atuação inspira assistentes sociais militantes e trabalhadores em geral a seguir firmes na resistência contra as desigualdades sociais e as opressões que estruturam a realidade brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já exposto anteriormente, o artigo em questão tem como propósito resgatar e conferir visibilidade às trajetórias de mulheres negras na conformação histórica e social do Rio Grande do Norte e do Nordeste. Tais trajetórias não devem ser compreendidas de maneira secundária, mas reconhecidas como expressões de protagonismo em processos de resistência, produção de saberes e transformação coletiva. Desde o período colonial até a contemporaneidade, mesmo atravessadas por estruturas de ra-

cismo, patriarcado e exclusão social, essas mulheres elaboraram estratégias de sobrevivência e instituíram caminhos de dignidade para si, suas famílias e comunidades.

Destacam-se figuras como Elizabeth Lima, cuja atuação comunitária e cultural reafirma a importância da preservação das identidades negras no estado; Maria Divaneide Basílio da Silva, professora, militante e atual deputada estadual, que reflete em sua trajetória política a continuidade das lutas das mulheres negras no enfrentamento ao racismo estrutural; e Mauricleia Soares dos Santos, que contribuiu de forma significativa para o fortalecimento das pautas do movimento negro, sobretudo na defesa da igualdade racial, da valorização da identidade afrodescendente e na promoção de políticas públicas inclusivas. Essas trajetórias evidenciam práticas de resistência que transformaram experiências de opressão em força política e memória coletiva.

Assim, como evidenciado, o desenvolvimento do Rio Grande do Norte não se restringe às narrativas das elites, mas se sustenta, de forma decisiva, na contribuição de mulheres negras que, invisibilizadas por séculos, desempenharam papéis fundamentais na economia, na cultura, na preservação de saberes ancestrais e na abertura de espaços de luta e resistência. Exemplos como os de Mauricleia Soares dos Santos e Maria Divaneide Basílio da Silva materializam a continuidade dessa experiência histórica, transformando contextos de opressão em práticas de resistência e projetos de futuro.

Dessa forma, pensar as mulheres negras no Rio Grande do Norte é reconhecer sua presença como elemento constitutivo da história regional e nacional. Suas contribuições, que atravessam o passado e reverberam no presente, projetam horizontes para novas gerações, sendo a preservação e valorização dessas memórias tarefa essencial para assegurar que tais protagonismos não sejam apenas lembrados, mas legitimados como parte fundamental da história nordestina e brasileira.

REFERÊNCIAS

ALRN, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. *Deputada Estadual Divaneide Basílio*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: https://www.al.rn.leg.br/deputado/138/divaneide-basilio. Acesso em: 22 ago. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. *Perfil parlamentar:* Divaneide Basílio. Natal, 2021. Disponível em: https://sapl.natal.rn.leg.br/parlamentar/71. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAVINAG, Julie. A *etnicidade encoberta:* 'indios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. *Revista de Humanidades*, Vol. 4. Num. 8. Caicó, 2003.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Mauricleia Soares dos Santos*, presente. 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/noticia/view/2215/mauricleia-soares-dos-santos-presente. Acesso em: 26 ago. 2025.

DIVANEIDE. *Atuação parlamentar:* defesa das mulheres. 2024. Disponível em: https://divaneide.com.br/divaneide-defesa-das-mulheres/. Acesso em: 19 ago. 2025.

DUARTE, Francisco Wellington. A formação histórica do Rio Grande do Norte: origens e formatações. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, Natal, v. 12, n. 2, p. 158-178, 2023. ISSN 2316-5235. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/download/32529/18096/120743. Acesso em: 1 set. 2025.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *Violência contra mulheres negras no Brasil:* interseccionalidade, justiça e os desafios das políticas públicas. São Paulo, 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.geledes.org.br/violencia-contra-mulheres-negras-no-brasil-interseccionalidade-justica-e-os-desafios-das-politicas-publicas/. Acesso em: 4 set. 2025.

LUTO: lembranças e notas de despedidas a Mauricleia Soares dos Santos. *Opinião Socialista*, 2025. Disponível em: https://www.opiniaosocialista.com.br/luto-lembrancas-e-notas-de-despedidas-a-mauricleia-soares-dos-santos/. Acesso em: 30 ago. 2025.

5. RAÍZES QUE EDUCAM, VOZES QUE CANTAM, CORPOS QUE RESISTEM: TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA

- Joseane Castro dos Reis
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: joseane.castro@academico.ufs.br

- Maria Eduarda dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: eduarda1304@academico.ufs.br

- Maria Lúcia de Santana Brito
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail:Malusanttanajv@gmail.com

- Sophia Victoria dos Santos Monteiro
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail:-Sophiavictoria311@gmail.com

- Victor Guilherme Lima Chagas
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: contatovictur@outlook.com

- Thais Larissa Alves Dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail:-thaislarissa@academico.ufs.br

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da exposição fotográfica ***"Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina"***, realizada em 17 de julho na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A atividade foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Realidade Regional, do curso de Serviço Social, ofertada no semestre letivo 2025.1, sob a orientação do Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho. Neste capítulo, o foco recai sobre o estado da Paraíba, a partir da trajetória de três mulheres negras selecionadas para representar o território paraibano na exposição. Ao ampliar as reflexões iniciadas na mostra fotográfica, o texto busca valorizar suas histórias, lutas e contribuições para a construção da realidade regional e para a afirmação do protagonismo das mulheres negras na história nordestina.

O objetivo deste artigo é evidenciar a importância das mulheres paraibanas na construção da sociedade, especialmente diante dos desafios impostos pelas desigualdades de raça, gênero e classe que historicamente marcam a sociedade brasileira. O texto está organizado em três momentos: inicialmente, apresenta-se uma breve discussão sobre a formação sócio-histórica do estado da Paraíba; em seguida, são expostas as fotografias e as trajetórias das três mulheres escolhidas para representar o estado; por fim, são apresentadas as considerações finais.

A Paraíba é um estado brasileiro localizado na região Nordeste, tendo João Pessoa como sua capital. Assim como ocorreu em outras áreas da região, sua formação sócio-histórica foi marcada pela presença dos povos indígenas, pela expansão da economia açucareira e pelo intenso tráfico de africanos/as escravizados/as, responsáveis por grande parte da força de trabalho utilizada durante o período colonial. Entre os séculos XVI e XVII, a popu-

lação paraibana constituiu-se a partir das relações estabelecidas entre povos indígenas, africanos e portugueses, processo que contribuiu para a formação de uma sociedade culturalmente diversa, mas também profundamente hierarquizada e marcada pelas desigualdades raciais estruturantes da sociedade brasileira (Lira, 2001).

Nesse contexto, as mulheres negras ocuparam papéis fundamentais, embora historicamente invisibilizados. Além de participarem das atividades produtivas nos engenhos, contribuíram significativamente para a construção das expressões culturais, religiosas e identitárias que caracterizam o Estado. Sua presença pode ser percebida em diversas manifestações culturais nordestinas, como o Coco de Roda, o Baião, o Maracatu e a Ciranda, práticas que carregam marcas profundas da ancestralidade africana e da resistência negra.

Dessa forma, a identidade regional paraibana não foi construída apenas pelos grandes acontecimentos políticos ou pela dinâmica econômica da produção açucareira. Ela também se constituiu a partir das experiências, das resistências e das contribuições das mulheres negras que participaram ativamente da formação social do estado. Suas trajetórias evidenciam como raça, gênero e classe se articulam na constituição da realidade paraibana, deixando um legado histórico, cultural e político que precisa ser reconhecido, valorizado e permanentemente visibilizado.

2. AS MULHERES NEGRAS PARAIBANAS: SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Antes de abordar individualmente cada uma das mulheres selecionadas, faz-se necessário trazermos algumas notas introdutórias acerca do contexto histórico, social e cultural em que suas trajetórias foram construídas. A história do Nordeste bra-

sileiro é marcada por profundas desigualdades sociais, heranças do período colonial e da escravidão, que moldaram não apenas a estrutura econômica da região, mas também as relações de raça, gênero e poder. Como aponta Carneiro (2003), o racismo no Brasil encontra-se profundamente enraizado nas estruturas sociais, sustentando processos históricos de exclusão da população negra, especialmente das mulheres, que vivenciam de forma articulada as opressões decorrentes do racismo e do sexismo.

No caso da Paraíba, essas desigualdades manifestaram-se em diferentes momentos de sua formação sócio-histórica, produzindo mecanismos de invisibilização que dificultaram o reconhecimento das contribuições das mulheres negras para a construção da identidade regional. Apesar disso, elas estiveram presentes nos mais diversos espaços da vida social, participando da produção econômica, da preservação de saberes ancestrais, das manifestações culturais, das lutas comunitárias e dos processos de resistência que marcaram a história do Estado. Suas experiências revelam que a construção da realidade paraibana não pode ser compreendida apenas a partir das ações das elites políticas e econômicas, mas também pelo protagonismo daqueles sujeitos historicamente silenciados pelas narrativas oficiais.

Nesse sentido, o enfoque deste artigo recai sobre três mulheres negras paraibanas cujas trajetórias expressam diferentes formas de resistência, protagonismo e transformação social. Suas histórias revelam como a criatividade, a luta e a participação ativa das mulheres negras foram fundamentais para a construção da identidade regional e para a ampliação dos espaços de reconhecimento e cidadania. Ao analisá-las, serão consideradas as dimensões históricas, sociais, culturais e políticas de suas atuações, estabelecendo um diálogo com o processo mais amplo de

formação do Nordeste brasileiro e reafirmando a centralidade da presença feminina negra na sociedade. Mais do que personagens da história, essas mulheres constituem pessoas fundamentais na construção da memória coletiva, da cultura e das lutas por direitos, contribuindo para que novas gerações possam reconhecer e valorizar o legado das mulheres negras na formação da realidade regional paraibana.

2.1 Adélia de França e Silva: o giz, o apagador e o lápis de uma história preta inapagável

O legado da professora Adélia de França representa um marco na história da educação paraibana. Mulher negra atuante em um período marcado por profundas desigualdades de raça e gênero, destacou-se pela dedicação ao ensino e pela coragem com que enfrentou os desafios sociais de sua época. Seu compromisso com a transformação educacional fez dela uma importante referência na formação sócio-histórica da Paraíba e do Nordeste. Nascida em 4 de julho de 1904, no município de Aliança, em Pernambuco, filha de Severina de França e Silva, lavadeira, e de José Francisco de Moura e Silva, comerciante, Adélia construiu sua trajetória pessoal, profissional e política no estado da Paraíba, onde se tornou símbolo de resistência, pioneirismo e protagonismo na educação.

Imagem 1: Fotografia de Adélia de França



Fonte: arquivo pessoal de Cátia de França

Ainda jovem, mudou-se para a capital paraibana, João Pessoa, onde concluiu sua formação na Escola Normal, superando os inúmeros obstáculos enfrentados por mulheres e pessoas negras naquele período, especialmente no acesso à educação. Embora não se saiba ao certo em que circunstâncias sua família se estabeleceu na cidade, é fato que esse momento marcou o início de sua trajetória no magistério, tanto na rede pública quanto na iniciativa privada. A partir de então, Adélia passou a dedicar sua vida ao ensino e à formação de gerações de paraibanos. Permaneceu em atividade por cerca de cinco décadas, lecionando até os últimos anos de sua vida. Faleceu em 13 de janeiro de 1981, aos 77 anos.

Como educadora negra atuante entre as décadas de 1920 e 1970, sua trajetória foi marcada pela resistência diante do racismo estrutural, do sexismo e das desigualdades sociais que limitavam o acesso da população negra à educação e aos espaços de prestígio social. Ao longo de sua carreira, lecionou em diferentes localidades do estado, como Itabaiana, Guarabira, Pedras de Fogo e João Pessoa, contribuindo significativamente para a alfabetiza-

ção e a formação cidadã em contextos marcados pela exclusão social.

A história de vida e a trajetória profissional da professora Adélia de França destacam-se pela amplitude de sua atuação no magistério, que atravessou diversas décadas do século XX. O que a tornava singular não era apenas sua competência pedagógica ou sua capacidade de estabelecer vínculos entre diferentes grupos sociais, mas também sua profunda crença no poder transformador da educação. Além de sua atuação na rede pública de ensino, iniciada aos 22 anos de idade, Adélia fundou e administrou a Escola Moura e Silva, instituição que oferecia aulas de reforço escolar, alfabetização, música e preparação para exames, além de manter um pensionato misto, proposta considerada inovadora para a época.

A Escola Moura e Silva também se destacou por seu compromisso com a solidariedade e a inclusão social. A instituição atendia gratuitamente estudantes sem condições financeiras, utilizando o conhecimento como instrumento de emancipação e mobilidade social. Acolhia tanto filhos e filhas de proprietários de terras quanto estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Para estes últimos, Adélia garantia o acesso gratuito ao ensino, consolidando uma prática educativa pautada pelo compromisso social e pela promoção da igualdade. Além das disciplinas regulares, a escola oferecia reforço escolar, aulas de música e preparação para exames, transformando o espaço educativo em um território de democratização do conhecimento e reafirmando sua concepção de educação como instrumento de emancipação, cidadania e resistência.

A presença de mulheres — especialmente de mulheres negras — na docência, particularmente no Nordeste brasileiro, foi historicamente marcada pela invisibilidade e pelo apagamento. Muitas educadoras negras tiveram suas trajetórias silenciadas ou re-

interpretadas por perspectivas que buscavam embranquecê-las, suavizando ou apagando seus traços identitários para adequá-las aos padrões dominantes de reconhecimento e prestígio social.

Apesar de sua inegável contribuição para a educação paraibana e de sua condição de mulher negra ocupar um espaço de destaque em uma sociedade profundamente desigual, a invisibilidade racial também atravessou a trajetória de Adélia de França. A percepção de muitos de seus alunos e alunas acerca de sua identidade racial revela a complexidade das relações raciais em sua época. Embora diversos relatos a identificassem como uma mulher negra, observa-se, em muitos deles, uma tentativa recorrente de suavizar sua negritude por meio de classificações como "morena" ou "parda". Tal processo evidencia não apenas as formas sutis de racismo presentes na sociedade brasileira, mas também as dificuldades históricas de reconhecimento da identidade negra em espaços socialmente valorizados. Como exemplo, destaca-se o seguinte relato:

Uma mulher negra, mas muito bonita, muito agradável, muito educada. Nessa época não tinha essa malícia, essa coisa que tá ficando tão apurada. Ninguém nunca tratou ela assim com indiferença, nem com menosprezo, esse tipo de coisa não, eu acho que não existia esse tipo de coisa. Ninguém olhava pra dona Adélia discriminando como negra, como feia, nem como cabelo de... Porque às vezes o cabelo dela... ela fazia um totozinho, amarrava assim. Mas ela ficava tão bonitinha, era um negócio interessante, não sei se era porque eu gostava dela. Nessa época não tinha essas coisas, essa discriminação tão grande que o povo diz que tem. Porque ninguém fazia essas coisas com dona Adélia não, os alunos tinham muito respeito por ela e a maioria, como eu, amava ela, queria de bem, de coração mesmo. Ela se entrosava com os alunos, se enturmava, se entrosava, agora com todo respeito. (Dona Mércia, entrevista concedida em 06/06/2012, apud Cavalcante, 2012).

O testemunho revela como o racismo estrutural operava não apenas nas instituições, mas também nas formas cotidianas de linguagem e reconhecimento social, buscando deslocar identidades negras para categorias consideradas mais aceitáveis pelos padrões raciais dominantes. Nesse contexto, a presença de Adélia de França como professora negra constituiu, por si só, um importante ato de resistência. Sua atuação transformou-a em referência intelectual, pedagógica e humana em um espaço historicamente marcado pela invisibilização das mulheres negras.

Sua trajetória ultrapassa os limites da sala de aula e do exercício da docência. Mulher nordestina e negra, rompeu barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo, afirmando a educação como instrumento de emancipação, resistência e transformação social. Seu legado reafirma a centralidade das mulheres negras na construção da realidade regional paraibana, evidenciando como território, raça, gênero e educação constituem dimensões indissociáveis na compreensão dos processos históricos e das lutas por reconhecimento, cidadania e justiça social.

2.2 - Cátia de França: negritude em terra de resistência

Cátia de França, nome artístico de Catarina Maria de França Carneiro, nasceu em 13 de fevereiro de 1947, em João Pessoa, na Paraíba. Mulher negra, nordestina e assumidamente lésbica, construiu uma trajetória marcada pela afirmação de sua identidade e pela valorização da cultura popular brasileira. Cantora, compositora, instrumentista e escritora, destaca-se por uma produção artística que transita entre a música e a literatura, estabelecendo diálogos profundos com as múltiplas expressões culturais do Nordeste.

Suas composições são fortemente influenciadas por importantes nomes da literatura brasileira, como Guimarães Rosa,

José Lins do Rego, Manoel de Barros e João Cabral de Melo Neto, cujas obras inspiram a construção poética de suas canções. Definindo-se como uma artista "popular mundial", Cátia de França desenvolveu uma obra que dialoga com diferentes ritmos e sonoridades do Brasil e do mundo, refletindo uma expressão artística singular, diversa e profundamente enraizada na cultura popular e nas experiências do povo nordestino.

Imagem 2: Catarina Maria de França Carneiro, Cátia de França estado da Paraíba



Fonte: Dina Lúcia Filipe Faria Azeiteiro

A artista é filha única de Adélia de França, reconhecida como a primeira professora negra da Paraíba. Desde a infância, teve contato com a literatura, a música e o universo educacional, influências que se tornariam elementos centrais em sua formação humana e artística. Esse ambiente favoreceu o desenvolvimento de uma sensibilidade voltada para a cultura popular, para a valorização das identidades nordestinas e para a construção de uma produção artística comprometida com as questões sociais.

Segundo Lima e Resende (2008), Cátia de França pode ser compreendida como uma artista regional, tanto pela estética quanto pela perspectiva ideológica presente em suas obras e produções musicais. Suas composições, marcadas pela intensidade poética e pela riqueza cultural, evidenciam a resistência negra, valorizam

as expressões populares e reafirmam sua identidade nordestina. Por meio de sua arte, a cantora assume uma posição política e cultural que celebra as raízes do Nordeste, transformando a música em espaço de memória, pertencimento e resistência.

"Achei então que era melhor assumir minha posição de nordestina e mostrar a música da minha terra, com as influências da música urbana" (França, 1979, p. 36 *apud* Moura; Santos, 2023). Destaca-se que Cátia de França foi uma mulher à frente de seu tempo. Em um cenário cultural predominantemente masculino, construiu uma trajetória marcada pela originalidade de suas composições e pela força de sua presença artística, consolidando-se como uma importante representante da cultura nordestina.

De acordo com Alves (2018), a musicista assume um discurso crítico diante das contradições ideológicas produzidas pelas estruturas de poder masculinas, heteronormativas e patriarcais, evidenciando um posicionamento de resistência cultural e política em defesa do protagonismo feminino para além das representações objetificadas da mulher. Além disso, expressa de forma aberta e autêntica sua identidade, permitindo que ela se manifeste naturalmente em suas composições e produções artísticas.

Ainda conforme Alves (2018), a obra de Cátia de França revela uma intelectualidade que dialoga simultaneamente com a tradição da cultura nordestina e com uma profunda consciência crítica da realidade social. Em seus álbuns, destacam-se a originalidade, a sensibilidade poética e a autenticidade de sua produção artística, como em *20 Palavras ao Redor do Sol* (1979), *Estilhaços* (1980), entre outros trabalhos que marcaram sua trajetória. Mais recentemente, lançou *No Rastro de Catarina* (2024), álbum no qual revisita sua própria história e reafirma sua identidade artística, evidenciando a permanência de sua relevância no cenário cultural brasileiro, a exemplo de sua música Negritude:

Negritude
[...] Já não tenho medo,
Minha pele agora é minha lei.
Meu cabelo é diferente,
[...] Hoje é uma força Minha negritude
Atitude de quem sabe o que quer!
(França, 2024)

Essa música constitui um exemplo de luta em favor da população negra, na medida em que Cátia de França exalta um povo que historicamente busca espaço, reconhecimento e respeito em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo patriarcado. A artista enaltece a importância da identidade cultural e imaterial do povo negro, abordando elementos como o cabelo e a cor da pele enquanto símbolos de força, pertencimento e resistência diante dos preconceitos e das imposições sociais que remontam ao período colonial.

Paraibana de origem, Cátia acumula quase seis décadas de trajetória artística. Participou de festivais de música na década de 1960 e atuou como professora de música nos anos 1970. Ao longo de sua carreira, trabalhou com artistas como Elba Ramalho, Zé Ramalho, Amelinha, Lulu Santos, Chico César, Dominguinhos e o poeta Diógenes Brayner, entre outros. Além disso, suas composições integraram diversas trilhas sonoras para produções teatrais e cinematográficas (Vasconcelos, 2015).

Cátia também adentrou o universo da literatura e das artes plásticas. Entre suas obras literárias, destacam-se *Zumbi em Cordel*, o livro infantil *Falando de Natureza Naturalmente*, *A Peleja de Lampião Contra a Fibra Ótica* e *Manual da Sobrevivência*, obra que resgata aspectos de sua trajetória pessoal e profissional (Vasconcelos, 2015). Suas produções literárias buscam valorizar e difundir a cultura negra e nordestina de forma acessível, sensível e didática.

2.3 Gláucia Lima: arte, resistência e identidade dultural na Paraíba

Gláucia Maria de Azevedo Lima, cantora, compositora e intérprete paraibana, consolidou-se como uma das vozes mais representativas da cultura nordestina. Nascida em João Pessoa, em 1960, cresceu em um ambiente familiar marcado pela presença de mulheres fortes, como sua mãe, avó e tias, que influenciaram diretamente sua formação pessoal e artística. Embora tenha concluído a graduação em Serviço Social em 1986, foi na música que encontrou sua principal forma de expressão, atuação e militância cultural, tornando-se uma importante referência na preservação e valorização da cultura popular paraibana (DICIONÁRIO DE MULHERES PARAIBANAS, 2025).

Imagem 3: Fotografia de Gláucia Lima, expressão da resistência e valorização da cultura popular da Paraíba.



Fonte: Governo da Paraíba, 2025 (cedida por Gláucia Lima)

Sua obra caracteriza-se pelo diálogo com ritmos tradicionais, como o coco de roda, a ciranda, o maracatu e o baião, reafirmando a centralidade das manifestações populares na construção da identidade regional. Além disso, destacou-se pela valorização de compositoras paraibanas, como Cida Alves, Ana Regina Limeira e Patrícia Moreira, fortalecendo a representatividade feminina em

um espaço historicamente marcado pelo machismo (A UNIÃO, 2017). Essa atuação conecta-se ao pensamento de Ângela Davis (2016), que ressalta a importância das mulheres negras como protagonistas culturais e sociais, uma vez que, ao ocuparem espaços historicamente negados, transformam a cultura em um campo de resistência, afirmação e libertação.

A artista integrou projetos de grande relevância, como *Cantoras do Povo* (1997), que ampliou sua aproximação com músicos e poetas populares, e o Projeto Cambada, voltado para a democratização do acesso à música. Lançou os CDs *Tanto Mistério* e *Zanzar*, em 2005, além de um DVD em 2008, consolidando-se como intérprete e pesquisadora da cultura popular (PARAÍBA CRIATIVA, 2013). Em 2013, participou do Festival Du Sahel, no Senegal, sendo a única artista latino-americana presente, experiência que reforçou os vínculos entre a música nordestina e as matrizes culturais africanas (DICIONÁRIO DE MULHERES PARAIBANAS, 2025).

Mais do que intérprete, Gláucia compreende a arte como prática de transformação social. Nesse sentido, uma de suas falas mais marcantes resume sua visão de mundo: "A arte se dispõe a transformar o homem em ser livre" (PARAÍBA CRIATIVA, 2013, p. 2). Essa declaração revela sua concepção da música como espaço de resistência e emancipação, em diálogo com Paulo Freire (1987), para quem a cultura é prática de liberdade, e com Sueli Carneiro (2003), que entende a atuação das mulheres negras como insurgência contra as estruturas racistas e patriarcais da sociedade.

O protagonismo de Gláucia foi reconhecido em diferentes ocasiões, como na homenagem prestada pela Coletiva *Abayomi*, em 2021, em virtude de sua contribuição para a luta antirracista e para a valorização da mulher negra no cenário cultural paraibano (BRASIL DE FATO, 2021). Esse reconhecimento confirma que sua trajetória ultrapassa os limites da música, integrando-se

às lutas sociais e políticas protagonizadas por mulheres negras nordestinas que, historicamente, enfrentam o racismo estrutural e o sexismo. Ao mesmo tempo, reforça a compreensão de que, conforme aponta Davis (2016), a cultura e a arte não constituem apenas formas de expressão estética, mas também importantes instrumentos de luta e transformação social.

A trajetória de Gláucia Lima demonstra que a arte, quando enraizada nas experiências das mulheres negras nordestinas, ultrapassa a dimensão estética e se afirma como instrumento de resistência e transformação social. Ao valorizar a cultura popular e dar visibilidade às vozes femininas, sua atuação reafirma o papel central das mulheres negras na preservação das tradições culturais e no enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Sua voz e sua militância cultural consolidam-na como agente de transformação social e guardiã da memória coletiva do Nordeste.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como propósito analisar o protagonismo das mulheres negras na formação da identidade regional paraibana, tomando como referência as trajetórias de Adélia de França, Cátia de França e Gláucia Lima. A partir de suas experiências, foi possível compreender que a construção da realidade regional não se deu apenas por meio dos grandes acontecimentos políticos e econômicos tradicionalmente registrados pela historiografia, mas também pela atuação de mulheres negras que, em diferentes contextos históricos, contribuíram para a educação, a cultura e a preservação da memória coletiva.

As trajetórias analisadas evidenciam distintas formas de resistência e transformação social. Adélia de França destacou-se na educação ao romper barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

Cátia de França transformou a arte em espaço de afirmação identitária, valorização da cultura popular e crítica social. Já Gláucia Lima reafirmou, por meio de sua atuação cultural, a importância da música e das manifestações populares como instrumentos de preservação da memória, fortalecimento da identidade regional e valorização das vozes historicamente silenciadas. Embora pertençam a contextos distintos, suas trajetórias convergem ao revelar a centralidade das mulheres negras na construção da sociedade paraibana.

A análise também permitiu compreender que a invisibilidade dessas mulheres não resulta de uma ausência de contribuições, mas de processos históricos de apagamento que atravessam as relações de raça, gênero e classe na sociedade brasileira. Nesse sentido, reconhecer suas histórias significa ampliar as formas de compreender a própria formação sócio-histórica da Paraíba, incorporando grupos e experiências frequentemente excluídos das narrativas oficiais. Mais do que personagens da história, essas mulheres constituem agentes fundamentais na produção da cultura, da educação e das formas de resistência que ajudaram a moldar a identidade regional.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar estudos e pesquisas sobre outras mulheres negras nordestinas cujas trajetórias permanecem pouco conhecidas ou insuficientemente registradas. Valorizar essas histórias não representa apenas um exercício de resgate da memória, mas um compromisso com a construção de uma leitura mais crítica, plural e democrática da realidade social. Ao trazer essas mulheres para o centro da narrativa, reafirma-se que suas vozes, experiências e legados não apenas fazem parte da história da Paraíba e do Nordeste, mas constituem elementos fundamentais para compreendê-la em toda a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. E. Alice, *Cátia de França: o Coito das Araras através da música e da literatura.* Manaus. 2018. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2018/5432/public/5432-18341-2-PB.pdf.

A UNIÃO. *Gláucia Lima representa a voz e a arte da mulher paraibana.* João Pessoa, 03 set. 2017. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura/glaucia-lima-representa-a-voz-e-a-arte-da-mulher-paraibana. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. *Coletiva Abayomi homenageia mulheres negras que fizeram história no movimento negro da Paraíba.* 22 jul. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/07/22/coletiva-abayomi-homenageia-mulheres-negras-que-fizeram-historia-no-movimento-negro-da-paraiba. Acesso em: 29 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos.* Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CAVALCANTE, Simone Joaquim. *Entre a história e a memória: Adélia de França, uma professora negra na Paraíba do século XX (1926–1976).* 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIONÁRIO DE MULHERES PARAIBANAS. *Gláucia Lima.* João Pessoa: Pimenta Cultural, 2025.

LIMA, L. C.; RESENDE, H. *O universo literário na criação musical de Cátia de França*. Horizonte Científico. 2008.

LIRA, Leandro de Lima. *História da Paraíba.* Campina Grande: [s.n.], 2001.

MOURA, A. Milton; SANTOS, D. M. de Souza. *Mulheres Artistas de Movimentos Musicais Nordestinos no Contexto Brasileiro (1970-1985).* Rev. FSA, Teresina. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRANÇA, Cátia. In: *Wikipédia:* a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1tia_de_Fran%C3%A7a>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PARAÍBA CRIATIVA. *Gláucia Lima* [fotografia]. Disponível em: https://paraibacriativa.com.br/artista/glaucia-lima/. Acesso em: 29 ago. 2025.

SHAZAM. Cátia de França. *Negritude.* 2025. Disponível https://www.shazam.com/song/1739705360/negritude. Acesso em 28/08/25

VASCONCELOS, Sandra. *Cátia de França.* Paraíba Criativa, 2025. Disponível em: https://paraibacriativa.com.br/artista/catia-de-franca/ . Acesso em 28/08/25

6. ENTRE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS PERNAMBUCANAS

- Ellen Beatriz Fraga de Andrade
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: ellen.doc2001@gmail.com

- Jahênia Rafaelle Santos Prado
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: jaheniaprado@gmail.com

- Levy Santos Nascimento
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: levy_se@hotmail.com

- Maria Gabriela da Silva Domingos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: mariagabrieladomingos3@gmail.com

- Sthefanie Aparecida do Nascimento Santana
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: sthern47@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As trajetórias das mulheres negras constituem parte fundamental da formação social, histórica e cultural do Nordeste brasileiro, embora sua presença nem sempre tenha recebido a centralidade correspondente nos registros e interpretações tradicionais acerca da região. Partindo dessa compreensão, este artigo busca discutir a participação e o protagonismo das mulheres negras na construção da realidade pernambucana, considerando suas experiências de resistência, preservação da memória, produção cultural e enfrentamento às desigualdades historicamente constituídas.

O texto resulta das reflexões desenvolvidas a partir da exposição fotográfica *Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina*, realizada em 17 de julho de 2025, sob orientação do Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho, como atividade extensionista vinculada à disciplina Realidade Regional. A experiência possibilitou recuperar histórias e percursos de mulheres negras que, por meio de diferentes formas de atuação, participaram e continuam participando ativamente da produção material, política e cultural do Nordeste. Para os limites deste artigo, toma-se como particularidade de análise o estado de Pernambuco.

Essa perspectiva parte do reconhecimento de que a produção dominante da memória histórica brasileira foi constituída por processos de seleção, hierarquização e silenciamento de sujeitos e experiências. Durante muito tempo, determinadas narrativas privilegiaram personagens e acontecimentos associados aos homens brancos e aos grupos socialmente dominantes, enquanto a presença das mulheres negras permaneceu secundarizada ou invisibilizada. Recuperar essas trajetórias significa, portanto, não apenas acrescentar personagens anteriormente ausentes à histó-

ria, mas interrogar criticamente os próprios critérios pelos quais essa história foi construída e socialmente legitimada.

Quando observada pelas determinações de raça e gênero, a formação social pernambucana evidencia contradições que remontam ao processo colonial. A economia açucareira e o trabalho escravizado de africanos e seus descendentes constituíram bases fundamentais da organização econômica e social do estado, conformando relações de poder cujas consequências ultrapassaram o período formal da escravidão. Para as mulheres negras, essas relações produziram formas particulares de exploração e opressão, atravessadas simultaneamente pelo racismo e pelo sexismo.

Entretanto, compreender sua inserção histórica somente pela condição de sujeitos submetidos à violência significaria reproduzir outra forma de apagamento, pois essas mulheres também construíram estratégias de sobrevivência, organização coletiva e resistência diante das estruturas que buscavam subalternizá-las (Carneiro, 2011; Gonzalez, 1983).

As contribuições do feminismo negro brasileiro são fundamentais para compreender essas determinações, especialmente por evidenciarem os limites das interpretações que, amparadas pelo mito da chamada "democracia racial", contribuíram para encobrir as desigualdades raciais existentes no país e para secundarizar a participação das mulheres negras na formação da sociedade brasileira (Gonzalez, 1983). Sob essa perspectiva, raça e gênero não constituem dimensões isoladas da realidade, mas determinações que se articulam às relações sociais e produzem experiências particulares de desigualdade, resistência e participação social.

Em Pernambuco, essas experiências encontram expressão significativa também na cultura popular. Manifestações como o maracatu-nação, o coco de roda e a ciranda ultrapassam sua dimensão estritamente artística e configuram espaços de sociabilidade,

memória coletiva, transmissão de conhecimentos e construção de pertencimentos. Nesses territórios culturais, a atuação das mulheres negras assume relevância na preservação de saberes, na organização comunitária e na continuidade de práticas ancestrais, ao mesmo tempo em que produz formas contemporâneas de resistência às desigualdades raciais e de gênero (Silva; Sousa, 2024; Campos; Magalhães, 2022).

É nesse movimento entre memória e presente que este estudo situa as trajetórias de mulheres negras pernambucanas como parte constitutiva da própria história social do estado. Mais do que registrar contribuições individuais, interessa compreender como essas experiências revelam processos coletivos de resistência e participação na produção da realidade regional. Para tanto, após esta introdução, o artigo apresenta uma discussão sobre as condições históricas que atravessam a experiência das mulheres negras e, posteriormente, aproxima-se das trajetórias de Mãe Biu de Xambá, Joice Paixão e Lia de Itamaracá. Por fim, as considerações finais retomam os principais elementos discutidos, destacando a relação entre memória, identidade, resistência e protagonismo das mulheres negras na formação social e cultural pernambucana.

2. MULHERES NEGRAS EM PERNAMBUCO: ENTRE RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS E LUTAS CONTEMPORÂNEAS

A compreensão da trajetória das mulheres negras em Pernambuco exige situá-la no movimento mais amplo da formação social brasileira e nas particularidades assumidas pelas relações raciais no Nordeste. A abolição formal da escravidão não foi acompanhada pela criação de condições materiais que assegurassem à população negra o acesso à terra, ao trabalho protegido, à educação e aos demais direitos necessários à reprodução digna da

vida. A liberdade juridicamente instituída conviveu, assim, com a permanência de estruturas econômicas, políticas e culturais assentadas em profundas desigualdades raciais, posteriormente encobertas pelo mito da democracia racial.

Em Pernambuco, essas contradições assumem especial relevância diante do peso histórico da economia açucareira e da utilização sistemática do trabalho escravizado na constituição econômica e social do estado. A escravidão não representou apenas uma modalidade de exploração do trabalho, mas participou da organização de relações sociais que estabeleceram hierarquias, lugares e formas diferenciadas de reconhecimento entre os sujeitos. Seus efeitos, portanto, não desapareceram com a abolição, mas foram reelaborados em uma sociedade que incorporou a população negra à condição de formalmente livre sem romper com as estruturas responsáveis por sua subalternização.

Para as mulheres negras, esse processo adquiriu determinações ainda mais particulares. À exploração do trabalho associaram-se diferentes formas de violência, controle e desumanização atravessadas simultaneamente pelas relações de raça e gênero. No pós-abolição, essas desigualdades encontraram novas formas de reprodução, especialmente na inserção precarizada no mundo do trabalho e na responsabilização feminina pelas condições de sobrevivência familiar e comunitária. Nesse sentido, compreender a experiência histórica dessas mulheres pressupõe considerar que racismo, patriarcado e exploração de classe se relacionam concretamente na produção das desigualdades que atravessam suas condições de vida.

Contudo, reduzir a história das mulheres negras às formas de exploração e violência significaria reproduzir o próprio apagamento que se pretende questionar. Ao longo da formação social pernambucana, elas também construíram estratégias de sobrevivência, solidariedade, organização e resistência. Sua presença

pode ser reconhecida nos quilombos, nas comunidades negras, nas religiões de matriz africana, nas manifestações da cultura popular, no trabalho, nas redes comunitárias e, posteriormente, nas organizações e movimentos sociais. São espaços nos quais a resistência se expressa não apenas como enfrentamento direto às estruturas de dominação, mas também como preservação da memória, transmissão de saberes e construção de formas coletivas de pertencimento.

A cultura assume, nesse processo, uma dimensão particularmente importante. Práticas culturais e religiosas historicamente construídas pela população negra constituíram formas de preservar vínculos comunitários e referências ancestrais diante das sucessivas tentativas de apagamento. Em Pernambuco, essa presença atravessa diferentes manifestações da cultura popular e da religiosidade afro-brasileira, nas quais as mulheres ocuparam e continuam ocupando lugares fundamentais na transmissão de conhecimentos, na organização comunitária e na manutenção de tradições. A memória, nessa perspectiva, não corresponde somente à preservação do passado, mas constitui também um campo de disputa sobre quais sujeitos, experiências e saberes são reconhecidos como constitutivos da história pernambucana.

A resistência também adquiriu formas mais diretamente organizadas no decorrer do século XX, com o fortalecimento das mobilizações negras e antirracistas. Organizações como o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), a Frente Negra Pernambucana e o Movimento Negro do Recife contribuíram para ampliar o debate público sobre o racismo e fortalecer a organização política da população negra no estado. A participação das mulheres nesses processos foi fundamental para evidenciar que as desigualdades raciais também eram vivenciadas de maneira particular a partir das relações de gênero, tensionando tanto as estruturas racistas quanto os limites de perspectivas que

tratavam a experiência das mulheres como homogênea.

Esse processo de organização permanece presente nas lutas contemporâneas. A criação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, em 2016, constitui uma das expressões dessa continuidade histórica, articulando reivindicações relacionadas ao enfrentamento do racismo, do sexismo e das diferentes desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras. Tais experiências demonstram que essas mulheres não ocupam apenas a condição de destinatárias de políticas ou vítimas das desigualdades, mas se constituem como sujeitos políticos capazes de produzir estratégias coletivas de enfrentamento e transformação da realidade.

Sua resistência, entretanto, ultrapassa os espaços formais da militância. Ela também se materializa na arte, na cultura, na religiosidade, no trabalho, na preservação dos saberes ancestrais e na ocupação de espaços historicamente marcados pela exclusão. Reconhecer essas diferentes formas de protagonismo permite compreender a participação das mulheres negras não como elemento periférico da formação social pernambucana, mas como dimensão constitutiva de sua história, de sua cultura e de suas formas de sociabilidade.

É nessa perspectiva que as trajetórias de **Mãe Biu de Xambá, Joice Paixão e Lia de Itamaracá** são abordadas neste artigo. Embora inscritas em tempos, experiências e espaços distintos da vida social pernambucana, suas histórias permitem reconhecer diferentes expressões da resistência e do protagonismo das mulheres negras. A ancestralidade e a religiosidade, a cultura popular, a arte e a luta por direitos aparecem em seus percursos como dimensões de uma história que ultrapassa experiências individuais. Aproximar-se dessas mulheres significa, portanto, reconhecer, em suas singularidades, processos coletivos de memória, resistência e participação negra na construção histórica e contemporânea de Pernambuco.

2.1 Mãe Biu de Xambá: guardiã da ancestralidade afro-Pernambucana

Meu chiqueiro de capim, meu curral de bode,
com a dona da casa ninguém pode.
(Mãe Biu de Xambá)

Figura 1 - Retrato de Severina Paraíso da Silva.



Fonte: Instituto da Mulher Negra-Geledés[1] (2014)

Nascida em Recife em 29 de junho de 1914, Severina Paraíso da Silva tornou-se conhecida como Mãe Biu (Figura 1). Filha carnal de José Francelino Paraíso e Petronila Maria do Paraíso, foi guiada espiritualmente por seus orixás regentes, Ogum Cecê e Oyá Meguê, deixando um legado ancestral que se estendeu até o seu falecimento, em 27 de janeiro de 1993. Em 1934, foi iniciada nos ritos da Nação Xambá, destacando-se como uma das mais importantes lideranças religiosas afrodescendentes no estado (ALEPE, 2014).

Sua trajetória está profundamente vinculada à preservação das tradições de matriz africana e à resistência da população

[1] INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *Em nome da mãe, dos filhos e orixás.* Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/em-nome-da-mae-dos-filhos-e-orixas/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

negra frente às diversas formas de discriminação racial e intolerância religiosa que marcaram a história brasileira ao longo do século XX. Imensamente respeitada e reconhecida como ialorixá, atuou em Recife e Olinda como líder religiosa por 43 anos, responsável pelo único terreiro da tradição em Pernambuco, como também manteve as tradições vivas por meio da transmissão dos saberes através da oralidade e parcerias, embora fosse analfabeta (Fundação Cultura Palmares, 2025).

A Nação Xambá constitui uma das expressões do candomblé presentes no Brasil, sendo resultado dos processos de diáspora africana e de reconstrução de identidades culturais realizadas pela população negra em território brasileiro. Nesse contexto, os terreiros assumiram não apenas funções religiosas, mas também papéis sociais e culturais fundamentais, tornando-se espaços de acolhimento, transmissão de saberes ancestrais e fortalecimento dos vínculos comunitários. Entretanto, durante grande parte do século XX essas instituições foram alvo de perseguições promovidas pelo Estado e por setores da sociedade que associaram as práticas religiosas afro-brasileiras à marginalidade.

Foi nesse cenário que mãe Biu consolidou sua liderança. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), a repressão às religiões de matriz africana intensificou-se, culminando no fechamento do Terreiro Xambá em 1938 (Mendes, 2025). A comunidade foi obrigada a interromper publicamente suas atividades religiosas, mantendo seus rituais de forma clandestina para evitar novas perseguições. Apesar dessas adversidades, ela desempenhou papel fundamental na preservação dos conhecimentos, práticas e valores transmitidos pelas gerações anteriores, garantindo a continuidade da tradição Xambá em Pernambuco (Câmara, 2014).

A partir da década de 1950, liderou a reorganização da comunidade e a retomada das atividades do Terreiro Xambá. Sob sua orientação, a comunidade estabeleceu-se no bairro de São Bene-

dito, em Olinda, transformando-se em um importante centro de preservação da cultura afro-pernambucana. Mais do que um espaço religioso, a comunidade tornou-se um território de resistência cultural, contribuindo para a valorização da identidade negra e para a manutenção da memória coletiva dos povos de origem africana (Fundação Cultural Palmares, 2014).

Como expressão de sua força, liderança e resistência cultural, mantinha viva a tradição de encerrar a Festa do Coco, realizada anualmente, com uma cantiga do cancioneiro popular que permanece sendo entoada por seus descendentes como símbolo de afirmação identitária e preservação da memória ancestral.

2.2 Joice paixão - a atualidade da resistência negra no chão da cidade do Recife

O racismo estrutural e institucional afeta diretamente
a autoestima e o bem-estar emocional
das pessoas racializadas, em especial das mulheres
negras, que estão na base da nossa sociedade.
São nossos corpos e mentes que são levados à exaustão
enquanto somos vendidas como "guerreiras".
Nós não somos guerreiras.
Somos sobrecarregadas e solapadas pelo racismo estrutural e suas diversas formas,
pelo machismo e sexismo - e isso custa muito caro.
Custa as nossas vidas, nosso direito de existir e de estar
no mundo com plenitude
(Joice Paixão, 2025).

Figura 2 - Joice Paixão recebendo o Prêmio Periferia Viva 2024



Fonte: Arquivo pessoal de Joice Paixão

Compreendemos a importância de trazer aqui este recorte dos sujeitos coletivo, mulheres negras que tocam a luta na contemporaneidade e por isso não poderíamos deixar de trazer alguém com o perfil de Joice Paixão (Figura 2), que tem se colocado como uma voz engajada com os direitos humanos, sociais e ambientais no contexto urbano. Do ponto de vista do pensamento gramsciano, Joice seria uma intelectual orgânica (Gramsci, 1997), que tem na *práxis* seu sentido de atuação pautado na transformação social.

Joice Paixão, 40 anos, cientista social, pesquisadora, educadora social, mediadora de conflitos, terapeuta comunitária, cofundadora e atual presidente da Associação Gris Espaço Solidário, coordenadora da Articulação Recife de Luta, operativa da Rede nacional por Adaptação Antirracista e coordenadora territorial da Rede de Governança para enfrentamento ao racismo ambiental. Em sua trajetória como ativista social contribuiu no Movimento Negro, movimento de mulheres, movimento LGBTQIAPN+, movimento de luta por moradia.

Há 15 anos, Joice atua no bairro da Várzea, em Recife, articulando ações de cuidado, solidariedade e resistência a partir da es-

cuta, da coletividade e da valorização da ancestralidade. Em 2018, fundou o Gris Espaço Solidário, iniciativa voltada ao apoio lúdico e psicopedagógico de crianças da comunidade. A partir desse trabalho, transformou a inércia em mobilização coletiva, os riscos sociais em redes de proteção e as urgências cotidianas em ações de organização e incidência política, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando o protagonismo da população negra na defesa de seus direitos.

A atuação de Joice está profundamente relacionada à realidade vivenciada no bairro da Várzea, território marcado por processos de desigualdade socioambiental que atingem de forma desproporcional a população negra e periférica. Nesse contexto, consolidou-se como uma importante voz na defesa da justiça ambiental, denunciando as desigualdades produzidas pela distribuição desigual dos riscos ambientais e pelo acesso precário a direitos básicos. Sua militância ultrapassou os limites do território onde atua, projetando-a nacionalmente como referência na luta contra o racismo ambiental e na defesa dos direitos das populações historicamente vulnerabilizadas.

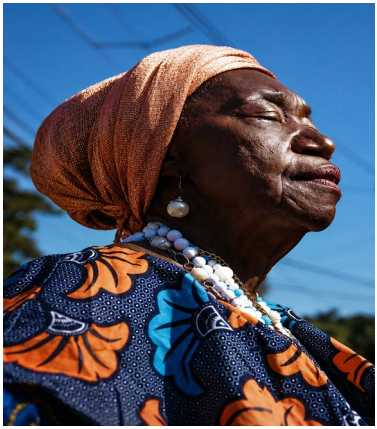
É na articulação entre desigualdades sociais, raciais e ambientais que se insere o debate sobre o racismo ambiental. Para o Serviço Social, compreender essa categoria exige reconhecer que a questão ambiental constitui uma das expressões da crise estrutural do capital e que seus impactos recaem de forma desigual sobre determinados grupos sociais, especialmente a população negra. Conforme afirmam Soares, Silva e Silva (2022), essa análise requer articular a questão ambiental às múltiplas expressões da questão social, sem abandonar o referencial teórico marxiano e marxista, que compreende a exploração do trabalho como fundamento da sociabilidade capitalista, incorporando, ao mesmo tempo, as determinações raciais que estruturam a realidade brasileira.

2.3 Lia de Itamaracá: a dama da ciranda e a resistência cultural pernambucana

Olha eu vi uma preta cirandeira
Brincando com um ganzá na mão
Brincando ciranda animada
No meio de uma multidão

(ITAMARÁCÁ, 2014)

Figura 3 - Lia de Itamaracá em perfil lateral



Fonte: Arquivo pessoal de Ytallo Barreto, 2026 (Autorização concedida)

Maria Madalena Correia do Nascimento (Figura 3), conhecida artisticamente como Lia de Itamaracá, nasceu em 1944, na Ilha de Itamaracá, litoral norte de Pernambuco. Reconhecida nacional e internacionalmente como a "Dama da Ciranda", Lia se consolidou como uma das mais importantes vozes da cultura popular brasileira, não apenas pela manutenção e difusão da ciranda como expressão artística, mas também pelo papel simbólico que exerce como mulher negra, oriunda das camadas populares, que alcançou projeção em um campo historicamente marcado pela desigualdade de gênero e raça (Guillen, 2021).

Sua trajetória artística se iniciou ainda na juventude, quando começou a cantar cirandas em festas comunitárias, manifestações religiosas e encontros populares. A ciranda, dança coletiva de roda tipicamente pernambucana, tornou-se a marca central de sua identidade cultural. Embora tivesse iniciado sua carreira musical na década de 1960, sua primeira gravação ocorreu apenas em 1977, com o disco "A Rainha da Ciranda", em parceria com o poeta e pesquisador Teca Calazans, o que permitiu maior visibilidade a um gênero até então marginalizado no cenário musical brasileiro (Albuquerque, 2019).

Mesmo com o reconhecimento de críticos e pesquisadores, Lia de Itamaracá permaneceu, por muito tempo, vivendo de forma simples, conciliando sua carreira com o trabalho como merendeira escolar. Apenas nos anos 1990, com o fortalecimento das políticas de valorização da cultura popular e com a expansão de festivais culturais no Brasil e no exterior, Lia passou a ser amplamente convidada para apresentações e festivais, alcançando público além das fronteiras nacionais (Nascimento, 2015).

Em 2005, recebeu o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco, concedido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em reconhecimento à sua importância como guardiã da ciranda. Em 2019, foi agraciada com a Ordem do Mérito Cultural, maior honraria concedida pelo Estado brasileiro a personalidades da cultura (Brasil, 2019).

Tais reconhecimentos simbolizam não apenas a valorização de sua obra, mas também o reconhecimento da resistência das expressões culturais afro-brasileiras no processo de afirmação identitária do país. Além da relevância artística, Lia de Itamaracá representa a força das mulheres negras na cultura popular, rompendo estigmas e afirmando uma identidade que articula tradição, ancestralidade e resistência. Sua música expressa dimensões sociais e históricas ligadas à luta do povo negro e às

práticas comunitárias, funcionando como elo entre passado e presente, entre cultura e política, entre arte e vida. Como observa Guillen (2021), a trajetória de Lia é atravessada pela persistência de quem, apesar das dificuldades, nunca deixou de cantar, transformando sua voz em instrumento de preservação cultural e de luta social.

Assim, Lia de Itamaracá deve ser compreendida como mais do que uma artista: ela é expressão de um patrimônio cultural imaterial brasileiro, cujo protagonismo contribui para a valorização da cultura pernambucana e da identidade negra no país. Sua biografia evidencia que a cultura popular, quando ressignificada e reconhecida, é capaz de se constituir como ferramenta de resistência, emancipação e pertencimento social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões construídas neste artigo permitem compreender que a presença das mulheres negras é constitutiva da formação histórica, social e cultural de Pernambuco. Recuperar suas trajetórias significa deslocar o olhar de interpretações que durante muito tempo secundarizaram sua participação na produção da realidade regional, reconhecendo-as não apenas pelas desigualdades e violências que atravessaram suas experiências, mas, sobretudo, pelas formas de resistência, organização e criação construídas ao longo da história. As trajetórias abordadas evidenciam essa dimensão. Mãe Biu de Xambá, Joice Paixão e Lia de Itamaracá, a partir de experiências e espaços distintos, expressam maneiras pelas quais mulheres negras produziram cultura, preservaram memórias, afirmaram identidades e construíram formas de enfrentamento às desigualdades. Suas histórias particulares encontram-se, nesse sentido, com processos coletivos mais amplos e revelam uma presença negra feminina que atravessa a re-

ligiosidade, a cultura, a arte, a militância e diferentes dimensões da vida social pernambucana.

Esse protagonismo, entretanto, foi historicamente construído em uma sociedade marcada pelas permanências do racismo, pelas desigualdades de gênero e pelas contradições de classe. Tais determinações incidem de maneira particular sobre as condições de vida das mulheres negras e aprofundam diferentes expressões da questão social. Desse modo, o enfrentamento das desigualdades sociais não pode estar dissociado do reconhecimento das relações raciais e de gênero que participam concretamente de sua produção e reprodução.

A experiência que deu origem a este artigo também demonstra a importância da memória como possibilidade de produção de conhecimento. A exposição fotográfica permitiu aproximar formação acadêmica, história regional e trajetórias frequentemente secundarizadas, evidenciando que compreender Pernambuco e, em sentido mais amplo, o Nordeste brasileiro requer reconhecer sujeitos cujas experiências nem sempre ocuparam lugar central nas narrativas historicamente construídas sobre a região.

Assim, mais do que recuperar histórias individuais, dar visibilidade às trajetórias das mulheres negras pernambucanas significa reconhecer sua participação na construção da própria realidade regional. Preservar essas memórias, produzir conhecimento sobre suas experiências e ampliar sua presença na produção acadêmica constituem caminhos importantes para tensionar silenciamentos históricos e fortalecer uma perspectiva crítica e antirracista. As histórias aqui recuperadas reafirmam, portanto, que compreender Pernambuco exige reconhecer as mulheres negras não às margens de sua história, mas como sujeitos que a produziram, resistiram em seu interior e continuam participando de sua transformação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *Nordeste: uma invenção cultural.* São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. *Ministério da Cidadania.* Ordem do Mérito Cultural 2019. Brasília: MinC, 2019. Disponível em: <http://cultura.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CAMPOS, M. A. A.; MAGALHÃES, R. O. *Gênero e sexualidade na dança do Coco do Grupo Oré Anacã.* Art Research Journal, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/download/28916/16288/104082>. Acesso em: 2 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011. Sumário disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/1295387/33418214/2011_carneiro_racismo_sexismo_sumario_000917157.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira.* In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos (Ciências Sociais Hoje, v. 2). Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Ciranda: corpo e ancestralidade.* Recife: UFPE, 2021.

ITAMARACÁ, Lia de. *Preta Cirandeira*. YouTube, 2014. Disponível em: < https://youtu.be/V9oEcjSx0Nk?si=rbmidsvVdRc3nnNY>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NASCIMENTO, Andréa. A ciranda e a cultura popular em Pernambuco: *Lia de Itamaracá e o patrimônio imaterial.* Recife: Ed. Universitária UFPE, 2015.

PAIXÃO, J. *De quem falamos no Janeiro Branco?* Brasil de Fato, 30 jan. 2025, 19h40. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/joice-paixao/2025/01/30/de-quem-falamos-no-janeiro-branco/>. Acesso em: 2 set. 2025.

SANTOS, J. S. DA; SILVA, E. M. DA; SILVA, M. *Racismo Ambiental e Desigualdades Estruturais no Contexto da Crise do Capital.* Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 158-173, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37789/25308>. Acesso em: 2 set. 2025.

SILVA, N. H. O. da; SOUSA, J. M. de. *Cultura popular*: tessituras de resistência na manifestação dos cocos de roda. Revista C\&Trópico, v. 48, n. 2, p. 165-190, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/2284/1772/5603>. Acesso em: 2 set. 2025.

7. DA MARGEM AO CENTRO: A RELEVÂNCIA DAS MULHERES NEGRAS DE ALAGOAS

- João Paulo de Jesus Silva
  Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: juaooupaulo@gmail.com

- Maysa Barbosa Ramos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: maybarbosa26@gmail.com

- Cauane Beatriz Lima dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: cauanebeatriz20@gmail.com

- Pérola Letícia Fontes de Oliveira
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: fontesperola45@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Situado ao leste da região nordeste do Brasil, o estado de Alagoas é o segundo menor estado do país e faz divisa com os estados de Sergipe, Pernambuco e Bahia. O Estado se constituía como capitania independente do estado de Pernambuco e teve sua emancipação política em 16 de setembro de 1817. A Região de Alagoas foi inicialmente povoada e aproveitada economicamente pela retirada do pau-brasil que foi o primeiro ciclo econômico do Brasil, mas a região já era habitada pelos índios Caetés, por volta de 1534.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o estado conta com 102 municípios e tem como capital a cidade de Maceió. O estado apesar de pequeno em área possui uma densidade populacional alta, com população dividida entre a Zona da mata (umidade, mata atlântica e cana-de-açúcar) e o Sertão (clima semiárido e caatinga). Tem sua economia impulsionada pelo turismo e a agropecuária, além de possuir uma cultura rica, com danças, festivais e o artesanato de renda, "No século XVI, Alagoas integrava a Capitania de Pernambuco e teve sua ocupação intensificada com a expansão da cana-de-açúcar. A região apresentava terras férteis, especialmente de massapê, que favoreceram a implantação dos engenhos" (Freyre,2003).

A constituição histórica e social de Alagoas está diretamente vinculada ao processo de colonização portuguesa e à expansão do sistema açucareiro, que estruturou a organização econômica e social do território a partir da exploração da terra e do trabalho escravizado. A implantação dos engenhos, especialmente na Zona da Mata, consolidou um modelo econômico baseado na monocultura da cana-de-açúcar, sustentado pela violência colonial e pela subjugação de populações africanas e indígenas, que foram fundamentais para a formação material e cultural da região.

Nesse contexto, a formação social alagoana não pode ser compreendida apenas pela lógica da ocupação territorial ou do desenvolvimento econômico, mas também pelas dinâmicas de resistência produzidas pelos sujeitos historicamente subalternizados. Entre esses sujeitos, destacam-se as populações negras escravizadas e seus descendentes, que construíram formas alternativas de organização social, cultural e política, expressas especialmente nos quilombos e nas práticas comunitárias de sobrevivência e resistência.

Apesar disso, a historiografia tradicional frequentemente invisibilizou o protagonismo dessas populações, em especial das mulheres negras, que desempenharam papéis centrais na manutenção da vida nos espaços de resistência, na preservação de saberes ancestrais e na organização cotidiana das comunidades. Essa invisibilização não é acidental, mas parte de um processo histórico de apagamento que se articula ao racismo estrutural e ao sexismo, conforme apontam autoras como Sueli Carneiro (2003) ao discutir a posição da mulher negra como sujeito historicamente produzido como "Outro" nas estruturas sociais brasileiras.

Diante desse cenário, este artigo toma como foco central a análise das mulheres negras na formação histórica, cultural e política de Alagoas, compreendendo suas trajetórias como práticas de resistência, produção de memória e afirmação de identidade. A problematização que orienta este estudo é: *de que maneira as mulheres negras alagoanas foram historicamente invisibilizadas nos processos de formação social do estado e como suas trajetórias expressam formas de resistência, memória e agência política?*

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre a centralidade das mulheres negras na formação do Brasil, contribuindo para o enfrentamento do epistemicídio e para a valorização de memórias historicamen-

te marginalizadas. No campo acadêmico, o estudo dialoga com perspectivas decoloniais e interseccionais, contribuindo para o fortalecimento de análises que articulam raça, gênero e classe na compreensão das dinâmicas sociais. No campo social, busca contribuir para o reconhecimento das contribuições das mulheres negras na constituição da identidade alagoana e brasileira.

O objetivo geral deste artigo é analisar o papel das mulheres negras na formação histórica e sociocultural de Alagoas, destacando suas formas de resistência frente às estruturas de dominação racial e de gênero. Como objetivos específicos, busca-se: (a) contextualizar historicamente a formação social de Alagoas a partir do período colonial e da economia açucareira; (b) analisar a centralidade dos quilombos como espaços de resistência, com ênfase no Quilombo dos Palmares; (c) discutir trajetórias de mulheres negras alagoanas e suas contribuições históricas e políticas; e (d) refletir sobre os processos contemporâneos de invisibilização e reconhecimento dessas mulheres.

Por fim, o artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se a contextualização histórica de Alagoas e sua formação colonial; na segunda seção, discute-se a cultura e identidade regional sob uma perspectiva decolonial; na terceira seção, analisa-se o Quilombo dos Palmares como experiência histórica de resistência e sua relação com a memória afro-brasileira; na quarta seção, são apresentadas trajetórias de mulheres negras alagoanas, como Almerinda Farias Gama e Dandara dos Palmares, bem como experiências contemporâneas de resistência; e, por fim, são expostas as considerações finais, que sintetizam os resultados e destacam a importância da valorização das mulheres negras na construção da história social de Alagoas.

2. REALIDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA EM ALAGOAS

Atualmente, Alagoas enfrenta desafios significativos no campo social, sendo marcado por profundas desigualdades estruturais que se expressam nos indicadores socioeconômicos e no acesso desigual a direitos fundamentais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o estado possui mais de 3,2 milhões de habitantes, concentrados principalmente nos municípios de Maceió e Arapiraca, que se configuram como os principais polos urbanos.

No entanto, essa centralização urbana não se traduz em desenvolvimento homogêneo, uma vez que persistem fortes disparidades regionais entre capital e interior, refletindo diretamente no acesso à educação, saúde, saneamento básico, emprego e renda. Tais desigualdades não podem ser compreendidas apenas como desequilíbrios econômicos, mas como expressões contemporâneas de processos históricos de exclusão social, racial e territorial.

Nesse contexto, Alagoas figura entre os estados brasileiros com elevados índices de pobreza e desigualdade social, realidade que se articula à histórica concentração de renda e à marginalização de populações negras, quilombolas e indígenas. As comunidades quilombolas, herdeiras das experiências de resistência como o Quilombo dos Palmares, constituem-se como sujeitos coletivos fundamentais na preservação da memória, da identidade e das práticas culturais negras no estado. Essas comunidades mantêm formas próprias de organização social, produção de conhecimento e resistência política, sendo centrais para a compreensão das dinâmicas de enfrentamento ao racismo estrutural.

No âmbito econômico, o estado apresenta uma base produtiva diversificada, com destaque para o setor sucroalcooleiro, a agricultura familiar, a pesca artesanal e o turismo. Este último,

especialmente no litoral alagoano, tem desempenhado papel relevante na geração de empregos e na dinamização da economia regional, devido à visibilidade nacional e internacional das suas paisagens naturais.

Entretanto, tais processos de desenvolvimento econômico convivem com profundas desigualdades estruturais. O avanço do agronegócio e da monocultura da cana-de-açúcar mantém a concentração fundiária e de recursos, enquanto comunidades rurais, quilombolas e populações periféricas enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas e aos direitos sociais básicos.

Dessa forma, o desenvolvimento regional em Alagoas demanda estratégias que articulem crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, garantindo que os benefícios da produção e da circulação de riquezas sejam distribuídos de maneira mais equitativa. Nesse sentido, compreender a realidade contemporânea do estado exige reconhecer que suas desigualdades são historicamente produzidas e racialmente estruturadas, afetando de maneira desproporcional as populações negras e tradicionais.

2.1 Cultura e identidade regional

A cultura alagoana constitui-se como um dos principais elementos de construção da identidade social e histórica do estado, sendo resultado de um complexo processo de interação entre diferentes matrizes culturais que participaram da formação da sociedade brasileira. As influências indígenas, africanas e europeias não apenas coexistem no território alagoano, mas articulam-se de maneira dinâmica, produzindo práticas, saberes e representações que atravessam gerações. Nesse sentido, a cultura deve ser compreendida como um campo de produção de significados, memórias e pertencimentos, por meio do qual grupos sociais constroem formas de interpretar e vivenciar o mundo.

A constituição da identidade regional de Alagoas está profundamente relacionada à experiência histórica da colonização, da escravidão e das formas de resistência desenvolvidas pelas populações subalternizadas. Ao longo dos séculos, povos indígenas, africanos escravizados e seus descendentes contribuíram significativamente para a formação das práticas culturais que hoje caracterizam o estado. Contudo, durante muito tempo, as narrativas oficiais privilegiaram as contribuições europeias, relegando os saberes indígenas e africanos a posições secundárias. Tal processo produziu mecanismos de invisibilização que ainda repercutem na forma como a história e a cultura regional são representadas.

A presença africana na cultura alagoana manifesta-se em diferentes dimensões da vida social, desde as práticas religiosas até as expressões artísticas, culinárias e linguísticas. Como destaca Lélia Gonzalez (2020), a cultura brasileira não pode ser compreendida sem reconhecer a centralidade das contribuições africanas em sua formação. Em Alagoas, essa influência pode ser observada nos modos de sociabilidade, nos saberes tradicionais, nas formas de organização comunitária e na preservação de elementos ancestrais que resistiram aos processos de colonização e apagamento cultural.

As manifestações populares constituem importantes espaços de preservação da memória coletiva e de reafirmação identitária. Expressões culturais como o Guerreiro, o Reisado, o Coco de Roda, a Chegança e diversas festividades religiosas representam não apenas momentos de celebração, mas também formas de transmissão de conhecimentos e valores culturais. Essas práticas revelam a capacidade das comunidades de manter vivas suas tradições, reafirmando laços sociais e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território.

A religiosidade popular ocupa lugar central na formação cultural alagoana. As festas dedicadas a santos católicos, as procis-

sões e as celebrações comunitárias coexistem com elementos oriundos das tradições afro-brasileiras, evidenciando processos de sincretismo religioso que marcaram a história do estado. Essa convivência de diferentes matrizes religiosas demonstra a complexidade da formação cultural alagoana e revela estratégias históricas de resistência desenvolvidas pelas populações negras diante das tentativas de repressão às suas práticas espirituais.

A culinária também representa um importante patrimônio cultural de Alagoas. Os pratos típicos da região carregam marcas da interação entre saberes indígenas, africanos e europeus, refletindo processos históricos de troca, adaptação e resistência. Ingredientes como mandioca, coco, milho, peixes e frutos do mar integram receitas que expressam não apenas hábitos alimentares, mas também formas de preservação da memória coletiva e dos conhecimentos transmitidos entre gerações.

Nesse contexto, as comunidades quilombolas ocupam papel fundamental na preservação dos patrimônios materiais e imateriais do estado. Herdeiras das experiências históricas de resistência à escravidão, essas comunidades mantêm vivas práticas culturais, conhecimentos tradicionais, manifestações religiosas e formas próprias de organização social. Conforme argumenta Beatriz Nascimento (2006), os quilombos devem ser compreendidos não apenas como espaços de refúgio, mas como territórios de produção de cultura, identidade e liberdade. Em Alagoas, essa herança permanece presente nas comunidades quilombolas contemporâneas, que continuam desempenhando papel relevante na valorização da memória afro-brasileira.

A cultura popular alagoana também pode ser entendida como uma forma de resistência diante dos processos de homogeneização cultural promovidos pela globalização. Embora as transformações tecnológicas e a circulação global de informações produzam novos modos de consumo cultural, muitas comuni-

dades continuam preservando práticas ancestrais que reforçam identidades locais e coletivas. Assim, as manifestações culturais tradicionais tornam-se instrumentos de afirmação política e de enfrentamento às tentativas de apagamento das diferenças culturais.

Além disso, a valorização da cultura regional contribui para o fortalecimento da autoestima coletiva e para o reconhecimento da diversidade que caracteriza a sociedade alagoana. Ao promover a visibilidade de grupos historicamente marginalizados, como populações negras, quilombolas e indígenas, as práticas culturais tornam-se espaços de reivindicação de direitos e de construção de narrativas alternativas àquelas produzidas pelos grupos historicamente dominantes. Nesse sentido, cultura e identidade constituem dimensões inseparáveis dos processos de luta por reconhecimento social.

Dessa forma, compreender a cultura e a identidade regional em Alagoas implica reconhecer que as manifestações culturais não são apenas expressões artísticas ou folclóricas, mas elementos centrais na produção da memória social e na construção das identidades coletivas. Ao preservar tradições, saberes e experiências históricas, especialmente aquelas vinculadas às populações negras e quilombolas, a cultura alagoana reafirma seu caráter plural e resistente, contribuindo para a valorização da diversidade e para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

2.2 Quilombo dos Palmares: memória, identidade e resistência

O Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, atual município de União dos Palmares, constituiu-se como um dos mais importantes símbolos da resistência negra no Brasil e é referência fundamental para compreender a identidade afro-alagoana. Estima-se que tenha existido por quase um século, reunindo milhares de habitantes em uma complexa organização política, econômica, militar e social própria, que desafiava diretamente o sistema colonial. (Moura,1981).

Embora Zumbi dos Palmares seja a liderança mais lembrada, a participação das mulheres foi igualmente decisiva. Mais do que colaboradoras da vida cotidiana, as mulheres desempenharam funções centrais na sustentação material e simbólica dos mocambos. Além do trabalho agrícola e da organização comunitária, atuavam na transmissão de saberes ancestrais, nas práticas de cuidado, na preservação das tradições culturais africanas e na formação das novas gerações, assegurando a continuidade dos valores e das formas de organização que caracterizavam Palmares.

Na atualidade, a memória de Palmares permanece viva por meio de iniciativas como o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, considerado Patrimônio Cultural do Mercosul (Silva, 2019). Esse local reafirma a importância da resistência negra e a centralidade das mulheres na preservação de práticas culturais, espirituais e comunitárias. Assim, Palmares não deve ser compreendido apenas como um legado do passado, mas como uma referência política e simbólica que continua a orientar projetos de emancipação e justiça social no presente. Sua memória fortalece processos de afirmação identitária e inspira mulheres negras em suas lutas contemporâneas por reconhecimento, cidadania e enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero, demonstrando que a resistência construída nos quilombos per-

manece viva nas reivindicações por direitos e dignidade no Brasil contemporâneo.

3. ALMERINDA FARIAS GAMA: VOZ NEGRA DA RESISTÊNCIA EM ALAGOAS

Imagem 1: Almerinda Farias Gama



Fonte: Nós mulheres da periferia (S/D)

Em um país em que a política e o sindicalismo historicamente marginalizaram corpos negros e femininos, a trajetória de Almerinda Farias Gama (1899–1999) representa uma ruptura silenciosa, porém profunda. Nascida em Maceió, capital de Alagoas, no fim do século XIX, sua vida atravessa momentos cruciais da história brasileira da luta pelo voto feminino à Constituinte de 1934, passando por sua militância em sindicatos e sua atuação em uma das mais importantes organizações feministas da época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Criada por tias em Belém do Pará após a morte do pai, Almerinda ingressou cedo no mercado de trabalho como datilógrafa. Foi ali, no cotidiano aparentemente ordinário de um escritório, que viveu um dos primeiros choques com a estrutura desigual da

sociedade brasileira: descobriu que, exercendo a mesma função que um colega homem, recebia menos. Essa constatação, comum para muitas mulheres até hoje, foi um divisor de águas em sua vida. Em vez de resignar-se, Almerinda tomou uma decisão corajosa: mudou-se para o Rio de Janeiro, então centro político e cultural do país, determinada a buscar não apenas melhores condições de vida, mas também justiça.

Na capital, formou-se em Direito algo incomum para mulheres negras da época e se destacou no sindicalismo, assumindo a presidência do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. Sua atuação, no entanto, não se limitava às questões trabalhistas. Almerinda também se engajou nas lutas feministas e participou ativamente da FBPF, instituição liderada por Bertha Lutz, um dos principais nomes do sufragismo brasileiro. A sua presença nesse espaço como assessora de imprensa, redatora de atas e voz nos programas de rádio da entidade revela não apenas sua competência, mas também sua resiliência em ambientes marcadamente elitistas e brancos.

Em 1933, Almerinda alcançou um feito histórico: foi indicada como delegada classista nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Embora não tenha sido eleita, sua participação foi simbólica e politicamente relevante. Em um plenário dominado por homens, e quase exclusivamente por homens brancos, Almerinda representava um duplo dissenso: de gênero e de raça. A Constituição resultante daquele processo incluiu direitos fundamentais para as mulheres, como o direito ao voto e a proteção ao trabalho feminino conquistas às quais ela certamente contribuiu, direta e indiretamente.

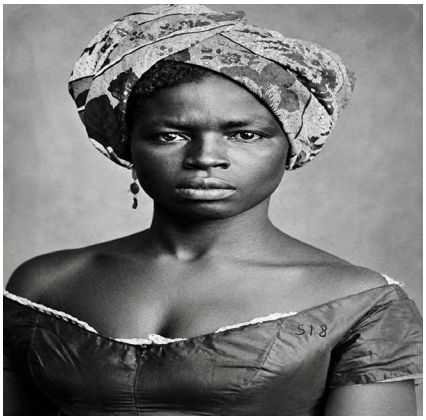
Contudo, como tantas mulheres negras em posições de vanguarda, Almerinda foi gradualmente apagada das narrativas oficiais. O esvaziamento político da FBPF e a repressão do Estado Novo a partir de 1937 a levaram a se afastar das arenas públicas.

Ainda assim, continuou trabalhando como professora, jornalista e tradutora — fluente em francês, inglês e espanhol mantendo uma atuação intelectual discreta, porém contínua. Seu reconhecimento veio de forma tardia. Em 1984, foi entrevistada pelo projeto "Velhos Militantes", no qual compartilhou lembranças de sua militância. Em 1991, sua vida inspirou o média-metragem Almerinda, uma Mulher de Trinta, premiado no Festival Guarnicê de Cinema. Faleceu em São Paulo, em 1999, com 99 anos. Em 2016, seu nome batizou o Prêmio Almerinda Farias Gama, instituído pela Prefeitura de São Paulo para valorizar iniciativas de comunicação em prol da população negra.

A trajetória de Almerinda questiona a quem a história escolhe lembrar. Apesar de sua atuação decisiva em momentos-chave da política nacional, sua memória segue restrita a círculos acadêmicos, feministas ou militantes. É possível afirmar que, se fosse branca ou oriunda da elite, sua visibilidade seria outra. O apagamento de seu legado é sintoma do racismo estrutural e do machismo institucional que ainda moldam os cânones históricos brasileiros. Relembrar Almerinda Farias Gama hoje é um ato de resgate, mas também de denúncia. É reafirmar que a luta por igualdade de gênero e raça não começa com figuras icônicas de maior projeção midiática, mas com muitas Almerindas que ousaram enfrentar o sistema antes que ele estivesse disposto a escutá-las.

3.1 - Dandara dos Palmares: a força da mulher negra alagoana, jamais esquecida e coadjuvante nunca.

Imagem 2: Dandara dos Palmares



Fonte: Poder Judiciário do Rio de Janeiro (S/D)

Nascida em Alagoas no século XVII, sem registros sobre data, ou local exato, Dandara dos Palmares constituiu-se como uma das principais figuras femininas da história do Brasil. Mulher negra, cuja ausência de documentação reflete o apagamento histórico das trajetórias das mulheres negras, Dandara é hoje reconhecida como símbolo de luta e resistência. Este artigo busca explorar sua vida e seu impacto, analisando como sua figura representa a resistência e a luta por reconhecimento em um contexto marcado pela invisibilidade histórica.

Para compreender a dimensão da luta de Dandara, é necessário situá-la no Brasil colonial. Na época, a região de Alagoas integrava a Capitania de Pernambuco, alcançando autonomia apenas em 1817, por decreto de D. João VI. A economia local estava fortemente vinculada à produção açucareira, sustentada pelo trabalho escravizado. Nos engenhos, homens e mulheres negros

eram submetidos a jornadas exaustivas e castigos violentos, sempre que desobedeciam às ordens dos senhores.

Nesse cenário, emergiram os quilombos, comunidades de resistência organizadas por pessoas escravizadas fugitivas. Foi nesse contexto que se consolidou o Quilombo dos Palmares, espaço de organização coletiva e de enfrentamento às forças coloniais, no qual Dandara exerceu papel de liderança ao lado de Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos.

Embora frequentemente lembrada apenas como companheira de Zumbi, Dandara teve atuação decisiva no fortalecimento e na defesa de Palmares. Participava das estratégias militares contra expedições coloniais, mas também desempenhava funções essenciais no cotidiano, como o cultivo de mandioca e milho, garantindo a autonomia alimentar da comunidade. Além disso, esteve presente nas decisões políticas e organizou grupos de mulheres guerreiras, demonstrando que as mulheres negras não foram coadjuvantes, mas protagonistas no processo de resistência. Sua liderança abriu caminhos para que outras mulheres dentro dos quilombos assumissem posições de comando, fortalecendo a coletividade e a autonomia da comunidade frente à lógica escravista.

Em 1694, após ser capturada, Dandara teria se recusado a voltar à escravidão, preferindo lançar-se de um penhasco, tirando a própria vida. Este gesto, carregado de simbolismo, reflete a opção pela liberdade frente à submissão. A narrativa, ainda contestada por alguns pesquisadores, expressa o caráter de resistência e a recusa em aceitar novamente a violência do sistema escravista. Seja mito ou realidade, a história de sua morte reforça as estratégias de apagamento, pois a liderança de uma mulher negra contrariava a lógica de submissão imposta pela sociedade colonial. Ainda assim, Dandara consolidou-se como símbolo de resistência, liberdade e protagonismo feminino negro, ressignificando uma história tantas vezes marcada pelo silenciamento.

Apesar das tentativas de apagamento, a memória de Dandara resistiu ao longo dos séculos. Sua trajetória é hoje narrada em diferentes produções culturais, como cordéis, romances, obras infantis e produções audiovisuais. Entre elas, destacam-se As Lendas de Dandara (Arraes, 2016) e Dandara Guerreira(Costa, 2019), além da representação no filme Quilombo (Diegues, 1984). Essas obras mantêm viva sua memória, transmitindo-a de geração em geração e reafirmando sua imagem como mulher de força e resistência.

O resgate de Dandara também foi potencializado pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas. Essa legislação é fundamental para romper com a marginalização histórica e possibilitar que estudantes reconheçam o papel do povo negro na formação do Brasil.

Nesse sentido, Dandara ultrapassa os limites do tempo, sendo constantemente vista como referência de luta, identidade e emancipação, especialmente para mulheres negras. Sua trajetória inspira a resistência contra as desigualdades e reafirma o protagonismo feminino negro como parte essencial da história brasileira. Dandara dos Palmares representa a síntese da resistência e da luta por liberdade no Brasil colonial.

3.2 Resistência, identidade e força: a mulher negra nordestina na perspectiva de Maria Helena Menezes de Souza

Maria Helena Menezes de Souza, mulher negra, quilombola, nordestina e deficiente física que se tornou símbolo de resistência e superação ao se tornar a primeira quilombola doutora do estado de Alagoas. Maria Helena nasceu em 21 de junho de 1994, natural de Água Branca- Alagoas, residia na comunidade quilombola Serra das Viúvas, filha caçula de agricultores, Maria Eliane

Menezes Souza e Lourival Freire Souza, ela tem dois irmãos que também trabalham com agricultura. Maria Helena é a única de sua família a concluir os estudos, e afirma que só conseguiu graças ao apoio familiar, já que nasceu com uma malformação na perna esquerda, o que dificultava sua locomoção.

Imagem 3: Maria Helena Menezes de Souza



Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Helena

> Eu tinha dificuldade para andar, por conta da minha deficiência, então, minha mãe me levava nas costas, às vezes meus irmãos me levavam de burro. Minha mãe comprou um carrinho de mão para que os meus irmãos me levassem para a escola e meus amiguinhos, aqueles que eram maiores, traziam-me de volta para casa. Assim foi nos primeiros anos de estudos (Maria Helena Menezes de Souza, 2024).

Apesar das dificuldades presentes na trajetória acadêmica de Maria Helena, ela sempre encontrou apoio e motivação para continuar, o seu percurso acadêmico foi todo realizado na instituição alagoana, com graduação, mestrado e doutorado. Ambas as formações na área de Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e em Literatura (PPGLL) da Faculdade de

Letras (Fale) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), unidade acadêmica do Campus A.C. Simões.

Assim como tantas outras mulheres que vieram antes dela, Maria Helena carrega em sua trajetória a marca da luta coletiva. As mulheres quilombolas do Nordeste sempre desempenharam papéis centrais na preservação da memória histórica, na transmissão da cultura e no fortalecimento das identidades comunitárias. São elas que mantêm viva a herança africana, que garantem a continuidade dos territórios tradicionais e que transformam o cotidiano em espaço de resistência. Nesse sentido, o doutorado de Maria Helena não é apenas um título acadêmico, mas um ato político: uma conquista que dialoga com a luta de todas as mulheres negras que, de forma silenciosa ou explícita, desafiaram o racismo e o patriarcado. "*É de suma relevância termos representatividades, pois servem de inspiração. Meu objetivo sempre foi ter uma boa formação, nunca imaginei que eu fosse a primeiro quilombola doutora do estado de Alagoas, soube depois da conclusão do curso* - Maria Helena Menezes de Souza" (2024).

É possível compreender sua trajetória como parte de um processo histórico maior. Mulheres como Dandara dos Palmares, Maria Firmina dos Reis e tantas outras do Nordeste abriram caminhos de resistência em diferentes frentes — seja na luta armada, na produção literária ou na defesa das comunidades tradicionais. Maria Helena insere-se nessa linhagem, mas em um espaço que, por muito tempo, parecia inacessível: a universidade. Sua presença no meio acadêmico representa o avanço das vozes negras em territórios de poder simbólico, onde se produzem narrativas sobre a história e a sociedade.

Sua conquista representa muito mais do que uma realização individual. Ela simboliza a ruptura com estruturas históricas de exclusão racial, de gênero e de classe que, durante séculos, restringiram o acesso das mulheres negras e quilombolas aos espaços de pro-

dução e legitimação do conhecimento científico. As universidades brasileiras, tradicionalmente constituídas sob a lógica das elites brancas e masculinas, foram marcadas por processos de silenciamento e invisibilização das experiências, saberes e epistemologias produzidas por populações negras. Nesse contexto, a presença de Maria Helena nesses espaços acadêmicos assume um significado político e coletivo, evidenciando a capacidade de enfrentamento das barreiras impostas pelo racismo estrutural e pelas desigualdades historicamente reproduzidas no campo educacional.

Ao ocupar um espaço socialmente reconhecido de prestígio intelectual, Maria Helena não apenas amplia as possibilidades de representação para outras mulheres negras e quilombolas, mas também tensiona as estruturas que definem quem pode produzir conhecimento e quais narrativas são consideradas legítimas. Sua trajetória contribui para deslocar o olhar sobre o Nordeste brasileiro, frequentemente associado a estereótipos de marginalidade e subalternidade, reafirmando o protagonismo das mulheres negras nordestinas na construção de saberes comprometidos com a transformação social. Dessa forma, sua presença no universo acadêmico fortalece processos de reconhecimento, pertencimento e valorização das identidades negras, ao mesmo tempo em que evidencia a importância de perspectivas plurais na interpretação e redefinição da realidade regional e nacional.

A realidade regional do Nordeste é marcada por desigualdades históricas, especialmente no acesso à educação e à inclusão social das populações negras e quilombolas. Nesse contexto, as mulheres negras desempenham papel central na manutenção das comunidades, na preservação cultural e na resistência frente às estruturas sociais excludentes. Elas são resistência, inspiração e exemplo. De força, crença, fé, pluralidade, respeito e empenho. A trajetória de Maria Helena Menezes de Souza, reflete essas dimensões. Sua conquista acadêmica não é apenas individual: representa a superação

de barreiras históricas impostas pelo racismo estrutural e pelo elitismo educacional, demonstrando como a presença de mulheres negras nos espaços de conhecimento pode influenciar positivamente o desenvolvimento social e cultural da região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica de Alagoas revela um território profundamente marcado pelas tensões entre colonização, exploração econômica e resistência social. A expansão da produção açucareira, vinculada à lógica colonial portuguesa e à estrutura dos engenhos, consolidou um modelo de concentração de riqueza e poder sustentado pela escravização de populações negras e pela expropriação de povos indígenas. Contudo, essa história não pode ser compreendida apenas a partir da violência e da dominação, pois nela também emergiram formas potentes de organização coletiva e enfrentamento, das quais os quilombos constituem uma das expressões mais significativas.

Nesse contexto, o Quilombo dos Palmares assume centralidade como símbolo da resistência negra no Brasil, evidenciando que a luta pela liberdade foi construída por múltiplos sujeitos históricos. A memória de Dandara dos Palmares, em particular, permite problematizar narrativas que tradicionalmente privilegiaram protagonismos masculinos, ao demonstrar a participação decisiva das mulheres negras nas dimensões política, militar, econômica e cultural da resistência quilombola. Reconhecer essa agência feminina significa ampliar a compreensão da história alagoana e evidenciar que as mulheres negras foram protagonistas na construção de projetos coletivos de liberdade e autonomia.

A formação cultural de Alagoas resulta do entrelaçamento de matrizes africanas, indígenas e europeias, cuja presença se manifesta nas práticas religiosas, nas festividades populares, na

musicalidade, na culinária e em diversas expressões do patrimônio imaterial do estado. Essa diversidade não representa apenas uma soma de influências culturais, mas a produção histórica de identidades forjadas em contextos de conflito, negociação e resistência. Assim, a cultura alagoana pode ser compreendida como um espaço de preservação da memória coletiva e de afirmação de pertencimentos historicamente subalternizados.

As desigualdades contemporâneas, entretanto, demonstram que muitos dos mecanismos de exclusão construídos ao longo da história permanecem produzindo efeitos concretos. A concentração de renda, o acesso desigual à educação, à saúde e aos serviços públicos, bem como a vulnerabilização de comunidades quilombolas, indígenas e negras, evidenciam a permanência de hierarquias raciais e sociais que atravessam o desenvolvimento do estado. Nesse cenário, as lutas por reconhecimento territorial, direitos sociais e inclusão política continuam sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática.

Por fim, trajetórias como a de Almerinda Farias Gama reforçam a necessidade de resgatar personagens historicamente invisibilizadas pela memória oficial. Valorizar as contribuições de mulheres negras para os direitos civis, trabalhistas e políticos significa reconhecer que a história de Alagoas foi também construída por sujeitos frequentemente excluídos dos registros tradicionais. Em síntese, Alagoas é marcada por uma identidade afro-indígena-europeia atravessada por permanências e rupturas, por desigualdades e resistências, por silenciamentos e reinvenções. Compreender essa complexidade é essencial para interpretar o presente e fortalecer políticas públicas comprometidas com justiça social, igualdade racial e valorização da memória dos povos que constituíram o estado.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jared. *As lendas de Dandara*. São Paulo: Editora independente, 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estimativas da população residente nos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 31 ago. 2025.

COSTA, Madu. *Dandara guerreira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro e o conceito de quilombo*. In: RATTS, Alex (org.). Beatriz Nascimento: textos, entrevistas e ensaios. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. *Quem foi Almerinda Farias Gama?* São Paulo: Nós, Mulheres da Periferia, [s.d.]. Disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/web-stories/conheca-almerinda-farias-gama/. Acesso em: 29 jun. 2026.

8. MUITAS FORMAS DE EXISTIR, UMA MESMA LUTA: MULHERES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERGIPANA

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

- Deise Anny Fontes Santos
  Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: deisefontessantos@gmail.com.

- Levy Santos Nascimento
  Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro da Coordenação Nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). E-mail: levy_se@hotmail.com.

- Mikaely Fernanda Dantas dos Santos
  Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: mikaelysantosdts@gmail.com

- Samuel Francisco Rabelo
  Graduado em Serviço Social e Mestre em Antropologia (UFS); Mestre em Educação e Doutorando em Direitos Humanos (UNIT). Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: samwrabello@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pensar a realidade regional sergipana exige ultrapassar interpretações que reduzem a formação social do estado aos seus aspectos econômicos, políticos ou administrativos. Como parte constitutiva do Nordeste brasileiro, Sergipe é resultado de um processo histórico marcado pela colonização portuguesa, pela expropriação dos povos indígenas, pela escravização de populações africanas e pela consolidação de relações sociais profundamente atravessadas por desigualdades de classe, raça e gênero. Contudo, a história oficial frequentemente privilegiou os feitos das elites agrárias, dos grupos políticos dominantes e dos agentes considerados centrais na construção do Estado, relegando à invisibilidade sujeitos coletivos que participaram ativamente da constituição de sua cultura, de seus territórios e de suas formas de sociabilidade

Nesse processo, as mulheres negras ocupam uma posição particularmente significativa. Ao mesmo tempo em que foram submetidas aos efeitos combinados do racismo, do patriarcado, do machismo e da exploração econômica, constituíram-se como protagonistas de múltiplas formas de resistência e produção da vida social. Conforme argumenta Lélia Gonzalez (2020), a experiência das mulheres negras na América Latina não pode ser compreendida apenas a partir da exclusão social, mas sobretudo por sua capacidade histórica de criar estratégias de sobrevivência, organização comunitária, produção cultural e enfrentamento das opressões. Em Sergipe, essa presença manifesta-se nos territórios quilombolas, nas tradições culturais afro-brasileiras, nos movimentos sociais, nos espaços educacionais, nas manifestações artísticas e nos processos de luta por reconhecimento e direitos.

Entretanto, a invisibilização dessas trajetórias não constitui mero esquecimento histórico. Trata-se de um processo político

de produção da memória social que, ao privilegiar determinados sujeitos, silencia outros. Carneiro (2019) aponta que o racismo opera não apenas pela negação de direitos materiais, mas também pelo apagamento simbólico das contribuições da população negra para a construção da sociedade brasileira. Tal dinâmica torna-se ainda mais evidente quando observamos as trajetórias das mulheres negras, frequentemente excluídas dos espaços de poder, da produção oficial do conhecimento e das narrativas sobre a formação regional. Nesse sentido, discutir Sergipe a partir das experiências dessas mulheres significa questionar os próprios critérios que historicamente definiram quem merece ser lembrado e quem pode ser esquecido.

Ao mesmo tempo, compreender a presença das mulheres negras em Sergipe requer reconhecer a importância do território como espaço de produção de identidades, memórias e resistências. Para Nascimento (2021), os territórios negros constituem espaços vivos de continuidade histórica, nos quais ancestralidade, pertencimento e luta se articulam na construção de projetos coletivos de existência. Tal compreensão permite perceber que a realidade sergipana foi produzida não apenas pelas estruturas institucionais do Estado, mas também pelas experiências cotidianas de mulheres negras que preservaram saberes, construíram redes de solidariedade, fortaleceram manifestações culturais e ocuparam espaços historicamente negados à população negra.

É nesse contexto que se inserem as trajetórias de Adriana Lohanna dos Santos, Iza Jaqueline Barros (Iza Negratcha), Carmem Maria Rosa Araújo e Gigi Poetiza. Embora pertençam a contextos distintos e atuem em diferentes campos da vida social, essas mulheres compartilham a condição de protagonistas de processos que desafiam as estruturas históricas de exclusão presentes na sociedade sergipana. Suas experiências revelam a potência das mulheres negras na produção de conhecimento, na

valorização da cultura popular, na preservação da ancestralidade, na militância antirracista, na defesa dos direitos humanos e LGBTQIAPN+ e na ampliação das possibilidades de existência para grupos historicamente marginalizados. Particularmente no caso de Adriana Lohanna, mulher trans negra e professora, evidencia-se ainda a necessidade de ampliar as análises sobre identidade regional incorporando as múltiplas formas de vivenciar gênero, raça e pertencimento em uma sociedade marcada por processos históricos de exclusão.

Diante dessas reflexões, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições dessas mulheres para a construção da realidade regional sergipana, compreendendo suas trajetórias como expressões de resistência, produção de memória, afirmação identitária e transformação social. Para tanto, o estudo fundamenta-se em uma perspectiva crítica-dialética e interseccional, dialogando com as contribuições de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo e Nilma Lino Gomes, autoras que possibilitam apreender as articulações entre raça, gênero, classe, sexualidade e território na constituição das desigualdades e das resistências presentes na sociedade brasileira.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, realiza-se uma discussão acerca da formação sócio-histórica de Sergipe, enfatizando a participação da população negra na constituição da identidade regional. Na segunda, são analisadas as trajetórias das mulheres abordadas, destacando suas contribuições para a educação, a cultura, a militância social, a produção acadêmica e a preservação da memória coletiva. Por fim, apresentam-se as considerações finais, retomando os principais elementos discutidos e reafirmando que a compreensão da realidade sergipana exige reconhecer as mulheres negras como sujeitos centrais na construção histórica, cultural e política do estado.

Mais do que uma homenagem às suas trajetórias individuais, este texto propõe uma reflexão sobre os processos históricos que tornaram possíveis suas existências e suas lutas. Afinal, ao contar a história dessas mulheres, conta-se também uma outra história de Sergipe: uma história construída a partir das margens, das resistências e das vozes que, apesar de tantas tentativas de silenciamento, continuam transformando o presente e projetando novos horizontes de futuro.

2. VOZES QUE DESAFIAM O SILÊNCIO: MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERGIPANA

A história de um povo não é construída apenas pelos grandes acontecimentos registrados nos livros, pelas decisões políticas ou pelos nomes que ocupam lugares de prestígio. Ela também é tecida no cotidiano, nos gestos de resistência vividos no chão batido, nos saberes compartilhados, nas manifestações culturais e nas formas de cuidado que sustentam a vida coletiva. Em Sergipe, muitas mulheres negras participaram ativamente desses processos, contribuindo para a construção de identidades, memórias e modos de existir que ajudaram a moldar a realidade social do Estado.

Ao longo do tempo, essas mulheres ocuparam diferentes espaços e desenvolveram distintas formas de atuação. Algumas encontraram na educação caminhos para ampliar horizontes e produzir conhecimento; outras transformaram a arte, a cultura e a palavra em instrumentos de afirmação, pertencimento e transformação social. Em comum, suas trajetórias revelam a capacidade de produzir mudanças em seus territórios, fortalecer vínculos comunitários e ampliar as possibilidades de existência para grupos historicamente atravessados por processos de exclusão.

As histórias apresentadas a seguir não devem ser compreendidas apenas como relatos individuais de sucesso ou superação.

Elas expressam experiências coletivas, carregam marcas de ancestralidade e evidenciam diferentes maneiras de construir presença, reconhecimento e pertencimento em Sergipe. Ao conhecer essas trajetórias, somos convidados a perceber que a construção da realidade regional também acontece por meio das vozes, dos corpos, dos saberes e das lutas de mulheres negras que seguem transformando o presente e inspirando novos futuros.

2.1. Carmem Maria Rosa Araújo: educação, pioneirismo e contribuição para a sociedade sergipana

Figura 1: Carmem Maria Rosa Araújo



Fonte: Leite (2025)

Carmem Maria Rosa Araújo foi uma importante personalidade sergipana, reconhecida por sua trajetória na educação e no Poder Judiciário. Nascida em 3 de janeiro de 1941, no município de Carmópolis/SE, destacou-se desde cedo pela dedicação aos estudos e pelo compromisso com sua formação profissional. Sua

história tornou-se um exemplo de perseverança e superação, especialmente em um contexto social marcado por desigualdades raciais e de gênero, que dificultavam o acesso de mulheres negras a cargos de destaque na sociedade (Leite, 2025).

Em busca de novos desafios profissionais, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1970. Posteriormente, ingressou no serviço público e exerceu funções de destaque, entre elas o cargo de procuradora da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMATER-SE). Em 1979, foi aprovada em concurso para juiz de Direito e, no ano seguinte, tomou posse na magistratura. Segundo Leite (2025), Carmem Maria Rosa Araújo tornou-se a primeira mulher negra a ocupar o cargo de juíza no estado de Sergipe, fato que representou um importante marco para a representatividade feminina e negra no Poder Judiciário sergipano.

As contribuições de Carmem Maria Rosa Araújo para a sociedade ultrapassam sua atuação profissional. Na educação, colaborou para a formação de inúmeras pessoas e para o fortalecimento do ensino como ferramenta de desenvolvimento social. No Poder Judiciário, sua presença representou um avanço na ocupação de espaços de liderança por mulheres negras, servindo de inspiração para novas gerações de profissionais. Sua trajetória evidencia a importância da educação e do serviço público na promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades.

O reconhecimento de sua relevância para a sociedade sergipana permaneceu mesmo após sua aposentadoria e seu falecimento, ocorrido em 2017. Sua história continua sendo lembrada como exemplo de pioneirismo, dedicação ao serviço público e compromisso com a justiça, inspirando profissionais das áreas da educação, do Direito e da administração pública (Araújo, 2017; Santana, 2017).

Dessa forma, Carmem Maria Rosa Araújo deixou um legado marcado pela valorização da educação, pela atuação ética na

magistratura e pela superação de barreiras raciais e de gênero. Sua trajetória demonstra como o acesso à educação e o compromisso com o serviço público podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, sua memória permanece como uma importante referência para a história de Sergipe e para a valorização da participação das mulheres negras nos espaços de poder e de decisão.

2.2 - Iza Negractha: herdeira de dandara na luta pela abolição contemporânea

Iza Jakeline Barros da Silva, conhecida artisticamente como Iza Negratcha, nasceu em São Paulo, em um simbólico 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, no ano de 1984. A simbologia da luta, presente desde seu nascimento, atravessa toda a sua trajetória. Foi, entretanto, em Sergipe que construiu sua vida, consolidou sua militância e constituiu sua família, estado onde vive há mais de 23 anos.

Ativista dos direitos humanos, artista, mãe atípica, *rapper*, poeta, cabeleireira e estudante de Direito, carrega múltiplas bandeiras com força e potência singulares. Por meio da arte, expressa seu compromisso antirracista em letras que se configuram como verdadeiros manifestos, transformando a música em instrumento de enfrentamento ao preconceito e de fortalecimento do protagonismo das mulheres negras. Tornou-se sinônimo de resistência e referência nacional na cena do *Hip Hop*, como evidencia um de seus versos: *"Herdeira de Dandara levo junto o meu escudo."* Em reconhecimento à sua trajetória e às décadas de atuação no movimento *Hip Hop*, ocupa atualmente a presidência nacional da Frente de Mulheres no *Hip Hop* (Silva, 2025).

A luta e a resiliência marcam profundamente sua trajetória, que se entrelaça à própria história da defesa da liberdade e do

abolicionismo penal em Sergipe. Egressa do sistema prisional, Negratcha demonstra que a vida pode ser reconstruída e que o estigma, o preconceito e as barreiras sociais podem ser enfrentados por meio da organização coletiva. Esse percurso teve início com a fundação do coletivo Mulheres Arteiras, iniciativa voltada à auto-organização de mulheres egressas do sistema prisional. A partir desse espaço, transformou a dor e os desafios da ressocialização em acolhimento, fortalecimento de vínculos e organização política. Atualmente, o coletivo ampliou sua atuação, atendendo também mulheres em situação de vulnerabilidade vinculadas a diferentes movimentos e organizações sociais, tornando-se referência nas áreas da educação, da geração de trabalho e renda e do combate à fome.

Negratcha também se consolidou como referência nacional na luta pelo desencarceramento, atuando como articuladora da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e coordenadora da Frente Estadual pelo Desencarceramento em Sergipe. Sua atuação concentra-se na defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade, acompanhando a realidade das unidades prisionais, denunciando violações de direitos e oferecendo apoio e orientação jurídica a familiares e vítimas de violência produzida pelo próprio Estado.

Defensora do abolicionismo penal, compreende o sistema penal como um mecanismo de controle e dominação direcionado, sobretudo, aos grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados. Nessa perspectiva, interpreta o cárcere como expressão contemporânea das desigualdades raciais herdadas da escravidão, compreendendo os presídios como espaços onde a população negra continua experimentando, de forma particularmente intensa, os efeitos de um processo de abolição inconcluso. Por essa razão, sua voz tornou-se uma das mais importantes expressões da luta por liberdade, justiça social e dignidade humana em Sergipe.

Figura 2:- Iza Negratcha



Fonte: Arquivo de acervo pessoal de Iza Negratcha

"(...) Até quando vou sentir as dores do meu passado,
ainda escuto o barulho de corrente e cadeado
quanto vale saber que meu corpo era marcado
ou que as pretas escravizadas tinha o corpo violado
Um século depois de toda essa agressão
o meu povo ainda luta contra discriminação
um arco íris foi criado pra entender uma só cor
parda, moreninha, e o negro onde ficou?
O meu corpo ainda é visto como um objeto quente
meu cabelo é uma afronta pq é crespo ou cacheado
Trago nele a ideologia dos meus antepassados
o gringo chega aqui atrá de algo mais caliente
Eu quero muito mais do que cotas em universidades
dessa vez a preta tem voz pra te mostrar outras verdades
o racismo ainda existe no país da corrupção
que ainda estranha juiz preto
pq preto ainda é ladrão
Ainda sinto as chibatadas dessa triste escravidão (...)"

(Iza Negratcha)

2.3. Gigi Poetisa: a palavra como território de luta

Imagem 3: Gigi Poetisa



Fonte: Acervo Pessoal de Gigi Poetisa

Josineide Dantas, conhecida artisticamente como Gigi Poetisa, nasceu em Propriá/SE, às margens do rio São Francisco. Filha da costureira Maria José Dantas e do padeiro José Dantas, é mulher negra e descendente do povo indígena Xocó, da tribo Mundé da Onça. Cresceu encantada pelos poetas populares e pelos cordéis vendidos à beira do rio, cenário que marcou sua infância e ajudou a moldar a poetisa que viria a se tornar.

Em 1981, mudou-se para Aracaju/SE, onde iniciou sua trajetória no teatro popular, graduou-se em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e encontrou, nos encontros culturais de Laranjeiras e nas bancas de cordel do Mercado Municipal, os mestres que contribuíram para que o verso, já presente em sua sensibilidade, ganhasse forma e voz. Em 2009, publicou seu primeiro folheto, *O Homem Moderno e a Revolução da Mulher*, dando início a uma produção literária que inclui obras como *Zumbi: o Sonho da Igualdade Racial no Silêncio das Palavras* e *As Mulheres Guerreiras Decantadas em Cordel*, entre outras, nas quais cada estrofe traduz o compromisso de utilizar a poesia como instrumento de transformação social.

Gigi não chegou à poesia por acaso, tampouco permaneceu nela por comodidade. Sua trajetória nos movimentos sociais teve início ainda na década de 1980. Participou da primeira greve geral de 1985, testemunhou de perto as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora e jamais se afastou da luta coletiva. Para ela, a militância não constitui apenas uma escolha, mas uma necessidade construída a partir do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária. Identificando-se com os ideais da esquerda e do socialismo, acompanhou de perto importantes conquistas dos movimentos sociais, como o fim da censura, o avanço da acessibilidade e a ampliação das políticas sociais, reconhecendo que tais direitos foram resultado da organização e da resistência de um povo historicamente explorado.

É dessa convicção política que nasce sua poesia. Por meio do cordel e do verso, Gigi Poetisa transforma a palavra em instrumento de denúncia, memória e mobilização social. Em seus escritos, não expressa apenas indignação diante das injustiças, mas reafirma o compromisso permanente com a defesa da democracia, da justiça social e da dignidade humana. Como ela própria afirma: *"Estamos atentos à corrupção, ao abuso de poder e à marginalização."* Sua poesia revela que escrever também é resistir, preservar a memória coletiva e fortalecer as lutas populares. Em suas próprias palavras:

Faço poesia sim, solto meu falar negro, meu sorriso crioulo,
o meu olhar sem medo para descobrir a alma branca da raça humana.
Faço poesia sim, com versos tortos para elogiar os cabelos encrespados e dreads.
A epiderme negra e acizentada, o olhar sincero da alma,
o sorriso sério atento da raça negra.
Faço poesia sim, para entoar o meu canto no batincum dos tambores,

no toque do berimbau, para esquecer a dor que fora esquecida,
que nunca foi abolida
(Gigi Poetisa)

A mesma voz que verseja nas ruas também bate de porta em porta. Gigi é agente comunitária de saúde no bairro América, educadora popular em saúde, arte-educadora e sanitarista. É militante do Movimento Negro Unificado (MNU), uma das fundadoras do Fórum de Entidades Negras de Sergipe e da Rede de Mulheres Negras de Sergipe. Também ocupa cadeira no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Aracaju e no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, contribuindo para a formulação, o acompanhamento e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à população negra e às mulheres. Filiada ao PSOL, levou sua militância também para o campo institucional, candidatando-se ao cargo de vereadora de Aracaju, em 2020, e ao de deputada estadual por Sergipe, em 2022, sempre erguendo as bandeiras da população negra, das mulheres e da cultura.

Ingressou no curso de Serviço Social reafirmando o compromisso de articular a prática militante à formação teórica. Contudo, um diagnóstico de câncer interrompeu temporariamente esse percurso. Com a coragem de quem sempre transformou o privado em questão política, passou a compartilhar publicamente, por meio de suas redes sociais, essa experiência de enfrentamento da doença, demonstrando que a resistência também se manifesta na forma de viver, de cuidar de si e de continuar inspirando outras pessoas.

Mulher negra, indígena, feminista, mãe, avó, poetisa, cordelista e militante, Gigi não separa essas dimensões de sua existência. Talvez por isso o nome pelo qual escolheu ser conhecida sintetize tudo o que construiu ao longo da vida. Gigi Poetisa não é apenas um nome artístico, mas uma identidade forjada na palavra, na luta e no compromisso permanente com a transformação social.

2.4 A travessia de Adriana Lohanna pelo sertão do gênero e a retificação da vida em sergipe

Figura 4: Adriana Lohanna



Fonte: Acervo Pessoal de Adriana Lohanna

Nas terras áridas e férteis de Aquidabã, no povoado Cruz Grande, o sol de Sergipe testemunhou, em 28 de agosto de 1986, o nascimento de um ser destinado a desafiar as geografias do impossível. Sua vinda ao mundo foi precedida por um sacrifício ritualístico da terra: seu pai, ansioso por um herdeiro após a perda de dois filhos, vendeu um terreno para custear o tratamento que permitiria seu nascimento. Mal sabia ele que aquela semente, plantada sob a expectativa de um "menino", germinaria em uma identidade feminina que ele passaria anos tentando podar com o rigor do chicote e da vigilância.

A infância de Adriana Lohanna foi profundamente atravessada pelo sagrado, crescendo no seio da Igreja Católica na Diocese de Propriá. Antes mesmo de compreender as complexidades do gênero, ela depositava sua fé em rituais, participando da Infância Missionária e rezando com um terço colorido. Naquele es-

paço de incensos e orações, ela já se percebia como o "menino deslocado", alguém que nutria as mesmas vontades das meninas, mas cujas possibilidades eram interditadas pelo binarismo da fé e da biologia.

A religiosidade, contudo, operava como uma faca de dois gumes: se por um lado o dogma a cercava, por outro, a Igreja tornou-se, durante o ginásio, sua "sobrevivência psíquica". Enquanto o mundo exterior a agredia, Lohanna encontrou refúgio na dedicação extrema aos estudos e em figuras como D. Neném, uma senhora religiosa que lhe oferecia o acolhimento e o conforto que a estrutura patriarcal lhe negava. Naquele tempo, ela chegou a cogitar o celibato, uma forma de proteger sua essência da masculinidade compulsória que a sociedade nordestina lhe exigia.

Crescer no Nordeste brasileiro para uma criança trans é habitar uma geolocalização da exclusão, onde a cultura local muitas vezes "folcloriza" a dissidência de gênero como algo desprezível. Adriana viveu sob a sombra de um pai rigoroso e o espectro de um tio homossexual que servia de contraexemplo familiar, ouvindo que o destino de quem desviava da norma era a morte. As marcas das surras de chicote e chinelo em seu corpo eram tentativas violentas de "corrigir" o que era, na verdade, sua natureza mais profunda.

A escola, que deveria ser o prolongamento do berço da cidadania, revelou-se um "inferno" de assepsia social. Adriana viveu a dor de ser o corpo sobre o qual os colegas extravasavam ódio: sofreu agressões físicas, teve sua cabeça colocada dentro de um vaso sanitário e foi vítima de violência sexual por um colega de classe. O silêncio complacente de professores, que naturalizavam a barbárie como "falta de juízo" do agredido, era a assinatura da transfobia institucionalizada que ainda hoje permeia o os espaços sócio-institucionais.

Sua trajetória é um ponto fora da curva que insiste onde a vida parece não ter licença para florescer. Ao ingressar na universida-

de, Lohanna não apenas ocupou um espaço, ela o politizou, transformando sua sede e suas necessidades fisiológicas em um ato de reivindicação. Enfrentar a proibição de usar o banheiro feminino foi, para ela, confrontar uma "tecnologia de gênero" desenhada para colocar cada corpo em seu "quadrado" binário, uma segregação que ela refutou com a dignidade de quem sabe quem é.

Em 2012, ela protagonizou um marco histórico para o Direito em Sergipe: foi a primeira mulher transexual do estado a obter a retificação de nome e gênero em sua certidão de nascimento sem a obrigatoriedade da cirurgia de transgenitalização. O nome "Adriana" foi um tributo ao menino que existiu para a família, e "Lohanna" foi seu batismo na ancestralidade trans, um presente de Marcele, uma professora travesti que lhe abriu as portas para a transição. Essa vitória judicial foi um rompimento com o biologismo arcaico, afirmando que a identidade é um feixe de luz que a genitália não pode aprisionar.

A intelectualidade de Lohanna é uma forma de oração política. Ao tornar-se a primeira mulher transexual Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2017, ela transformou sua própria carne em teoria. Em sua dissertação, ela deu voz a outras/os estudantes trans, denunciando como a academia ainda opera mecanismos de expulsão disfarçados de burocracia e como o saber trans é visto como uma ameaça à "normalidade" compulsória.

Como professora na rede municipal de Lagarto, Lohanna enfrentou o paradoxo de ser amada por seus alunos, que a aplaudiam de pé, enquanto era perseguida por uma estrutura administrativa que tentava removê-la para o "exílio" das zonas rurais. Essa perseguição, movida por discursos que vinculavam sua identidade à "promiscuidade", levou-a a um quadro de depressão grave, provando que o preconceito no interior do Nordeste ainda tenta silenciar as vozes que ensinam a liberdade.

Sua resistência também se fez na cura das feridas físicas e simbólicas. Em 2023, Lohanna fechou um ciclo de dor ao realizar a cirurgia de correção da mandíbula, fraturada treze anos antes em uma agressão brutal durante uma festa de "casamento matuto". Esse ato de reconstruir a própria face é uma metáfora poderosa de sua vida: a recusa em carregar as marcas do ódio como destino final, preferindo a reconstrução contínua de si mesma.

A trajetória de Adriana Lohanna é uma ode à ancestralidade de Xica Manicongo, a "traviarca" que resistiu à Inquisição no século XVI. Ao se reconhecer como "filha de Xica", Lohanna reafirma que a existência trans é uma persistência milenar que atravessa o tempo e o preconceito, unindo a espiritualidade de sua infância à força política de sua maturidade. Ela entende que sua vida é uma "denúncia e afirmação", um corpo que grita: "sou mulher, sou negra, sou nordestina – e existo".

Atualmente, Adriana Lohanna continua a expandir os horizontes do possível, cursando Direito em Aracaju e em processo de seleção para o Doutorado em Educação. Ela utiliza a lei e o saber como cinzéis para esculpir um futuro onde a próxima geração não precise vender o chão para poder nascer em sua própria verdade. Sua atuação na ASTRA e a criação da Semana da Visibilidade Trans na UFS são marcos de uma luta que não é apenas individual, mas coletiva e espiritual.

A vida de Lohanna problematiza a realidade das travestis no Nordeste, onde a solidão afetiva é uma constante e o afeto muitas vezes é relegado à penumbra. Ela insiste no direito ao amor público, recusando as "migalhas emocionais" de uma sociedade que tenta esconder seus desejos. Sua história ensina que a resistência não é apenas o ato de não desistir, mas de encontrar forças na fé, na educação e na coletividade quando o mundo insiste em dizer "não".

Adriana Lohanna dos Santos é mais que uma sobrevivente; ela é uma arquiteta de novos mundos. Sua trajetória, marcada pelo

terço colorido da infância e pela toga do mestrado, é um símbolo de que a transformação social exige coragem para ser autêntica. Ela permanece como uma luz para as futuras gerações, provando que é possível caminhar pelos tribunais e universidades não como estrangeira, mas como sujeita plena de direitos e de alma.

Lohanna é a prova viva de que a existência trans é sagrada em sua resistência. O amanhã que ela constrói é um lugar onde o nome social não seja apenas uma portaria, mas um reconhecimento da essência humana que nenhum dogma ou preconceito pode apagar. Sua vida é uma oração contínua pela dignidade, um testemunho de que, mesmo sob o sol castigante de Sergipe, a flor da esperança encontra frestas no concreto para desabrochar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste artigo permitem afirmar que compreender a realidade regional sergipana exige reconhecer o protagonismo das mulheres negras como dimensão constitutiva da formação histórica, cultural, política e social do Estado. Ao longo da história, suas contribuições foram sistematicamente invisibilizadas por narrativas produzidas a partir das elites econômicas e políticas, relegando ao silêncio pessoas que participaram ativamente da construção dos territórios, das formas de sociabilidade, da produção cultural e da luta por direitos. Assim, revisitar essas trajetórias representa não apenas um exercício de recuperação da memória, mas um compromisso ético e político com a produção de uma história mais plural, crítica e socialmente referenciada.

As experiências de Adriana Lohanna dos Santos, Iza Negratcha, Carmem Maria Rosa Araújo e Gigi Poetisa revelam que não existe uma única forma de resistência das mulheres negras em Sergipe. Cada uma delas construiu sua atuação a partir de dife-

rentes espaços sociais — a educação, o Poder Judiciário, a arte, a cultura popular, os movimentos sociais, a defesa dos direitos humanos e da população LGBTQIAPN+, o enfrentamento ao encarceramento em massa e a preservação da memória coletiva. Em comum, todas transformaram suas próprias existências em territórios de luta, reafirmando que a resistência também se produz no cotidiano, na ocupação de espaços historicamente negados e na construção permanente de novas possibilidades de existência.

Ao reunir essas trajetórias, este artigo evidencia que a identidade regional sergipana não pode ser compreendida apenas por meio de seus processos econômicos ou de suas instituições formais. Ela é igualmente produzida pelas vozes, pelos corpos, pelos afetos, pelos saberes e pelas práticas de mulheres negras que desafiaram as estruturas do racismo, do patriarcado, da cisheteronormatividade e das desigualdades de classe. Suas histórias demonstram que a produção da realidade regional acontece também nos espaços comunitários, nas escolas, nos movimentos sociais, nas manifestações culturais, nos tribunais, nos versos do cordel, nas batalhas do *Hip Hop* e nas salas de aula, onde se constroem outras formas de pertencimento e cidadania.

Nesse sentido, o presente trabalho reafirma a necessidade de ampliar pesquisas, registros históricos e produções acadêmicas comprometidas com a visibilização das mulheres negras sergipanas. Mais do que reconhecer trajetórias individuais, trata-se de compreender que essas experiências expressam processos coletivos de resistência, ancestralidade e transformação social que atravessam gerações e continuam produzindo novos horizontes para a sociedade sergipana.

Por fim, as histórias aqui apresentadas reafirmam que Sergipe também pode ser narrado a partir das mulheres negras que ousaram romper fronteiras, reinventar caminhos e transformar suas próprias vidas em instrumentos de emancipação coletiva. Em cada

sala de aula ocupada por Adriana Lohanna, em cada decisão proferida por Carmem Maria Rosa Araújo, em cada verso cantado por Iza Negratcha e em cada cordel declamado por Gigi Poetisa, permanece viva a certeza de que a identidade regional sergipana continua sendo escrita por mulheres que fizeram da resistência um modo de existir e da esperança um compromisso permanente com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciano Freire. Nota de falecimento: Juíza aposentada Carmem Maria Rosa Araújo. *Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe,* 18 jul. 2017. Disponível em: https://agencia.tjse.jus.br/avisos/item/10040-nota-de-falecimento-juiza-aposentada-carmem-maria-rosa-araujo. Acesso em: 7 jun. 2026.

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL EPIPHANIO DÓRIA. *Gigi poetisa.* Aracaju: SEDUC-SE, [s.d.]. Disponível em: https://biblioteca.seduc.se.gov.br/gigi-poetisa/. Acesso em: 16 jun. 2026.

DIAS, Alfrancio Ferreira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual. *Revista da FAEEBA*: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 145-158, jan./abr. 2016. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n45.p145-158. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/2291. Acesso em: 17 jun. 2026.

FAXAJU. Na CMA, vereadora ressalta a importância das mulheres ocuparem os espaços de poder. *FaxAju,* Aracaju, 8 mar. 2022. Disponível em: https://www.faxaju.com.br/politica/na-cma-vereadora-ressalta-a-importancia-das-mulheres-ocuparem-os-espacos-de-poder/. Acesso em: 16 jun. 2026.

FORTUNATO, Catarina. "A essência da mulher negra é a resistência, ancestralidade, poder e sabedoria" – Josineide Dantas. *Revista Mulher Africana*, 3 nov. 2020. Disponível em: https://www.revistamulherafricana.com/OnStage.asp?display=fullarticle&acat=12&ida=1239. Acesso em: 17 jun. 2026.

FUNSECOM – APERIPÊ TV PLURAL (5ª temporada) – *Gigi Poetisa* | Bloco (1/2). Aracaju: YouTube, 16 dez. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=egNgiZlBGQs. Acesso em: 17 jun. 2026.

FUNSECOM – APERIPÊ TV PLURAL (5ª temporada) – *Gigi Poetisa* | Bloco (2/2). Aracaju: YouTube, 16 dez. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GbECj8cE3bY. Acesso em: 17 jun. 2026.

LEITE, Fausto. *Carmen Rosa:* a primeira juíza negra de Sergipe. 30 set. 2025. Disponível em: https://faustoleite.com.br/carmen-rosa-a-primeira-juiza-negra-de-sergipe/. Acesso em: 7 jun. 2026.

NSC TOTAL. *Eleições 2022:* conheça Gigi Poetisa, concorrendo ao cargo de deputado estadual em SE pelo PSOL. NSC Total, 16 ago. 2022. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/eleicoes/2022/sergipe/candidato/deputado-estadual/gigi-poetisa-50000. Acesso em: 16 jun. 2026.

PSOL ARACAJU. *Josineide Dantas, a nossa Gigi Poetisa* [...]. Facebook, 10 out. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/psolaju/posts/josineide-dantas-a-nossa-gigi-poetisa-tem-54-anos-%C3%A9-mulher-negra-filha-da-costur/3664060473606294/. Acesso em: 16 jun. 2026.

RABELO, Samuel Francisco; SANTOS, Adriana Lohanna dos. Filha de Xica Manicongo: entrevista com Adriana Lohanna dos Santos. *Libertas,* Juiz de Fora, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1980-8518.2025.v25.47753. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/47753. Acesso em: 17 jun. 2026.

SANTANA, José Lima. *Rififi sertanejo*. Click Sergipe, 24 jul. 2017. Disponível em: https://www.clicksergipe.com.br/pais/31/30526/rififi-sertanejo----por-jose-lima-santana.html. Acesso em: 7 jun. 2026.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe:* enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/9200. Acesso em: 17 jun. 2026.

9. IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE: O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA CULTURA BAHIANA

- Ana Beatriz Santos de Araújo
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: araujobeatriz26@gmail.com

- Clara Vitória Nunes de Campos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: cvndc2005@academico.ufs.br

- Lorena Silva Bispo dos Anjos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: lorena.ufs@academico.ufs.br

- Mikaely Fernanda Dantas dos Santos
  Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: mikaelysantosdts@gmail.com

- Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
  Professor Orientador. Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo retratar a força, a coragem e a resistência das mulheres negras nordestinas, com especial atenção às mulheres negras da Bahia, herdeiras de uma ancestralidade marcada pela luta contra a escravidão e o racismo estrutural. A escolha desse objeto de pesquisa se justifica pela centralidade das mulheres negras na construção da identidade cultural baiana e, consequentemente, da identidade nordestina, visto que sua atuação ultrapassa as fronteiras do privado e se materializa em expressões coletivas de religiosidade, culinária, música e resistência política.

A relevância do tema reside no fato de que, apesar do protagonismo histórico e cultural, as trajetórias das mulheres negras ainda são sub-representadas na narrativa oficial e nos espaços de poder, revelando a persistência de mecanismos de apagamento e desigualdade social. Analisar essas experiências é, portanto, fundamental para compreender os processos de afirmação cultural, identidade regional e luta por direitos no contexto nordestino.

Para sustentar a análise, este trabalho se apoia no referencial teórico da interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (2002), que evidencia como gênero, raça e classe operam de forma combinada na produção das desigualdades. Tal perspectiva permite compreender como as mulheres negras baianas vivenciam múltiplas formas de opressão e, simultaneamente, desenvolvem estratégias próprias de resistência e afirmação.

Além da perspectiva interseccional, este estudo dialoga com contribuições do feminismo negro, que evidenciam a centralidade das mulheres negras na produção de conhecimentos, práticas culturais e formas de resistência social. Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento destacam que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas

de forma isolada das relações de poder que atravessam a sociedade brasileira, sendo fundamentais para a compreensão dos processos de construção identitária, pertencimento e resistência cultural.

Do ponto de vista sócio-histórico, a Bahia ocupa papel estratégico: foi o primeiro território colonizado pelos portugueses em 1500 e abrigou a primeira capital do Brasil, Salvador, o que consolidou a forte presença africana em sua formação cultural. Nesse processo, as mulheres negras foram protagonistas tanto na preservação da religiosidade de matriz africana — com destaque para a liderança das mães de santo nos terreiros de Candomblé — quanto na culinária, cuja força simbólica se mantém viva em pratos como o acarajé e o vatapá. Além disso, festas populares, como a de Iemanjá, celebrada em 2 de fevereiro, reafirmam a contribuição dessas mulheres na consolidação de práticas culturais que atravessam o Brasil.

Nesse contexto, a ancestralidade assume papel fundamental na manutenção das tradições afro-brasileiras e na transmissão de saberes entre gerações. Por meio da oralidade, dos rituais religiosos, das práticas culinárias e das manifestações artísticas, as mulheres negras atuam como guardiãs de memórias coletivas que preservam heranças africanas e reafirmam identidades historicamente marginalizadas. Assim, a ancestralidade ultrapassa a dimensão genealógica e constitui uma forma de resistência política e cultural frente aos processos de apagamento produzidos pelo racismo estrutural.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos e produções voltadas aos estudos de gênero, raça, cultura e identidade, buscando compreender o protagonismo das mulheres negras na constituição da cultura baiana e suas contribuições para a formação da identidade nordestina.

A estrutura deste artigo organiza-se em três momentos. Inicialmente, apresenta-se uma discussão acerca da resistência e da preservação cultural protagonizadas por mulheres negras na Bahia, destacando o papel da ancestralidade na construção da identidade coletiva. Em seguida, são analisadas as trajetórias de Mãe Bernadete Pacífico, Luíslinda Valois e Mãe Stella de Oxóssi, cujas experiências evidenciam diferentes formas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades sociais. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando as contribuições dessas mulheres para a cultura, a memória e a resistência da população negra baiana.

2. MULHERES NEGRAS NA BAHIA: RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO CULTURAL

A compreensão da trajetória das mulheres negras na Bahia exige um olhar atento para os processos históricos que constituíram as relações raciais no Brasil. A formação da sociedade brasileira foi profundamente marcada pela colonialidade, pela escravização de povos africanos e pela construção de hierarquias sociais fundamentadas na racialização dos corpos. Nesse sentido, a reflexão proposta por Rufino (2019, p. 9) revela-se fundamental ao afirmar que "a raça é a invenção que precede a noção de humanidade no curso da empreitada ocidental". Tal compreensão evidencia que a população negra foi historicamente posicionada em um lugar de subalternização, tendo sua humanidade constantemente negada pelos mecanismos políticos, econômicos e culturais produzidos pelo projeto colonial.

No contexto baiano, essas dinâmicas assumem contornos específicos devido à intensa presença africana que marcou a constituição histórica, social e cultural do estado. A Bahia tornou-se um dos principais territórios de circulação de povos africanos

escravizados e de seus descendentes, transformando-se, simultaneamente, em espaço de violência colonial e de elaboração de estratégias de resistência. Nesse cenário, as mulheres negras ocuparam posição central na preservação de saberes, na organização comunitária e na manutenção de práticas culturais que permitiram a continuidade de heranças africanas mesmo diante das tentativas sistemáticas de apagamento promovidas pelo racismo estrutural.

As experiências dessas mulheres demonstram que a resistência não pode ser compreendida apenas por meio de enfrentamentos diretos às estruturas de opressão. Resistir também significa preservar memórias, transmitir conhecimentos, fortalecer vínculos comunitários e garantir a permanência de tradições ancestrais. Por essa razão, a cultura afro-brasileira constitui um importante instrumento político de enfrentamento às desigualdades, funcionando como espaço de afirmação identitária e de reivindicação da dignidade humana.

A ancestralidade emerge, nesse contexto, como uma categoria fundamental para a compreensão das formas de existência e resistência da população negra. Mais do que uma conexão simbólica com o passado, ela representa um princípio ativo de produção de sentidos, pertencimento e continuidade histórica. Conforme destaca Rufino (2019, p. 16), "a invocação da ancestralidade como um princípio da presença, saber e comunicação é, logo, uma prática em encruzilhadas". A ancestralidade, portanto, não se limita à memória dos antepassados, mas constitui uma tecnologia de sobrevivência que articula diferentes tempos, saberes e experiências coletivas.

Sob essa perspectiva, as mulheres negras assumem a condição de guardiãs de conhecimentos ancestrais transmitidos por meio da oralidade, da religiosidade, da culinária, da musicalidade e das práticas comunitárias. Em muitos casos, foram elas as

responsáveis por assegurar a continuidade de tradições africanas em contextos marcados pela perseguição religiosa, pela marginalização social e pela exclusão política. Sua atuação evidencia que a preservação cultural não é apenas um processo de manutenção de costumes, mas uma forma permanente de resistência diante das tentativas de silenciamento histórico.

A análise da realidade baiana demonstra que a luta das mulheres negras está diretamente relacionada à defesa dos direitos humanos e da cidadania. Questões como o acesso à terra, o reconhecimento dos territórios quilombolas, o combate ao racismo institucional, a valorização das religiões de matriz africana e a ampliação da participação política revelam desafios que permanecem presentes na contemporaneidade. Essas demandas refletem a permanência de desigualdades estruturais que continuam afetando a população negra, especialmente as mulheres.

Nesse processo, diferentes espaços tornam-se territórios de resistência. Os quilombos, por exemplo, representam não apenas áreas geográficas de ocupação coletiva, mas também lugares de memória, pertencimento e afirmação identitária. Da mesma forma, os espaços institucionais do Estado, historicamente marcados pela exclusão racial, podem ser transformados pela presença de mulheres negras que desafiam estruturas de poder e ampliam possibilidades de representação política e jurídica.

As religiões de matriz africana também desempenham papel central na preservação da ancestralidade e na construção de identidades coletivas. Os terreiros constituem espaços de acolhimento, produção de conhecimento e fortalecimento comunitário, onde saberes ancestrais são transmitidos entre gerações. Sob a liderança de mulheres negras, esses espaços tornaram-se importantes centros de resistência cultural e enfrentamento ao racismo religioso, reafirmando a legitimidade das cosmologias africanas no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, as trajetórias de mulheres negras baianas permitem compreender como diferentes formas de atuação podem convergir para um mesmo projeto de resistência e transformação social. Seja na defesa dos territórios quilombolas, na ocupação de espaços de poder institucional ou na preservação das tradições religiosas afro-brasileiras, essas mulheres produzem práticas de enfrentamento que desafiam as desigualdades construídas historicamente pela sociedade brasileira.

É nesse contexto que se inserem as trajetórias de Mãe Bernadete Pacífico, Luíslinda Valois e Mãe Stella de Oxóssi. Embora atuantes em campos distintos, suas histórias evidenciam como ancestralidade, direitos humanos, cultura e resistência constituem dimensões inseparáveis da experiência das mulheres negras na Bahia. Por meio de suas lutas, essas mulheres reafirmam a potência da presença negra na construção da identidade baiana e demonstram que a resistência permanece como um elemento fundamental na busca por justiça social, reconhecimento e dignidade.

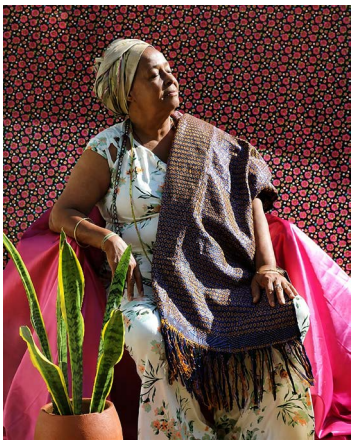
2.1 Mãe Bernadete Pacifíco: a força da Ialorixá Mãe de Quilombo

Maria Bernadete Pacífico, popularmente conhecida como Mãe Bernadete, foi uma importante liderança quilombola, ialorixá e defensora dos direitos humanos, cuja trajetória esteve profundamente vinculada à luta pela preservação dos territórios tradicionais e pela garantia dos direitos da população negra.

Seu assassinato, ocorrido em 17 de agosto de 2023, no interior de sua residência na Comunidade do Quingoma, integrante do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA), vitimou a yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial do município, além de liderança quilombola de destaque. Bernadete Pacífico foi brutalmente assassinada com 12 tiros de pistola no ros-

to, na presença de três de seus netos, configurando uma violência extrema que evidencia a vulnerabilidade de lideranças negras no Brasil. O crime representou não apenas a perda de uma liderança comunitária fundamental, mas também um ataque simbólico e político às lutas históricas dos povos quilombolas, às religiões de matriz africana e às resistências negras no país.

Imagem 1: Mãe Bernadete Pacífico



Fonte: Site Educafro (2025)

Respeitada por sua forte atuação em defesa dos direitos quilombolas, exerceu o cargo de secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho, município localizado no estado da Bahia, além de ter atuado como coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

A trajetória de Mãe Bernadete constitui uma expressão concreta da resistência quilombola contemporânea, marcada pela defesa do território, da ancestralidade e dos modos de vida coletivos construídos historicamente pelas comunidades negras rurais. Mãe Bernadete chefiava o quilombo Pitanga dos Palmares, na localidade de Simões Filho – BA, e lutava contra a instalação

de um aterro sanitário nas proximidades de seu território, além da crescente especulação imobiliária que avançava sobre as terras quilombolas. Sua luta ganhou maior repercussão em 2017, quando seu filho, conhecido como Binho do Quilombo, foi assassinado dentro do próprio carro. Diante da ausência de respostas sobre o caso, Bernadete iniciou uma incansável luta por justiça, respeito e dignidade à memória de seu filho.

Os quilombos surgem no Brasil como espaços de resistência, acolhimento e liberdade para os negros escravizados no período colonial. Aqueles que conseguiam fugir de seus senhores buscavam abrigo e proteção nesses territórios. Historicamente, os quilombos constituíram-se como formas coletivas de enfrentamento ao sistema escravocrata e de afirmação da liberdade negra. Na contemporaneidade, para além da dimensão territorial, representam espaços de preservação da memória, da ancestralidade, da identidade étnico-racial e da produção de formas próprias de organização social e cultural.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos". Embora o reconhecimento e a titulação dessas terras sejam garantidos constitucionalmente, a efetivação desse direito ainda encontra inúmeros obstáculos políticos, econômicos e institucionais, revelando a distância existente entre a garantia formal dos direitos e sua concretização na vida das comunidades quilombolas.

Nesse contexto, a análise de José Paulo Netto (2011) permite compreender como as formas contemporâneas de acumulação e concentração fundiária reproduzem desigualdades históricas que atingem diretamente comunidades tradicionais. Além disso, a proposta de reforma agrária, discutida como reparação histórica e intensificada no período anterior ao golpe militar-empre-

sarial de 1964, buscava uma reestruturação que incluísse comunidades quilombolas e povos indígenas, visando melhores condições de cidadania e acesso à terra.

Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar o próprio conceito de cidadania no contexto brasileiro. Se a Constituição assegura direitos fundamentais a todos os cidadãos, por que comunidades historicamente reconhecidas como sujeitos de direitos ainda enfrentam dificuldades para garantir a posse de seus territórios e a proteção de seus modos de vida? A moradia quilombola está diretamente ligada à terra — uma terra historicamente conquistada com luta, dor e resistência — e que ainda hoje é constantemente ameaçada por interesses externos.

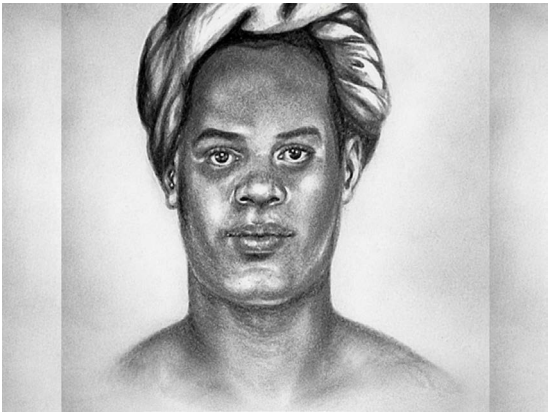
Para além da dimensão territorial, as comunidades quilombolas possuem sua existência coletiva profundamente vinculada à ancestralidade. Conforme argumenta Rufino (2019), a ancestralidade constitui uma prática de presença, comunicação e produção de saberes, articulando passado, presente e futuro na construção das identidades negras. Nesse sentido, o quilombo não se resume a um espaço físico, mas configura-se como território de memória, cultura, espiritualidade e pertencimento.

Dessa forma, Mãe Bernadete Pacífico inscreve-se na história da Bahia como uma das mais importantes lideranças quilombolas contemporâneas. Sua trajetória simboliza a articulação entre ancestralidade, território, direitos humanos e resistência política, evidenciando o protagonismo das mulheres negras na defesa da vida, da memória coletiva e da justiça social. Seu legado permanece vivo nas lutas das comunidades quilombolas e nos movimentos que enfrentam o racismo estrutural e as diversas formas de violência direcionadas à população negra.

“MÃE BERNADETE, PRESENTE!”

2.2 Maria Felipa de Oliveira: a Heroína Negra da Independência da Bahia

Imagem 2: Maria Felipa de Oliveira (Séc. XIX)



Fonte: BBC News Brasil (2022)

Maria Felipa de Oliveira é reconhecida como uma das figuras mais importantes da luta pela Independência da Bahia e da participação popular no processo de independência do Brasil. Mulher negra, pescadora e marisqueira da Ilha de Itaparica, sua trajetória tornou-se um símbolo da resistência contra a dominação portuguesa durante os conflitos que marcaram a emancipação política brasileira no século XIX, que era movida pela busca da autonomia política e pela consolidação da independência do país. Embora sua história tenha sido durante muito tempo negligenciada pela historiografia tradicional, atualmente ela ocupa lugar de destaque nas discussões sobre memória, identidade e protagonismo negro na história do país (BBC NEWS BRASIL, 2022).

A trajetória de Maria Felipa está fortemente associada às lutas ocorridas na Bahia entre 1822 e 1823, período em que diversos grupos populares participaram ativamente dos confrontos contra as tropas portuguesas. Segundo a tradição oral preservada na

região de Itaparica, Maria Felipa liderou um grupo formado por mulheres negras, indígenas e trabalhadores locais que atuaram na defesa da ilha e no enfraquecimento das forças portuguesas, com base na mobilização popular e em estratégias de resistência coletiva. Entre as estratégias atribuídas ao grupo estão ações de vigilância, transporte de suprimentos e ataques a embarcações inimigas, demonstrando a relevância da participação feminina nos processos históricos de resistência (MEMÓRIA FEMINISTA, 2025).

Apesar da importância de sua atuação, existem poucos registros documentais sobre sua vida. Grande parte das informações conhecidas atualmente foi preservada por meio da memória coletiva e das narrativas orais transmitidas entre gerações. Essa característica evidencia um problema recorrente na construção da história brasileira: o apagamento das contribuições de mulheres negras e das camadas populares nos relatos oficiais. Durante muitos anos, a participação de Maria Felipa permaneceu invisibilizada e desacreditada, refletindo os mecanismos de exclusão que marcaram a produção historiográfica nacional (Silva; Cardoso, 2023).

Nas últimas décadas, pesquisadores e movimentos sociais passaram a reivindicar maior reconhecimento para sua trajetória, destacando sua importância como símbolo de resistência negra e feminina. Esse processo de valorização contribuiu para ampliar o debate sobre a necessidade de revisar narrativas históricas tradicionalmente centradas em figuras masculinas e pertencentes às elites. Nesse contexto, Maria Felipa passou a ser compreendida não apenas como personagem histórica, mas também como referência para as lutas contemporâneas em defesa da igualdade racial e de gênero (Silva; Cardoso, 2023).

O reconhecimento de Maria Felipa representa um importante avanço na valorização das contribuições afro-brasileiras para

a formação da sociedade nacional, tendo sua importância reconhecida por instituições culturais, movimentos sociais e pesquisadores comprometidos com a valorização da memória negra no Brasil. Sua trajetória evidencia que a Independência do Brasil não foi resultado exclusivo da atuação de líderes políticos e militares, mas também da participação de mulheres, negros, indígenas e trabalhadores que desempenharam papéis fundamentais na construção da liberdade e da soberania nacional (BBC NEWS BRASIL, 2022).

Portanto, Maria Felipa de Oliveira constitui uma figura essencial para a compreensão da história brasileira. Sua atuação durante a Independência da Bahia e seu legado como símbolo de resistência demonstram a importância da participação feminina e negra nos processos de transformação social. O reconhecimento de sua trajetória contribui para o fortalecimento da memória coletiva e para a construção de uma narrativa histórica mais inclusiva, capaz de valorizar sujeitos historicamente marginalizados e suas contribuições para a formação do Brasil.

2.3 Mãe Stella de Oxóssi: liderança religiosa e legado cultural

Maria Stella de Azevedo Santos, conhecida publicamente como Mãe Stella de Oxóssi, constitui uma das mais relevantes lideranças religiosas e intelectuais da história cultural afro-brasileira. Ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, escritora e defensora das religiões de matriz africana, sua trajetória expressa a centralidade das mulheres negras na preservação de epistemologias ancestrais e na construção de estratégias de resistência ao racismo estrutural e à intolerância religiosa no Brasil. Sua atuação ultrapassa o campo estritamente religioso, articulando dimensões culturais, políticas e educacionais na afirmação da dignidade dos povos de terreiro (ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ, 2025).

Imagem 3: Mãe Stella de Oxóssi



Fonte: *Alma Preta (2025)*

Nascida em uma família negra baiana inserida em um contexto de mobilidade social limitada pelas hierarquias raciais e de gênero, Mãe Stella formou-se pela Escola de Enfermeiras de Salvador e atuou como enfermeira na Secretaria da Saúde Pública da Bahia. Sua trajetória profissional evidencia as barreiras históricas enfrentadas por mulheres negras no acesso à educação formal e às profissões prestigiadas, bem como sua capacidade de transformar a prática do cuidado em uma dimensão ampliada de compromisso social.

Inserida em Salvador, cidade marcada pela profunda presença da cultura afro-diaspórica, Mãe Stella desenvolveu desde a juventude vínculos com o Candomblé, religião que estruturou sua cosmologia e sua prática de vida. Ao longo de sua trajetória, tornou-se a quinta Ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, um dos mais importantes terreiros do país, reconhecido como espaço de preservação de saberes ancestrais e resistência cultural. No exercício dessa liderança, recebeu o nome iniciático Odé Kayodê, reafirmando sua inserção em uma tradição religiosa fundada na ancestralidade e na continuidade intergeracional dos saberes africanos.

A inserção de Mãe Stella no campo literário constitui um marco importante na legitimação das epistemologias produzidas nos terreiros. Sua obra de estreia, *E daí aconteceu o encanto* (1988), em coautoria com Cléo Martins, inaugura uma produção escrita que articula espiritualidade, memória e ensino religioso, rompendo com a marginalização histórica das narrativas afro-religiosas no espaço intelectual brasileiro.

Ao longo de sua trajetória, publicou obras que constituem um projeto intelectual de afirmação da ancestralidade e enfrentamento ao racismo religioso, como *Meu tempo é agora* (1993), *Opinião de Mãe Stella* (1997), *Estes negros que me cercam* (2006) e *Òsósi – caçador de alegrias* (2012). Esses textos configuram um conjunto de reflexões que articulam experiência religiosa, crítica social e valorização da cultura afro-brasileira, contribuindo para a construção de narrativas contra-hegemônicas no campo literário e religioso (ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ, 2025).

Além de sua produção escrita, Mãe Stella exerceu forte presença em espaços públicos por meio de artigos, entrevistas e palestras, nos quais defendeu a valorização das religiões de matriz africana, o enfrentamento ao racismo estrutural e o reconhecimento das mulheres negras como produtoras de conhecimento. Sua atuação consolidou uma perspectiva de resistência que articula espiritualidade, política e educação.

Mãe Stella de Oxóssi faleceu em dezembro de 2018, aos 93 anos, deixando um legado profundamente marcado pela defesa da liberdade religiosa e pela valorização das tradições afro-brasileiras. Sua morte mobilizou comunidades de terreiro, movimentos negros e instituições culturais, evidenciando a amplitude de sua influência simbólica e política.

Em 2025, por ocasião do centenário de seu nascimento, foi criado o Instituto Mãe Stella de Oxóssi, dedicado à preservação de seu legado e ao desenvolvimento de ações educativas, culturais

e sociais voltadas à promoção da igualdade racial e ao fortalecimento das tradições de matriz africana. Essa iniciativa reafirma a importância de sua contribuição para a construção de políticas de memória e patrimônio cultural afro-brasileiro (ALMA PRETA, 2025).

Sua trajetória também foi reconhecida por instituições públicas, incluindo sessão solene no Congresso Nacional, que destacou sua relevância como liderança religiosa e intelectual. Em Salvador, a reinstalação de sua estátua após atos de violência simbólica contra sua memória evidencia, por outro lado, a permanência das disputas em torno da legitimidade das religiões afro-brasileiras no espaço público (SENADO FEDERAL, 2025).

O legado de Mãe Stella de Oxóssi permanece vivo na articulação entre ancestralidade, resistência e produção de conhecimento. Sua trajetória evidencia como os terreiros constituem espaços de produção intelectual e política, fundamentais para a compreensão das dinâmicas de resistência negra no Brasil contemporâneo.

Portanto, a trajetória de Mãe Stella de Oxóssi evidencia a centralidade das mulheres negras na preservação das tradições afro-brasileiras e na produção de formas de resistência ao racismo estrutural e à intolerância religiosa. Sua atuação como ialorixá, intelectual e liderança comunitária articulou ancestralidade, educação e ação política, contribuindo para a consolidação de epistemologias negras e para o fortalecimento dos direitos culturais no Brasil. Mais do que uma liderança religiosa, Mãe Stella consolidou-se como uma referência fundamental na luta por justiça social, liberdade religiosa e reconhecimento das contribuições afro-brasileiras na formação da sociedade brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender a centralidade de mulheres negras específicas — Mãe Bernadete Pacífico, Maria Felipa de Oliveira e Mãe Stella de Oxóssi — na constituição de formas de resistência, produção de memória e afirmação de identidades culturais na Bahia e no Nordeste. Suas trajetórias evidenciam que a formação sociocultural desses territórios está profundamente atravessada por experiências de luta, preservação da ancestralidade e enfrentamento às múltiplas expressões do racismo estrutural.

As experiências dessas lideranças revelam diferentes estratégias de enfrentamento às desigualdades de raça, gênero e classe, as quais, conforme a perspectiva da interseccionalidade (Assis, 2019), operam de maneira articulada e simultânea na produção das opressões vivenciadas por mulheres negras. Em suas práticas sociais, religiosas, jurídicas e comunitárias, essas mulheres não apenas responderam às desigualdades, mas também produziram formas coletivas de reorganização social e política.

A partir da análise da questão social (Pastorini, 2004), observa-se que tais trajetórias não devem ser interpretadas como exceções biográficas, mas como expressões concretas de uma estrutura histórica de desigualdade que constitui a formação social brasileira. Nesse sentido, as experiências de Maria Felipa de Oliveira, Mãe Bernadete Pacífico e Mãe Stella de Oxóssi evidenciam como o racismo estrutural e a desigualdade socioeconômica seguem condicionando o acesso da população negra a direitos fundamentais, ao reconhecimento histórico e à justiça social.

Além disso, como aponta Pedrão (2011), a formação histórica de Salvador e da Bahia está diretamente vinculada ao legado do regime escravocrata, cujas marcas se atualizam na permanência

de desigualdades raciais e na produção de vulnerabilidades sociais que afetam majoritariamente a população negra. Nesse contexto, as mulheres analisadas neste estudo não apenas resistem a essas estruturas, mas também contribuem para a preservação da memória, da ancestralidade e das práticas culturais afro-brasileiras, disputando os sentidos da história oficial.

Dessa forma, conclui-se que as trajetórias de mulheres negras aqui analisadas evidenciam a importância de reconhecer a produção de saberes oriundos de territórios historicamente marginalizados, como quilombos, comunidades tradicionais e terreiros. Suas atuações demonstram que a ancestralidade constitui não apenas uma dimensão simbólica, mas também um campo político de resistência e afirmação de direitos.

Assim, mais do que reconhecer contribuições individuais, este estudo reforça a necessidade de compreender essas trajetórias como parte de um processo histórico mais amplo de disputa por memória, reconhecimento e justiça racial. As experiências analisadas evidenciam que a luta das mulheres negras permanece como elemento estruturante na construção de uma sociedade que enfrenta as permanências do racismo, da desigualdade e da invisibilização histórica.

REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. *Instituto Mãe Stella de Oxóssi será lançado em homenagem ao centenário da ialorixá*. 24 abr. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cultura/instituto-mae-stella-de-oxossi-sera-lancado-em-homenagem-ao-centenario-da-ialorixa/. Acesso em: 23 jun. 2026.

ALMA PRETA. *Instituto Mãe Stella de Oxóssi será lançado em homenagem ao centenário da ASSIS, Dayane N. Conceição de (Nzinga Mbandi).* Interseccionalidades. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BBC NEWS BRASIL. *Quem foi Maria Felipa, a escravizada liberta que combateu marinheiros portugueses e incendiou navios*. 29 jul. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62353785. Acesso em: 23 jun. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 jun. 2026.

EDUCAFRO BRASIL. *Lei dos homens*: Mãe Bernadete Pacífico, líder quilombola. EducaFro Brasil, 13 set. 2025. Disponível em: https://educafro.org.br/site/2025/09/13/lei-dos-homens-mae-bernadete-pacifico-lider-quilombola-2626/ialorixá, 2025.

ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ. *Mãe Stella de Oxóssi.* Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/299-mae-stella-de-oxossi. Acesso em: 20 ago. 2025.

MEMÓRIA FEMINISTA. *Maria Felipa de Oliveira*. Disponível em: https://memoriafeminista.com.br/maria-felipa-de-oliveira-1940-2009/. Acesso em: 23 jun. 2026.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social:* uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PEDRÃO, Fernando. A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 255-266.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas.* Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SENADO FEDERAL. *Legado religioso e social de Mãe Stella de Oxóssi é reverenciado em sessão solene*. 12 jun. 2025. Disponível em: https://www12.

senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/12/legado-religioso-e-social-de-mae-stella-de-oxossi-e-reverenciado-em-sessao-solene. Acesso em: 23 jun. 2026.

SILVA, Marina Maia da; CARDOSO, Claudia Pons. Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 6, n. 12, 2023. Disponível em: https://revistas.uneb.br/nhipe/article/view/19130. Acesso em: 23 jun. 2026.

POSFÁCIO

Escrever o posfácio desta obra fundamental, ***Mulheres Negras do Nordeste: Filhas da Terra, Mães da Luta e da Resistência na Construção da Realidade Regional Nordestina***, é um ato de profunda reverência ancestral e de afirmação política. Faço-o a partir do meu próprio corpo-território: **um corpo de mulher trans, negra, educadora e pioneira na defesa intransigente dos direitos humanos no estado de Sergipe**.

Este livro nasce no chão que eu conheço intimamente: a *Universidade Federal de Sergipe (UFS)*, germinado a partir das inquietações do curso de *Serviço Social*, na disciplina de *Realidade Regional*, conduzida pelo *Professor Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho*. Como a **primeira mulher trans assistente social do estado de Sergipe e a primeira mulher trans mestra em Educação pela UFS**, sei na pele o quão árduo, solitário e violento é o processo de **borrar as normas cissexistas e racistas e existir como um corpo político que resiste e luta nesta sociedade**. Ocupar a academia e o Serviço Social, espaços historicamente elitizados, significa romper com séculos de exclusão e desumanização direcionadas a pessoas como eu. Meu corpo em uma sala de aula, em um espaço de decisão ou na linha de frente da garantia de direitos é, por si só, uma afronta ao racismo estrutural e ao patriarcado que tentam, a todo custo, nos invisibilizar e nos subjugar.

Ao mergulhar nas páginas desta coletânea, vejo a minha própria história refletida e multiplicada nas trajetórias de resistência aqui documentadas. **A obra acerta profundamente ao reconhecer que as mulheres negras, ao longo da formação sócio-histórica brasileira, ocuparam lugares centrais na construção da sociedade, embora raramente tenham recebido o devido**

reconhecimento. Nas casas, nas universidades, nos movimentos sociais e nas ruas, nós sempre estivemos presentes, sustentando comunidades e transformando a dor em movimento e o silêncio em voz. Eu vivo e respiro a interseccionalidade sobre a qual o pensamento feminista negro nos ensina: uma realidade onde raça, classe e identidade de gênero operam simultaneamente para aprofundar opressões, mas também para forjar estratégias únicas de sobrevivência e emancipação.

A educação e o Serviço Social são minhas trincheiras, assim como foram para tantas filhas do Nordeste. Vejo ecos da minha própria caminhada pioneira nas histórias de educadoras negras como Adélia de França, na Paraíba, que fez do ensino um território democrático e um instrumento de emancipação, e da assistente social e pesquisadora Zelma Madeira, no Ceará, que transformou a violência do racismo em força motriz para a produção acadêmica e a justiça social. Nós, mulheres negras educadoras, sabemos que **a educação e a universidade são saídas vitais, espaços de revolução onde reescrevemos o nosso destino e o das próximas gerações**.

A relevância deste e-book se agiganta ao romper com o pacto cisnormativo da historiografia tradicional, **trazendo expressamente para o centro do debate a presença de mulheres que desafiaram estruturas de exclusão e reivindicaram o direito inegociável de existir com dignidade**. Como a obra muito bem ressalta ao abordar as lutas contemporâneas, **a luta pelos direitos das mulheres é e deve ser, indiscutivelmente, uma luta feminista, antirracista e anticapitalista**. Não há justiça social possível sem enfrentarmos o racismo estrutural e sem abraçarmos a pluralidade inesgotável das existências negras, que incluem todas as mulheridades.

Existir como mulher negra e trans no Nordeste brasileiro é enfrentar um sistema que foi meticulosamente desenhado para

o nosso extermínio e silenciamento. **Nós carregamos marcas singulares, violências específicas, mas nos encontramos em um ponto de convergência inquebrável: a capacidade de resistir**. Resistir às tentativas históricas de apagamento de nossas trajetórias, de nossos corpos e de nossos saberes. E, como este livro magistralmente demonstra, a ancestralidade não é apenas uma herança do passado, mas uma memória viva e pulsante que habita nossos modos de ensinar, criar, intervir e lutar no presente.

Que este posfácio, escrito com a caneta da militância e banhado na força das que vieram antes de mim, sirva como um manifesto. **Nós não somos casos isolados, fomos, somos e continuaremos sendo o centro, a raiz e as autoras da história do Nordeste**. Borrar as normas não é apenas um ato de sobrevivência individual; é a construção coletiva de um novo mundo onde nossos corpos não sejam alvos de estatísticas de violência, mas territórios livres, celebrados por suas potências e saberes.

A sala de aula, o Serviço Social e a rua são nossos. Que a leitura destas páginas se desdobre em indignação, em afeto revolucionário e na convicção inabalável de que a revolução que buscamos será interseccional, composta por um batalhão de corpos que trazem na sua constituição a diversidade de vivências, sejam elas trans, feministas e negras, e a certeza da luta diária na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Boa Leitura!

Adriana Lohanna dos Santos
Acaraju/SE, 17/06/2026